

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de concentração: Educação

O PRECONCEITO COMO OBJETIVAÇÃO HUMANA

RENATA DE ALMEIDA VIEIRA

MARINGÁ
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
Área de concentração: Educação

O PRECONCEITO COMO OBJETIVAÇÃO HUMANA

Dissertação apresentada por RENATA DE ALMEIDA VIEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª. LIZETE SHIZUE BOMURA MACIEL

MARINGÁ
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

V658p Vieira, Renata de Almeida
 O preconceito como objetivação humana / Renata de
Almeida Vieira. -- Maringá : [s.n.], 2008.
 142 f.

 Orientadora : Prof^a Dr^a Lizete Shizue Bomura Maciel.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, 2008.

 1. Preconceito - Perspectiva sócio-histórica. 2.
Preconceito - Objetivação humana. 3. Educação escolar. I.
Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação
em Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 303.385

RENATA DE ALMEIDA VIEIRA

O PRECONCEITO COMO OBJETIVAÇÃO HUMANA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Lizete Shizue Bomura Maciel – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Edna Antônia de Mattos – USP

Prof^ª. Dr^ª. Áurea Maria Paes Leme Goulart – UEM

Maringá 07 de outubro de 2008

Dedico este trabalho

Aos que, em tempos de humanidade desumanizada, ousam
desconfiar do trivial e singelo.

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui inscrito os meus sentimentos de gratidão a todos que comigo colaboraram, de diferentes maneiras, no processo de elaboração deste trabalho, o qual contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação Araucária. De modo particular, agradeço à(s)/ao(s):

- Professora Doutora Lizete Shizue Bomura Maciel, exemplo de profissional da educação, que muito ajuda em minha formação profissional e pessoal, pela dedicada orientação e apoio dados ao presente trabalho;
- Professoras Doutoras Áurea Maria Leme Paes Goulart e Sônia Mari Shima Barroco, pelas valiosas contribuições e observações pertinentes para aprofundamento e continuidade deste estudo, por ocasião do Exame de Qualificação;
- Professora Doutora Edna Antônia de Mattos pelo aceite em participar da Banca Examinadora de Defesa;
- Professora Doutora Regina Taam, pela valorização do meu trabalho e estímulo durante esta caminhada desafiadora;
- Professoras Doutoras Marta Sueli de Faria Sforzi e Maria Terezinha Bellanda Galuch, pelas excelentes aulas ministradas e materiais emprestados/indicados;
- Professora Doutora Ana Cristina Teodoro e professor Doutor Eduardo Tomanik, pelo atendimento solícito quando precisei;
- Amigos do mestrado, Cristina Santos, Gescielly Barbosa, Juliana Bottos, Marisa de Cácia Castel, e do PET-Pedagogia, com quem contei em diferentes momentos desta produção e pude compartilhar bons momentos;
- Pessoas queridas, Ana Paula Werri; Meire Bifon; Maurício Pedro; Aline Terumi e Newton Maciel; Rosângela e Ademir Lazarini; Beatriz Gonçalves; Janete Hruschka; Telma Martineli; Ângela Caniatto; Cornélia Tortora e Maria Rosânia Ribeiro, pela generosidade, companheirismo e outras contribuições, cada um ao seu modo;
- Meus pais, que me ensinaram a firmeza de caráter;
- Meu esposo Vilson, pessoa amada e querida, pelo apoio e incentivo imprescindíveis.

Conclamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las a acabarem com a situação que precisa de ilusões. A crítica não retira das cadeias as flores ilusórias para que o homem suporte as sombrias e nuas cadeias, mas sim para que se liberte delas e brotem flores vivas (Karl Marx).

VIEIRA, Renata de Almeida. O PRECONCEITO COMO OBJETIVAÇÃO HUMANA. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Drª. Lizete Shizue Bomura Maciel. Maringá, PR, 2008.

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza conceitual, traz como objeto de estudo o preconceito. Sua produção acadêmica visa entender e explicitar o preconceito em relação à própria vida, apresentando-o como uma objetivação humana. Para isso, busca-se adentrar a intrincada trama da produção do homem e de suas criações, a fim de situar, no plano material, o preconceito. Em um exercício retrospectivo e reflexivo, o qual abarca sociedades primitivas e classistas em suas diferentes formas de organização, detendo-se em especial na sociedade capitalista, procura-se desfazer a pretensa independência do fenômeno preconceito e demonstrar o seu caráter mediato e derivado. Procura-se, ademais, responder à seguinte questão problematizadora levantada para a investigação: o preconceito encontra-se, atualmente, reconfigurado? Aponta-se para uma produção histórica do preconceito e, por conseguinte, para uma configuração condizente com as demandas de cada local e época, em acordo com o modo de produção material da vida. Evidencia-se que, no tempo presente e no bojo da acumulação flexível de capital, a objetivação preconceito passa por um processo de esvaziamento de significado, ante a uma adesão espontânea e ao extremismo na qualificação das ações humanas como preconceituosas. Diante da impossibilidade de abordar com profundidade as suas muitas expressões, busca-se a aproximação de três manifestações de preconceito: o teórico, ao migrante e à mulher. São tomados, para tanto, exemplos de evidências do real. As fontes de levantamento dessas evidências são diversificadas e vão desde jornais e revistas de circulação nacional, até cartaz e texto adaptado de literatura infantil. Na conclusão da dissertação, mediante o investigado, é destacado o caráter tanto nocivo quanto preventivo do preconceito, em um exercício dialético de compreensão. É destacado, ainda, que abordar o preconceito como uma objetivação humana exige, necessariamente, uma educação, sobretudo a escolar, que revele os nexos, as contradições, as lutas e antagonismos que movem a existência material da humanidade.

Palavras-chave: Preconceito. Objetivação humana. Produção da vida.

VIEIRA, Renata de Almeida. **PREJUDICE AS HUMAN OBJECTIVATION**. 142 p. Dissertation (Master of Education) – Universidade Estadual de Maringá. Advisor: Professor Dr. Lizete Shizue Bomura Maciel. Maringá, PR, 2008.

ABSTRACT

The focus of this conceptual-nature research is the study of *prejudice*. As an academic production, the aim is to understand and explain *prejudice* and its impact on itself life, by presenting prejudice as a human objectivation. To achieve that, it was necessary to penetrate into the intrinsic plot of human production and creation, to be able to situate ‘prejudice’ within the material context. Through a retrospective and reflexive exercise, which comprises studying different forms of primitive and classicist society organization, yet directing the focus to capitalist society, there is an effort to undo the assumed independence of prejudice phenomenon, and reveal its mediate and derived character. Moreover, there is an attempt to reply an issue arising in this research as a hypothesis to be investigated: ‘is prejudice currently reconfigured?’ Thus, it is pointed out to historical outcomes on prejudice, and consequently, to a configuration, suitable to the demands of each context and historical period, in conformity with the way human material life is developed. It is evidenced that, currently, within the context of flexible capital accumulation, prejudice objectivation undergoes a process of ‘emptiness’ of meaning, before an expontaneous adhesion and extremism in qualifying human actions as actions derived from prejudice. Before the impossibility of making a further approach embracing the innumerous expressions of prejudice, the focus of the present investigation was placed on the three most prominent behavioral manifestations of prejudice: theoretical, migrating and prejudice towards women. Thus, examples on prejudice real evidence are examined. Data sources on such evidences are diverse, thus data was collected from national newspapers and magazines, and from billboards or charts, and also from text adapted from children literature. Concluding this dissertation study and investigative focus, an emphasis was placed on the harmful and preventive character of prejudice, in a dialectic understanding approach. In addition, it is highlighted that, to make an approach on prejudice, as a human objectivation, it is necessary not only an upbringing, but a formal education that may show nexus or connections, contradictions, discussions or struggles, and also the antagonisms that move the material existence of humanity.

Key-words: Prejudice; Human objectivation; Life outcome.

SUMÁRIO

1	PONTO DE PARTIDA	10
2	PRECONCEITO, UMA PRODUÇÃO HUMANA	21
2.1	PRODUÇÃO DO HOMEM E DO PRECONCEITO PELO HOMEM	21
2.1.1	Do processo de constituição do homem: elementos-chave	22
2.1.2	Relação entre objetivação e apropriação	28
2.1.3	A propósito do processo de educação	32
2.1.4	Da produção do preconceito: aspectos preliminares	40
3	PRODUÇÃO DO PRECONCEITO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA	43
3.1	PRODUÇÃO DA VIDA E CONFIGURAÇÃO DO PRECONCEITO	43
3.1.1	Em sociedades primitivas	44
3.1.2	Em sociedades classistas	50
4	PRODUÇÃO DA VIDA E DO PRECONCEITO SOB O CAPITALISMO HEGEMÔNICO	68
4.1	O PRECONCEITO NO BOJO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	69
5	PRECONCEITO NA ATUALIDADE: EVIDÊNCIAS DO REAL	88
5.1	APROXIMAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DO REAL: PRECONCEITO TEÓRICO, AO MIGRANTE E À MULHER	88
5.2	PRECONCEITO COMO PRODUÇÃO HUMANA: DA EDUCAÇÃO NECESSÁRIA PARA ABORDÁ-LO	107
6	PONTO DE CHEGADA COMO NOVO PONTO DE PARTIDA.....	111

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1 PONTO DE PARTIDA

Nesta seção introdutória, denominada ponto de partida, apresentamos os principais aspectos que precederam e seguiram-se à elaboração deste trabalho, bem como mostramos o itinerário de cada uma das partes desta dissertação.

A denominação ponto de partida¹, aqui empregada, para além de nominar a primeira seção desta dissertação, encerra um significado particular para nós, isto porque entendemo-la repassada da unidade dialética continuidade-ruptura, da qual fala Snyders (2001). E o que queremos dizer com isso?

Queremos dizer que o nosso ponto de partida, neste trabalho, é, simultaneamente, ponto de chegada de estudos anteriores, conforme expomos mais adiante, os quais nos propiciaram suporte para a presente elaboração. Em outros termos, queremos dizer que as relações que pudemos edificar, nesta oportunidade, apóiam-se sobre um acervo de apropriações anteriores, em um prolongamento de esforços e redimensionamento de compreensão.

Deste modo, o conteúdo objetivado nesta dissertação, cuja forma adotada busca com ele manter coerência, situa-se em continuidade com a nossa experiência anterior e, ao mesmo tempo, ultrapassa-a, já que entremeado por rupturas provocadas por novas apropriações.

O sentido da expressão ponto de partida, portanto, intencionalmente escolhida para intitular esta introdução, sugere-nos esse movimento de continuidade-ruptura, tão fundamental para o conhecimento das produções humanas, tal como o preconceito, nosso objeto de investigação.

A temática preconceito, atualmente, tem sido alvo de atenções diversas e está inscrita na ordem do dia no que toca a discussões, debates, medidas legais e ações relacionadas à questão. A despeito da infinidade de discussões, de produções acadêmicas a seu respeito, de campanhas que conclamam a todos pelo seu fim, as evidências da prática social têm nos indicado uma continuidade e até mesmo um acirramento das relações preconceituosas em

¹ Para fins de padronização e em observância às normas da ABNT NBR 10520:2002, o “grifo do autor” e o “grifo nosso” serão destacados com o sublinhado; os títulos de obras, jornais e revistas aparecerão em negrito; termos estrangeiros em itálico e, para enfatizar idéias ou avisar o leitor de um sentido duplo, empregaremos o sublinhado.

todos os âmbitos – sejam nas relações cotidianas, relações interpessoais entre homens e mulheres, sejam nas relações de trabalho, relações escolares.

Se os estudos e as campanhas, em cena, revelam um progresso no que tange à percepção e admissão da existência desse problema, eles também evidenciam a materialidade das relações sociais contemporâneas, as quais nos revelam uma continuidade do preconceito. Essa permanência do problema está expressa, por exemplo, na necessidade de produzir legislação que proíba o preconceito; nos apelos exibidos em anúncios e propagandas; na execração pública contra aqueles que o manifestam explicitamente.

Mas, o que é esse preconceito que se apresenta disseminado na prática social e cuja discussão está na ordem do dia?

De um lado, ele pode ser entendido tal qual é trazido pelo léxico, isto é, como sinônimo de “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos [...]”, tratando-se de uma idéia preconcebida, um prejuízo, “[...] julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste [...]” (FERREIRA, 2004, p. 1617).

E, ainda, conforme definem Outhwait e Bottomore (1996, p. 602), como sinônimo de pré-julgamento, dotado de rigidez e negatividade, que incide sobre um indivíduo ou grupo, cujas “[...] conotações básicas incluem inclinação, parcialidade, predisposição, prevenção”. No que se refere ao seu uso moderno, assinalam os autores, “[...] o termo veicula muitos significados variantes. Comuns à maioria deles, contudo, são as noções de julgamento prévio desfavorável, efetuado antes de um exame ponderado e completo, e mantido rigidamente mesmo em face de provas que o contradizem”.

De outro lado, o preconceito pode ser explicado, por exemplo, como o apresenta, e o faz de modo original, Heller (1992). Ao dedicar-lhe um tratamento genérico, não se prendendo a tipos específicos de preconceitos, a autora explica-nos que o preconceito tem origem na dinâmica da vida cotidiana, uma das esferas constituintes da realidade. Esta esfera se articula, mas não se confunde, com várias outras, tais como aquelas relacionadas à produção, à política, às relações de propriedade, ciências, arte, moral, etc.

Explica-nos, ainda, que, na dinâmica da vida cotidiana, pensamentos e ações são dotados de caráter espontâneo e pragmático, voltados preponderantemente para o momento imediato. Absorvido pelas urgências do cotidiano, o indivíduo nele se orienta de modo probabilístico, utilizando-se da imitação, da ultrageneralização, de analogias, entre outras formas necessárias à cotidianidade. Necessárias porque, “[...] se nos dispuséssemos a refletir sobre o conteúdo de verdade material ou formal de cada uma de nossas formas de atividade,

não poderíamos realizar nem (sic) sequer uma fração das atividades cotidianas imprescindíveis [...]” (HELLER, 1992, p. 30).

Para Heller (1992, p. 37), “todos esses momentos característicos do comportamento e do pensamento cotidianos formam uma conexão necessária [...] Todos têm em comum o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade”. Isto porque “não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes juízos provisórios, ultrageneralização, mimese e entonação”.

Apesar da imprescindibilidade dessas tendências para a existência da cotidianidade, elas “[...] não devem se cristalizar em absolutos, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação” (HELLER, 1992, p. 37, grifo da autora). Não devem se cristalizar em absolutos porque, quando se cristalizam, faz-se presente a alienação.

A vida cotidiana apresenta-se, por conta das atividades heterogêneas que a constituem, dentre todas as esferas da realidade, como aquela que mais se presta à alienação, embora ela não seja necessariamente alienada. Patto (1990, p. 136), fundamentada em Heller, esclarece-nos que a cotidianidade é alienada somente em

[...] determinadas circunstâncias histórico-sociais, como é o caso da estruturação das sociedades industriais capitalistas. Nestas sociedades, o indivíduo da vida cotidiana é o indivíduo que realiza o trabalho que lhe cabe na divisão social do trabalho, produz e reproduz esta parte e perde de vista a dimensão humano-genérica. Assim sendo, perde de vista as condições de sua objetividade; ao alienar-se, torna-se particularidade, parcialidade, indivíduo preso a um fragmento do real, à tendência espontânea de orientar-se para o seu eu particular. A alienação ocorre quando se dá um abismo entre a produção humano-genérica e a participação consciente dos indivíduos nesta produção [...].

Em acordo com o que alega Vieira (2007), a alienação, ao fazer-se presente na cotidianidade, abre larga passagem para a predominância de preconceitos, os quais são convertidos em uma espécie de óculos com os quais se olha, entende, explica e valida uma infinidade de situações vividas pelos indivíduos.

Trazemos estas definições de preconceito, uma pautada no léxico, que o apresenta de forma concisa, dando-nos uma indicação superficial acerca do que quer dizer o termo, e outra teorizada por Heller (1992), cuja discussão nos possibilita entendê-lo de maneira mais substancial, porque dessas definições havíamos nos apropriado no nosso ponto de partida, quando propusemos a investigação em tela. Não podemos negar que ambas, de modos diferentes, subsidiaram-nos e continuam a nos subsidiar para pensar o preconceito.

No entanto, diante da complexidade desse fenômeno e da dificuldade de entendê-lo em profundidade, dele nos aproximamos, nesta dissertação, em continuidade aos esforços anteriores, mas em busca de rupturas e redimensionamentos, de modo a situá-lo em relação com a própria vida, não o concebendo, em tempo algum, como um fenômeno independente. Ao contrário, o que buscamos demonstrar é precisamente o seu caráter derivado.

As conceituações e análises expostas, tanto com base no léxico como em Heller (1992), dentre outras possíveis e existentes, reforçam a nossa convicção de que o preconceito se trata, indubitavelmente, de um aspecto da existência humana, que incita análises, reflexões, permitindo diversas entradas, recortes e explicações.

Por meio desta dissertação, pretendemos participar dos esforços de reflexão sobre essa temática que diz respeito a um problema humano com raízes históricas e profundas. Buscamos, com este trabalho, oferecer subsídios que possam contribuir para uma compreensão do preconceito como produção humana, observando que, como tal, ele precisa ser tratado. O nosso objetivo maior é apresentá-lo como uma produção intrínseca à produção da vida material, guardando íntima correspondência com suas demandas, leis e propósitos.

O nosso interesse pela temática preconceito foi se constituindo a partir de um estudo que realizamos em nosso último ano do curso de formação em Pedagogia. Inserida na instituição escolar para o desenvolvimento de um estágio de observação, etapa preparatória para o desenvolvimento de nosso estágio de docência, chamou-nos a atenção uma situação aparentemente banal e corriqueira em sala de aula. Tratava-se da postura preconceituosa de professores e alunos em relação aos estudantes que se localizavam no fundo da sala de aula, nominado, pejorativamente, de fundão. A situação observada e as contradições dela decorrentes nos impulsionaram a uma aproximação com esse tema.

Do estudo realizado, naquela ocasião, e apresentado posteriormente em um congresso da área da educação (VIEIRA; MACIEL, 2007a), pudemos depreender que um tratamento classificatório e seletivo dado aos alunos, além de expressar o preconceito, tal como ocorre na prática social, acaba por envolver os estudantes em uma espécie de divisão de classe no interior da sala de aula. Ficou-nos evidenciado que, ao serem classificados como bons e maus alunos – aqueles que têm condições e aptidão para aprender e os que não têm –, nem todos os alunos são contemplados com a atenção do professor, em particular aqueles que são tratados de modo depreciativo, como é o caso dos alunos do chamado fundão. Estes, em nossa interpretação, são passíveis de serem deixados à margem do processo de ensino e de aprendizagem escolar, podendo-lhes, inclusive, sobrevir uma espécie de exclusão intelectual decorrente do abandono pedagógico. Pudemos tomar consciência de que a justificção da

estrutura social, justificação essa que passa pela desqualificação e segregação de muitos e seleção e qualificação de poucos, também pode receber contribuição das relações estabelecidas em sala de aula.

Foi, pois, a partir desse estudo que o preconceito passou a se constituir como nosso objeto de investigação.

Desde essa iniciação na temática, algumas questões nos têm instigado a um estudo mais rigoroso do preconceito, tarefa à qual nos dedicamos, também, nesta dissertação. Dentre as várias questões que têm nos provocado a um estudo permanente do preconceito, podemos destacar:

- O que é o preconceito?
- Por que o preconceito se faz tão presente nas relações em geral?
- Qual seria sua origem?

A proposta inicial desta investigação foi se constituindo mediante estudo realizado para a elaboração de nosso trabalho monográfico, apresentado e defendido em 2007, junto ao curso de Especialização em Teoria Histórico-Cultural, oferecido pela Universidade Estadual de Maringá. Em tal trabalho, intitulado **Investigações sobre o preconceito constante no banco de teses CAPES: presença da abordagem histórico-cultural nos resumos em educação?**, consideramos a possibilidade de muitas das pesquisas de mestrado e doutorado, relacionadas à temática preconceito, terem utilizado dessa perspectiva teórica como subsidiária do referencial de análise.

E por que consideramos essa possibilidade? Porque, ao iniciarmos estudos dessa abordagem teórica, recebemos fecundos subsídios para a compreensão do homem em sua relação e constituição histórica e cultural com o universo de fenômenos externos, objetivados na forma de objetos, linguagem e costumes. Para nós, ficou evidenciado que o entendimento do preconceito à luz dessa teoria adquiriria uma outra condição, tratando-se, desse modo, de uma contribuição imprescindível.

Realizamos, então, um estudo documental, o qual incidiu, inicialmente, sobre 793 resumos de teses e dissertações localizados no Banco de Teses CAPES. Desse universo e sob os critérios estabelecidos, foi possível selecionar 18 resumos, todos da área da Educação e datados da década de 90 do século XX. No entanto, da análise que efetuamos, conforme apresentado em Vieira e Maciel (2007b; 2008b), localizamos somente um resumo – de uma dissertação defendida em 1999, junto a um Programa de Pós-graduação em Educação de uma universidade federal – que fazia menção à abordagem Histórico-Cultural como referencial adotado na investigação.

Ao analisarmos o conteúdo desse único resumo, constatamos que, além da indicação dessa abordagem como referencial teórico, havia, ainda, o anúncio do emprego de formulações teóricas piagetianas. A indicação, no mesmo resumo, de dois referenciais teóricos distintos pareceu-nos reveladora de um tipo de apropriação da perspectiva teórica em pauta, questão rigorosamente analisada por Duarte (2001b) e também compartilhada por Tuleski (2002, p. 19, grifo nosso) ao avaliar que há

[...] uma ‘leitura’ específica feita na atualidade sobre a teoria vygotskiana, priorizando alguns aspectos em detrimento de outros, ignorando os aspectos que o autor intencionalmente tentou evidenciar ou reiterar em seus textos. Esta desconsideração do autor, como alguém historicamente datado e, portanto, comprometido com os acontecimentos de sua época, tem dado margem a inúmeras ‘interpretações’ abstratas de seus conceitos e pressupostos teóricos na atualidade. Seus conceitos, tornados abstratos, não possuem compromisso com nenhum período ou acontecimento, não respondem a determinadas problemáticas existentes em sua sociedade e podem, abstratamente, ser combinados, comparados, complementados por quaisquer autores de quaisquer períodos. Sua teoria pode também ser classificada de acordo com a ênfase em um dado conceito.

Em acordo com o exposto por Vieira (2007, p. 56), a análise que a Escola de Vigotski² faz “[...] do psiquismo humano, partindo sempre da historicidade dos fenômenos que o constituem, não conflui com a abordagem Cognitivo-Construtivista de Jean Piaget (1896-1980), a qual adota um modelo biológico de interação entre organismo e meio ambiente”. E por que não? Por existir “[...] uma profunda e intransponível incompatibilidade epistemológica entre essas duas abordagens, já que os fundamentos filosóficos, sociológicos e políticos de ambas contrapõem-se”.

Ademais, a junção de referenciais teóricos incompatíveis revelou-nos ecleticismo e postura de indisciplina intelectual, como bem formula Triviños (1987).

A ausência de estudos sobre o preconceito, com base em tal perspectiva teórica, indicou-nos a necessidade de investigações que se lancem à exploração desse campo que se abre e contribuam para um outro entendimento do preconceito – como produção humana –, considerando os subsídios oferecidos pela perspectiva em tela. Para essa direção, temos encaminhado os nossos esforços.

² Conforme explica Duarte (2001b), o nome desse psicólogo tem sido escrito de diferentes formas – como, por exemplo, Vygotsky, Vygotski, Wygotski, Vigotski – em virtude de o idioma russo possuir um alfabeto distinto do ocidental. Adotamos, neste texto, a grafia Vigotski, conforme consta nas obras **Teoria e método em Psicologia** (VIGOTSKI, 1996) e **A construção do pensamento e da linguagem** (VIGOTSKI, 2000), publicadas pela editora Martins Fontes. Mantemos, no entanto, a forma de grafar empregada pelos autores cuja bibliografia foi aqui utilizada.

É importante destacarmos que a problematização desta pesquisa emergiu de discussões apresentadas em nosso trabalho monográfico. Uma das discussões que apresentamos na monografia versava sobre os processos de alienação que, segundo Rossler (2003), originam-se de uma estrutura social alienada, a qual produz uma vida cotidiana alienada e esta, por sua vez, abre passagem ao empobrecimento e esvaziamento dos homens. Tais processos de alienação têm se acirrado e impedido uma condução consciente e livre dos indivíduos em termos de pensamento, sentimento e ações.

Questionávamos, naquela oportunidade, dentre outros aspectos, se esse acirramento estaria provocando uma maior vulnerabilidade do indivíduo para a adesão ao preconceito; se estaria contribuindo para que o preconceito vigorasse como uma espécie de lente principal com a qual se olha e se busca justificar uma realidade cada vez mais difícil de compreender. Suspeitávamos que tal acirramento coadunava-se às modificações advindas do realinhamento produtivo capitalista, que não deixava de produzir alterações nos processos de trabalho e, também, nas demais esferas da vida social. Supúnhamos que as modificações em curso não isentavam o preconceito de seus efeitos.

Definimos, então, ante essas suposições e questionamentos, a seguinte questão problematizadora para investigação: o preconceito encontra-se, atualmente, reconfigurado?

Ao iniciarmos nosso estudo em busca de elementos teóricos que pudessem nos conduzir a uma resposta ao problema levantado, outras questões foram se apresentando a nós como imprescindíveis se quiséssemos alcançar uma explicação para tal fenômeno, fundada na materialidade histórica em seu movimento dialético, que é o suporte filosófico e metodológico da Perspectiva Histórico-Cultural. Em virtude de um redimensionamento de nossa compreensão acerca das criações humanas e do próprio homem, fomos procedendo, paulatinamente, um redirecionamento de nossa questão fundamental. Ainda que a questão problematizadora eleita não tenha ficado sem resposta, o empenho maior incidiu sobre a busca por entendimento do preconceito como uma produção humana. Essa busca foi intimamente influenciada pelo referencial teórico-metodológico que adotamos.

No que respeita ao referencial, elegemos o materialismo histórico e dialético como base filosófica, epistemológica e metodológica de nossa investigação, a qual contou, em especial, com autores que se assentam sobre essa mesma base e teorizam o homem como produtor do mundo social e suas criações, com publicações no âmbito da filosofia, da psicologia e da educação. Não dispensamos, entretanto, outras contribuições que nos permitiram a articulação, no pensamento, de teoria (que é prática teorizada) e prática, que possibilitasse ilustrar uma discussão, viabilizar uma compreensão.

Em um esforço de busca por coerência e, também, para relacionar a especificidade que nos dispusemos a conhecer e o modo de produção material da vida humana, tornou-se imperioso a nós a tomada de consciência de premissas relativas ao referencial eleito. À luz desse referencial, como bem define Marx (2001a, p. 28), “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”.

O encaminhamento da investigação, nesse sentido, não foi, em momento algum, arbitrário. Na realidade, é fruto de ponderações, reflexões, movimento de afirmação e negação; de constante considerar, avaliar, reavaliar, enfim, é resultado de assídua deliberação. Fazemos o registro de nosso movimento de apropriação-objetivação, porque o escrito ora apresentado – as seções, a problematização, as questões apontadas, as obras compartilhadas, as citações eleitas, as relações estabelecidas, os nexos explicitados, as argumentações construídas, a linguagem empregada, as conclusões alcançadas – é a materialização desse processo.

A propósito do referencial adotado, destacamos que ele nos dá como princípio que a autoria de toda objetivação existente, qualquer que seja a sua materialidade, localiza-se no homem. É ele o ponto de partida e de chegada para compreendermos quaisquer produções humanas.

Pautadas nesse entendimento, elaboramos a seção dois desta dissertação, intitulada **Preconceito, uma produção humana**. Consideramos que, para abordar o preconceito como criação do homem, não poderíamos dispensar, antes de qualquer outra coisa, um estudo que nos oferecesse elementos para compreender o homem que produz tal criação. Essa compreensão só seria possível se tomássemos uma concepção de homem, a qual deveria ser coerente com o nosso referencial. Nesse sentido, escolhemos autores como, Marx (1983c); Marx e Engels (1986); Markus (1974b); Leontiev (1978); Duarte (1993; 2003; 2004), que realizam teorizações sobre o homem e o fazem assentados em uma mesma base teórico-metodológica, bem como tomam o trabalho como categoria fundante do indivíduo humano e de suas criações, entre elas o preconceito.

O referencial adotado permite reportar-nos a outras épocas, não como se fossem um museu a ser visitado por mera curiosidade, mas para nos aproximar de modos de produção da existência e, ligada a esses modos, a produção de idéias, de costumes, de crenças, de preconceitos. Pautada nele, buscamos apreender a produção de idéias preconceituosas, passadas e presentes, enraizadas no terreno material de produção da vida. Norteada por tal princípio, elaboramos as seções três e quatro desta dissertação.

Na seção três, intitulada **Produção do preconceito no processo de produção da vida**, empenhamo-nos em explicitar a objetivação preconceito enraizada no processo de produção material da existência. Para isso, fizemos um exercício retrospectivo de eventos da história humana, a fim de captar a configuração histórica do preconceito e buscar explicação para a nossa questão problematizadora. Apoiamo-nos, entre outros autores, em Marx (2001b); Marx e Engels (1986); Engels (1985; 1997); Leontiev (1978); Patto (1990); Bianchetti (1998) e Barroco (2007).

Já na seção quatro, sob o título **Produção da vida e do preconceito sob o capitalismo hegemônico**, demos continuidade ao exercício investigativo. Em tal seção, concentramos nossos esforços para nos aproximar do fenômeno preconceito na atualidade. Tomamos, para tanto, elementos que concernem à esfera produtiva, a qual, desde o último quartel do século XX, tem passado por marcante reconfiguração, comumente reconhecida por acumulação flexível. Buscamos expor repercussões possíveis das modificações nessa esfera em outros âmbitos da vida. O preconceito, cujas raízes estão fincadas no processo de produção da existência, não sai ileso aos processos em vigência, daí apontarmos uma flexibilização de suas manifestações. Essa seção contou, em especial, com publicações de Harvey (1992); Antunes (1995); Palangana (1998); Tumolo (2002) e Rossler (2003).

Orientou-nos, ainda, nesta investigação, a idéia de que é preciso tomar a prática social como referência de análise das produções humanas, fazendo-se necessário confrontar, de modo permanente e dialético, pensamento e realidade na busca pela apreensão do real, como puro movimento contraditório.

Por essa senda, elaboramos a seção cinco, intitulada **Preconceito na atualidade: evidências do real**. Dedicamo-nos, em tal seção, a um exercício de aproximação de evidências da realidade, tomando exemplos de três tipos de manifestação do preconceito, quais sejam: o preconceito teórico, ao migrante e à mulher.

Nossa intenção foi tanto a de proporcionar subsídios ao leitor³ no que toca à presença do preconceito em eventos nos quais ele passa despercebido, haja vista sua naturalização, quanto nos acerrar daquilo que tem contribuído para educar os indivíduos, atualmente, para o preconceito. Esforçamo-nos, ainda, nessa mesma seção, em apresentar a educação que consideramos necessária para que o preconceito seja abordado como produção humana, destacando o papel essencial da educação escolar.

³ Leitor, aqui, é considerado o graduando, o graduado, o especialista, o mestre e o doutor; o professor da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Superior; são os professores da nossa banca de Exame de Qualificação e de Defesa; enfim são todos aqueles que se interessam pelo fenômeno preconceito.

Sob o título **Ponto de chegada como novo ponto de partida**, reiteramos, na última seção, em retrospecto ao exposto, a compreensão que pudemos alcançar (nosso ponto de chegada) – dentro do tempo que preme as elaborações teóricas pós-graduadas neste início de século XXI, tanto o tempo cronológico como o histórico, ambos adversos – acerca do preconceito. Salientamos que tal compreensão torna-se o nosso suporte atual (ponto de partida) para novas buscas, em um movimento de continuidade-ruptura (SNYDERS, 2001), em especial para a investigação que pretendemos desenvolver ao visar o doutorado.

É importante mencionar que, no decurso das seções, tomamos recorrentemente escritos de autores clássicos e autores contemporâneos – em particular na seção dois, na qual não dispensamos a contribuição das citações diretas, fartamente utilizadas. E por que essa recorrência? Porque é no difícil processo de produção intelectual que podemos reconhecer, de fato, as limitações e incompreensões teóricas que acompanham o pesquisador iniciante, não prescindindo, desse modo, do suporte teórico-metodológico propiciado por estudiosos consagrados, em especial, os clássicos, cujas contribuições são de grande valia e nos permitem, em determinados momentos, alçar vôos próprios. Ainda que parte dos autores tomados tenha vivido e teorizado em épocas e contextos muito diferentes do atual, seus ensinamentos continuam a lançar luzes sobre a produção da vida humana ao longo dos séculos, permitindo-nos, contemporâneos, uma aproximação da materialidade da história dos homens e das relações por eles constituídas, inclusive as de preconceito. Como bem assinala Palangana (1998, p. 11), referindo-se aos clássicos, “a sabedoria dos homens de hoje está inteiramente respaldada nos ensinamentos dos grandes mestres, que não envelhecem”.

Outrossim, referimos que uma das maiores dificuldades sentida por nós durante a investigação foi relativa ao entendimento do preconceito na atualidade. Por vezes, o fenômeno investigado pareceu-nos algo volátil, escorregadio, o que dificultava nos aproximarmos de sua configuração atual. Como bem considera Palangana (1998, p. 12), os acontecimentos pretéritos permitem ao investigador tomar a devida distância do objeto, o que lhe possibilita observá-lo em suas principais determinações, “já no que se refere a acontecimentos em trânsito essas determinações estão sendo configuradas”. O fato de estarem em curso, pode, potencialmente, constituir-se em um agravante das dificuldades respeitantes à pesquisa. É nessa particularidade que situamos a nossa dificuldade, mas que foi por nós assumida como uma tarefa desafiadora.

Apresentado o ponto de partida desta investigação, o qual se esteia em pontos de chegada anteriores, convidamos o leitor a nos acompanhar na exposição das seções

subseqüentes, síntese possível de nossa trajetória de pesquisa acerca de uma dada produção humana, o preconceito.

2 PRECONCEITO, UMA PRODUÇÃO HUMANA

Nesta seção, dedicamo-nos, fundamentalmente, à compreensão do preconceito como uma produção humana. Apresentamos, para tanto, uma concepção de homem e, a partir desta, buscamos fundamentar a existência do preconceito como um produto da relação entre objetivação e apropriação, posta em movimento pela atividade vital humana, o trabalho.

Pautadas na compreensão de que o indivíduo tem que se apropriar de características humanas para se objetivar homem, já que não herda por via genética a condição humana, e que isso se dá por meio de um processo de educação, esforçamo-nos em mostrar que o preconceito também é aprendido nesse processo. Trata-se, ademais, de um dos tipos de objetivação humana, precisamente a objetivação que se manifesta sob a forma de relações sociais.

Cumpre-nos anunciar, desde já, que a concepção de homem e preconceito, que ora apresentamos, será continuamente retomada no decurso do trabalho como base para empreendemos uma análise das situações vigentes na prática social que expressam o preconceito.

2.1 PRODUÇÃO DO HOMEM E DO PRECONCEITO PELO HOMEM

O preconceito, em nosso entendimento, não é um fenômeno que paira sobre a sociedade, já que o mesmo tem sua concretude manifestada em atitudes, pensamentos, sentimentos e comportamentos humanos. Para nós, ele não tem uma existência atemporal ou inexorável, uma vez que precisa ser produzido no interior das relações humanas em cada época histórica e transmitido de geração em geração, de indivíduo para indivíduo. Tampouco ele é considerado como algo inerente ao homem e nem é própria e adequadamente explicado por si mesmo.

Trata-se, na realidade, de uma produção humana e, como tal, precisa ser compreendido para que possamos desenvolver reflexões acerca de seu significado – configuração do preconceito na atualidade – e de seu sentido – repercussão de tal configuração na formação do homem. Destacamos, no entanto, que, ao considerar tal fenômeno como algo produzido entre os homens e localizado no próprio homem, é imprescindível tomá-lo, isto é, buscarmos a sua apropriação e objetivação pelo homem para entendê-lo. Por que é necessário esse exercício de reflexão?

Primeiro, porque compreendemos, assim como expresso por Marx e Engels (1986, p. 26), que não são de pressupostos arbitrários ou de dogmas que devemos partir para

compreender as produções humanas, mas de “[...] indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação”. Segundo, porque é o homem concreto – síntese de inúmeras relações sociais –, situado e datado, que produz, expressa, respalda, sofre, busca explicar e até mesmo enfrentar o preconceito.

Reputamos que, ao estudar o homem concreto, real, situado historicamente, podemos compreender melhor a condição humana e, por conseguinte, as produções humanas, entre elas o preconceito. Por suposto, abre-se, aí, uma possibilidade de entendimento a respeito da configuração do preconceito na atualidade, objetivo principal deste estudo.

Começamos por apresentar a concepção de homem que orienta a nossa ação investigativa e reflexiva, o homem como ser histórico. O objetivo é explicitar que se tornar homem é uma produção histórica, é uma condição a ser galgada por meio da relação apropriação e objetivação, que se dá, em essência, pelo processo de educação. Embora abordemos mais adiante o que quer dizer objetivação e apropriação, consideramos importante anunciar, desde já, que se tratam de duas categorias⁴, delimitadas por Duarte (1993), para a reflexão sobre o processo de formação do homem. De modo amplo, essas categorias expressam a dinâmica do processo de autoconstrução do ser humano ao longo da história. A objetivação é definida, em linhas gerais, como o processo de produção e reprodução da cultura humana, da vida em sociedade; já a apropriação diz respeito àquilo que o indivíduo internaliza, de acordo com as circunstâncias, das elaborações humanas objetivadas, as quais passam a compor suas características singulares.

2.1.1 Do processo de constituição do homem: elementos-chave

Apresentamos, neste tópico, alguns elementos que consideramos indispensáveis para o nosso propósito de compreensão do homem e de suas produções. Trata-se dos elementos trabalho/atividade vital humana, necessidade, transformação da natureza pelo homem e do homem pelo intercâmbio com a natureza, os quais são admitidos como chave em nossa discussão. Embora algumas passagens por nós trazidas possam já ser conhecidas, entendemos ser importante apresentá-las pelo significado que têm quando nos propomos a pensar o homem como uma produção história.

⁴ Categorias são aqui entendidas como formulações que devem expressar o processo real, daí serem extraídas da realidade e nela ancorar-se. As categorias são formuladas por meio da busca minuciosa e sempre aproximada de compreensão dos processos sociais reais no interior dos quais se inscreve, num circuito infinito, o intercâmbio homem-natureza-homem.

De acordo com os pressupostos do materialismo histórico, nos quais se pautam as reflexões filosófico-ontológicas de vários autores, clássicos e contemporâneos, entre eles Markus (1974a), Leontiev (1978⁵), Lukács (1978) e Duarte (1993; 2003), a constituição do homem como ser social tem início com a conclusão do longo processo da evolução biológica dos membros da espécie humana, com o que se salta “[...] da história da natureza orgânica para a história social” (DUARTE, 2003, p. 23).

Ainda que a existência humana nunca tenha dispensado a base biológica e seus processos naturais, os membros da espécie humana, concluído esse longo processo evolutivo, adquiriram condições suficientes para passarem à história social, isto é, passaram à vida numa sociedade organizada na base do trabalho (LEONTIEV, 1978).

O trabalho, conforme afirma Marx (1983c, p. 149), “antes de tudo, [...] é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. Pelo trabalho, o ser humano coloca em ação as forças das quais é dotado o seu corpo, isto é, “[...] põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”.

Enquanto ação deliberada – portanto não é instintiva e nem mecânica – sobre a natureza, o trabalho realizado pelo ser humano supre as necessidades humanas, não importando, conforme ensina Marx, se as mesmas são originárias do estômago ou da fantasia.

Segundo Leontiev (1978, p. 70), “o aparecimento e o desenvolvimento do trabalho, condição primeira e fundamental da existência do homem, acarretaram a transformação e a hominização do cérebro, dos órgãos de actividade externa e dos órgãos dos sentidos”.

Dentre os órgãos de atividade externa transformados pelo desenvolvimento do trabalho, um destaque especial é dado à mão humana. Leontiev (1978) a aponta como o órgão principal da atividade do trabalho do homem. Órgão e produto do trabalho, a mão humana torna-se, segundo o autor, um instrumento que produz novos instrumentos, desde os mais simples, conforme exemplifica Bifon (2007), como a produção da pedra lascada há milhões de anos para aumentar a possibilidade de êxito do homem durante uma caçada, até os mais sofisticados, utilizados atualmente, tais como: computadores, robôs, foguetes espaciais, internet, armas nucleares, etc.

Pelo trabalho, os membros da espécie humana tornam-se aptos para criar necessidades e dar-lhes respostas. Lukács (1978, p. 5) explicita-nos melhor essa afirmação ao esclarecer

⁵ A obra **O desenvolvimento do psiquismo** de autoria de Leontiev, publicada em 1978, pela editora Livros Horizonte, encontra-se grafada no português de Portugal.

que “[...] toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca”. O autor postula que o carecimento é precisamente o motor do processo de reprodução individual e social, cabendo-lhe pôr em movimento o trabalho e tudo mais que existe, em função da sua satisfação.

Fonte de produção da realidade sócio-histórica, o trabalho, também denominado de atividade vital humana (DUARTE, 1993; 2003), constituiu-se o movimento fundador da vida humana consciente. A passagem à sociedade edificada na base do trabalho significou essa fundação, mediante a produção dos meios de existência pelos indivíduos.

No tocante à produção dos meios de existência para satisfazer as necessidades ligadas à sobrevivência humana, é importante destacar que, sob seus efeitos, estabeleceu-se a diferenciação entre os seres humanos e os demais seres vivos. Menciona Markus (1974a, p. 48, grifo do autor) que, “como qualquer outra espécie animal, o homem é um produto determinado e limitado pela natureza; ele é capaz, entretanto, de elevar-se acima de tais limites, de subordinar ao seu poder o conjunto da natureza, transformando tal conjunto em seu ‘corpo inorgânico’”. Essa subordinação e transformação da natureza a seu favor é o que o distingue do animal, posto que, “[...] enquanto esse último [o animal] é tão-somente uma ‘espécie’ (*Art*), que sempre pertence a um ‘gênero’ (*Gattung*), o homem é o gênero ao qual todo fenômeno natural pertence enquanto ‘espécie’”.

Foi precisamente o processo de produção das condições de sua existência, pelo trabalho, que permitiu ao ser humano elevar-se acima dos limites impostos pela natureza e criar a realidade humana, a história social e, com isso, criar a diferenciação entre os seres humanos e os outros animais.

A respeito dessa diferenciação, Markus (1974a, p. 48) assinala que sua causa “[...] deve ser buscada na diversa atividade vital própria do homem e do animal”. E o que isso quer dizer? Quer dizer que, ainda que o animal também realize uma atividade vital, uma atividade de vida, atividade que lhe permite sobreviver, o trabalho que realiza não se assemelha ao trabalho desenvolvido pelo ser humano. Isto porque nenhum animal desenvolve as potências adormecidas da natureza “[...] e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1983c, p. 149), à sua vontade. Nenhum animal, portanto, produz, deliberadamente, os seus meios de vida como o ser humano o faz.

Devemos frisar que, em resposta às suas necessidades, aos seus carecimentos, o ser humano produz pela sua atividade vital os seus meios de existência e os produz pela transformação da natureza, modificando-a a seu favor. Com essa modificação da natureza, os seres humanos criam não somente os objetos que visam satisfazer suas necessidades, como

também elaboram os meios de produção dos mesmos, desde os instrumentos mais simples até as máquinas mais complexas (LEONTIEV, 1978).

A produção dos meios de vida é apontada por Marx e Engels (1986, p. 39, grifo nosso) como o primeiro ato histórico, a condição insuprimível, “[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história [...]”.

História, conforme Marx e Engels (1986, p. 70), significa “[...] a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a elas transmitidas pelas gerações anteriores”. Na mesma direção, Duarte (1993, p. 40) salienta que “[...] o indivíduo, para se constituir enquanto um ser singular, precisa se apropriar dos resultados da história”, precisa se inserir nela, isto é, inserir-se nas condições determinadas pela atividade passada de outros homens. História é, portanto, produto da atividade vital humana de incontáveis gerações de seres humanos, de suas relações entre si e, evidentemente, com a natureza.

Para fazer história, explicitam Marx e Engels (1986, p. 40), “[...] os homens devem estar em condições de viver, [...] para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e alguma coisa mais”. Todavia, comida, bebida, habitação, vestes, etc. não vicejam por aí sempre prontas para consumo. É necessário produzi-las, produzir os meios “[...] que permitam a satisfação dessas necessidades”, isto é, comer, beber, ter habitação, vestir, etc. A produção dessas condições de vida, a satisfação dessas necessidades é, pois, o primeiro ato histórico.

A partir da ação humana para satisfação destas primeiras necessidades, que permite ao homem estar em condições de viver, e da produção dos meios de satisfação de suas necessidades, isto é, da produção de instrumentos, novas necessidades são geradas (sejam originárias do estômago ou da fantasia), ligadas à produção material da vida.

Isso quer dizer que, ao apropriar-se da natureza e nela se objetivar – no sentido de o trabalho humano tomar corpo em objetos que inicialmente eram um conjunto de elementos estritamente naturais –, outras necessidades são criadas pelo ser humano, num processo sem fim, exigindo-lhe sempre formas adequadas de agir. Essa exigência por novas formas de agir sobre a natureza, para satisfazer as necessidades produzidas, impetra tanto a incorporação da ação já executada e do instrumento empregado quanto a sua superação. Com isso, como bem destaca Duarte (1993, p. 35), “[...] surgem (se objetivam) novas forças e necessidades humanas, em função de novas ações geradas pelo enriquecimento da atividade humana”, possibilitando, assim, o desenvolvimento histórico.

Cabe destacar que, pela atividade vital humana, o indivíduo não só se apropria da matéria natural como também se objetiva nela por meio do produto de sua atividade. No processo de transformação da natureza, que lhe é exterior e que se constitui em seu corpo inorgânico quando dela se apropria, objetivando-se nos produtos do seu trabalho, o indivíduo é, também, transformado.

Esse processo é explicitado por Marx (1983c, p. 149) da seguinte forma: o homem, “ao atuar [...] sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria Natureza”. Duarte (1993, p. 31) enfatiza, nessa mesma perspectiva, que o ser humano, “[...] ao produzir os meios para satisfação de suas necessidades básicas de existência, ao produzir uma realidade humana pela sua atividade, humaniza a si próprio, na medida em que a transformação objetiva requer dele uma transformação subjetiva”. Em outros termos, o ser humano cria, objetivamente, bem como no âmbito subjetivo, uma realidade humanizada.

Um outro ponto que trazemos é que, uma vez efetuada a produção de algo, o trabalho do ser humano acumula-se, cristaliza-se no produto de sua atividade. Nesse sentido, “o que da parte do sujeito se manifesta sob a forma de movimento (*Unruhe*), aparece no produto sob a forma de propriedade em repouso (*Ruhende Eigenschaft*), sob a forma de ser objectiva ou de materialidade (Marx)” (LEONTIEV, 1978, p. 236). Há a transformação do trabalho humano em seu produto que, conforme Leontiev (1978, p. 237), apresenta-se sob uma forma exterior, como uma “[...] concretização, nos produtos da actividade dos homens, das suas particularidades psíquicas e a história da cultura material e espiritual – como um processo que [...] traduz as aquisições do desenvolvimento das capacidades do género humano (*Mehschengattung*)”.

O gênero humano, questão que será retomada mais adiante, constitui-se, segundo Duarte (2004, p. 46), por meio da construção da cultura, num movimento em que o homem “[...] vai humanizando o seu mundo e humanizando a si próprio [...]”.

A construção da cultura, ressaltamos, é possível somente pela realização da atividade vital humana, o trabalho. Ainda que historicamente o trabalho tenha tomado diferentes formas, existem determinadas características que o definem como tal. Adiantamos que a primeira delas é a produção de meios (instrumentos) para satisfação de necessidades vitais.

Duarte (2004, p. 48-49), apoiado em Marx e Engels, exemplifica-nos que, enquanto os animais agem e com isso satisfazem, de forma imediata, suas necessidades, “[...] os seres humanos agem para produzir os meios de satisfação de suas necessidades [...]”. Há uma atividade mediadora entre a necessidade dada no ponto de partida (por exemplo, a necessidade de alimento) e a satisfação de tal necessidade no ponto de chegada. Essa

atividade mediadora somente é possível com a produção de meios de satisfação da necessidade. É justamente a produção dos meios de satisfação da necessidade que marca a diferença entre a atividade do ser humano e a dos animais. A satisfação de necessidades gera novas necessidades ligadas à produção material da vida. Em se tratando de uma atividade coletiva desde sempre, determinadas maneiras de se organizar vão sendo produzidas, “isso quer dizer que além da produção de instrumentos temos também a ‘produção’ de relações sociais. No mesmo processo vai sendo produzida a fala, ou seja, a mais fundamental forma de linguagem humana [...]” (DUARTE, 2004, p. 49).

A linguagem, as relações entre os indivíduos de um mesmo grupo, os instrumentos, resultados da atividade humana, foram, desse modo, adquirindo uma existência material, objetiva. É justamente o resultado desse processo de produção de algo pela atividade humana, mais precisamente pelo trabalho, que recebe o nome de objetivação, termo que, segundo o autor em referência, foi empregado por Marx e incorporado por Leontiev.

Objetivação é, portanto, o produto da atividade humana, a atividade física ou mental dos seres humanos transferida para os produtos dessa atividade. Ou, conforme expõe Duarte (2004, p. 49-50), “aquilo que antes era faculdades dos seres humanos se torna, depois do processo de objetivação, características por assim dizer ‘corporificadas’ no produto dessa atividade, o qual, por sua vez, passa a ter uma função específica no interior da prática social”. A produção e reprodução da cultura no interior da vida em sociedade é, pois, o próprio processo de objetivação.

Como bem sintetiza Bifon (2008, p. 7), pautada na leitura que faz de Leontiev, Markus, Duarte, “pela via do trabalho, o homem vai simultaneamente objetivando o mundo, se apropriando dessas objetivações e usando-as para mediar seu processo de subjetivação [...]”. Isso inaugura, continua a autora, “[...] novas possibilidades de objetivações, de maneira que, num movimento contínuo vão levando o homem do reino da hominização (pertencente à espécie humana) para o reino da humanização (pertencente ao gênero humano)”.

Destacamos, para finalizar, que o indivíduo produz a realidade humana ao mesmo tempo em que se produz, sendo a sua produção fruto da relação entre objetivação e apropriação suscitada pela atividade vital humana. Em outras palavras, a relação entre objetivação e apropriação põe em movimento a produção e reprodução da realidade humana, das criações humanas, dentre elas o preconceito, enfim, do indivíduo na condição de homem. Vejamos, a seguir, acerca dessa relação.

2.1.2 Relação entre objetivação e apropriação

Duarte (2003, p. 24) assim descreve a relação entre objetivação e apropriação: “o processo de apropriação surge, antes de tudo, na relação entre o homem e a natureza. O ser humano, pela sua atividade transformadora, apropria-se da natureza incorporando-a à prática social. Ao mesmo tempo, ocorre também o processo de objetivação [...]”, isto é, “[...] o ser humano produz uma realidade objetiva que passa a ser portadora de características humanas [...]”.

Essa realidade objetiva por ele produzida, na qual se fixam e se acumulam as características humanas, “[...] gera a necessidade de outra forma do processo de apropriação, já agora não mais apenas como apropriação da natureza, mas como apropriação dos produtos culturais da atividade humana, isto é, apropriação das objetivações do gênero humano [...]” (DUARTE, 2003, p. 24).

Este é um aspecto importante que devemos sublinhar. Trata-se do processo de apropriação voltado às objetivações, às características do gênero humano, para além da apropriação primeira restrita à natureza. Segundo Duarte (1993, p. 42), “as características do gênero humano resultam do processo histórico de objetivação e não são transmitidas biologicamente aos membros do gênero humano, razão pela qual eles têm que delas se apropriar”. Mas o que quer dizer objetivação e gênero humano?

As objetivações, conforme vimos, definem-se como o processo de produção e reprodução da cultura humana, da vida em sociedade, referem-se, de acordo com Duarte (1993; 2003), a todos os produtos da atividade humana ao longo da história. Abarca os objetos em sentido estrito – como, por exemplo, objetos do dia-a-dia, instrumentos de trabalho, máquinas, etc. –, a linguagem, as relações sociais entre os indivíduos – compostas de atitudes de vários tipos, entre elas as de preconceito, como veremos mais adiante –, até as formas mais elaboradas denominadas de objetivações genéricas, que é o caso, por exemplo, da arte, da filosofia, da ciência, etc.

Já gênero humano, diz respeito a uma categoria, precisamente uma categoria histórica, a qual se diferencia da categoria de espécie humana, que é de ordem biológica. De acordo com Duarte (1993, p. 18), a categoria histórica de gênero humano “[...] sintetiza os resultados da auto-construção humana”, ou melhor, “[...] expressa a síntese, em cada momento histórico, de toda a objetivação humana até aquele momento”.

Exatamente por estar expresso na síntese do conjunto das objetivações humanas, e não nos genes do ser humano, o conteúdo da categoria gênero humano não pode ser transmitido

aos indivíduos pelo mecanismo biológico da hereditariedade. Criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, por meio do processo de objetivação suscitado a partir da apropriação da natureza, as características do gênero humano, encarnadas na síntese das objetivações, não se localizam e nem se acumulam no organismo do ser humano.

Pelo contrário. De seu conteúdo precisa se apropriar cada novo indivíduo que nasce, uma vez que ninguém nasce dotado das características do gênero humano. Somente apropriando-se delas é que o indivíduo pode constituir-se homem e não apenas um membro da espécie humana, o que quer dizer que “[...] não é a espécie que contém essas características, não é na espécie que as características humanas possuem uma existência objetiva” (DUARTE, 1993, p. 18).

O gênero humano constitui-se, em suma, da objetividade das características humanas expressas e encarnadas no conjunto das objetivações existentes, as quais atestam as grandes transformações que foram e são operadas na natureza e no âmbito do psiquismo humano.

As transformações operadas no âmbito do psiquismo devem-se à modificação consciente e ativa, pelo indivíduo, do mundo circundante, o que o configura internamente e abre a possibilidade de seu desenvolvimento superior. Isso porque, nos produtos da cultura, está encarnado não só o trabalho do ser humano, como o desenvolvimento de suas capacidades psíquicas que, de certo modo, passam a se fixar nos produtos da atividade humana, ou seja, nas objetivações. Segundo Leontiev (1978, p. 165), cada objetivação “[...] exprime sob uma forma exterior e objectiva, as aquisições do desenvolvimento das aptidões do género humano”.

Devemos destacar que, além de se apropriarem das objetivações que constituem a cultura humana, os indivíduos devem, ainda, se apropriar das aptidões e habilidades humanas necessárias à utilização desse conjunto de objetos da cultura. E como isso se realiza?

Valemo-nos de um exemplo de Leontiev (1978) que ajuda a ilustrar o que seja apropriar-se de aptidões. Ele relata, acerca do uso da ferramenta manual, que se trata de uma objetivação sob a forma de instrumento, que o homem, ao produzi-la, produz também a aptidão para utilizá-la. Descreve o autor que a mão humana, quando da utilização de uma ferramenta manual, integra-se e subordina-se ao “[...] sistema sócio-historicamente elaborado das operações incorporadas no instrumento [...]”, isto é, o modo de segurá-lo, de manuseá-lo, de colocá-lo em ação não é instintivo, mas aprendido, apropriado. Nesse sentido, “a apropriação dos instrumentos implica [...] uma reorganização dos movimentos naturais instintivos do homem e a formação de faculdades motoras superiores” (LEONTIEV, 1978, p. 269), de aptidões motoras superiores.

Retomemos a questão da objetivação. Ao discutir a relação entre objetivação e apropriação, Duarte (1993) faz referência às objetivações sob a forma de instrumentos, sob a forma de linguagem e sob a forma de relações sociais. Apresentamos aqui, em linhas gerais, o que o autor traz a respeito dessas três formas de objetivação, entre outras existentes. Assinalamos, entretanto, que, de fato, interessa-nos, neste trabalho, a objetivação sob a forma de relações sociais, já que é no interior delas que buscamos situar o preconceito. Começemos pela objetivação sob a forma de instrumento.

O instrumento, de acordo com o autor, seja no formato de ferramentas manuais, de objetos do cotidiano, seja no formato de máquinas, é uma forma de objetivação e apropriação da atividade vital humana. Isto quer dizer que a transformação de um objeto em estado natural em um instrumento, o qual passa a compor o universo das objetivações humanas, é, segundo Duarte (1993, p. 32-33), “[...] tanto um processo de apropriação da natureza pelo homem, quanto um processo de sua objetivação [...]”.

Esclarece-nos, ainda, Duarte (1993, p. 33) que “um instrumento é não apenas algo que o homem utiliza em sua ação, mas algo que passa a ter uma função diversa de sua função natural, uma função cuja significação é dada pela atividade social”. Ao objeto natural, é atribuído um significado novo e, por essa razão, “[...] um objeto só pode ser considerado um instrumento quando possui uma função no interior da prática social”.

Duarte (1993, p. 34) explica que “o objeto em seu estado natural é resultante da ação de forças físico-químicas e, dependendo do objeto, de forças biológicas”. Na condição de instrumento, todavia, o objeto passará “[...] a ser resultante também da vontade e da atividade do homem”. Com isso, “o ser humano cria uma nova função para aquele objeto (obviamente que tal criação se realiza inicialmente de forma não necessariamente intencional sendo muitas vezes, até totalmente acidental) [...]”, esforçando-se em, “[...] pela sua atividade, obrigar, até onde lhe seja possível, o objeto a assumir feições e características desejadas”.

Transformado em instrumento, o objeto, inicialmente em estado natural, torna-se uma objetivação, ou seja, um produto da atividade humana. Frisamos, torna-se uma objetivação porque “[...] o homem objetivou-se nele, transformou-o em objeto humanizado, portador de atividade humana”. O que é fundamental nesse ponto é que, “[...] ao sofrer a ação humana, o objeto passa a ter novas funções, isto é, passa a ser portador de funções sociais” (DUARTE, 1993, p. 35).

A respeito da objetivação sob a forma de linguagem, Duarte (1993, p. 37) explica que a atividade vital humana “[...] não se realiza sem a atividade de comunicação entre os homens, na medida em que aquela atividade vital é, desde sua origem, uma atividade coletiva”. Como

atividade coletiva, para se realizar, exige uma outra atividade, qual seja, a atividade comunicativa. Esta, no decurso da história primitiva, foi “[...] se objetivando em processos que geraram a linguagem”.

Duarte (1993, p. 37) assinala que “a gênese da linguagem, enquanto objetivação do pensamento humano é, ao mesmo tempo, a história da apropriação, pelo pensamento, das estruturas de comunicação que vão sendo objetivadas na linguagem”. Tais estruturas de comunicação, de existência externa e fruto da atividade externa, “[...] são apropriadas pelos homens transformando-se em estruturas de pensamento, num processo infinito. A apropriação da linguagem é a apropriação da atividade histórica e social de comunicação que nela se acumulou, se sintetizou”.

No que se refere às relações entre os seres humanos, que constituem uma outra forma de objetivação da atividade vital humana – é no plano das relações sociais que assinalamos o lugar do preconceito –, Duarte (1993, p. 38) expõe que “além dos instrumentos e da linguagem, também as relações entre os seres humanos são objetivações da atividade humana”. No caso delas, “[...] tratam-se de determinados tipos de atitudes entre os homens que vão se fixando, se objetivando, e sendo apropriadas por cada pessoa durante sua vida”, incluindo-se aí as atitudes de preconceito.

Em relação a tal forma de objetivação – as relações entre os seres humanos –, vale sublinhar que os indivíduos, desde o nascimento, vão se apropriando, de forma mediada, evidentemente, das estruturas de relações sociais, as quais têm existência externa e resultam da atividade externa. Essas estruturas de relações sociais apropriadas pelos indivíduos vão sendo objetivadas nas atitudes, ou de forma mais ampla, no comportamento humano (nas formas de pensar, sentir, agir). Considerado, aqui, como uma objetivação humana, o preconceito não está em outra parte – por exemplo, na consciência ou em idéias distorcidas, na genética humana, em alguma força superior que paira sobre os homens –, senão no interior dessas estruturas de relações sociais.

No início da sociedade humana, assinala Duarte (1993, p. 38), muito provavelmente, a objetivação sob a forma de relações sociais “[...] estava muito ligada à obtenção de êxito, na relação com a natureza, de determinadas formas de atividade coletiva, nas quais se estabeleciam determinadas relações entre os participantes dessas atividades”. Presumimos que, no conjunto das relações estabelecidas entre os participantes para a realização de atividades coletivas, contava-se com a relação preconceituosa, entre outras possíveis.

Um outro aspecto trazido por Duarte (1993, p. 38), que nos interessa apresentar neste momento, é que:

Assim como a linguagem e os instrumentos, também a objetivação das relações entre os homens significa acúmulo de experiência, síntese de atividade humana, de tal forma que cada ser humano se apropriando dessas objetivações, passa a agir no âmbito das condições sociais [...].

E de que modo cada indivíduo vai se apropriando das objetivações, sejam elas na forma de relações sociais, sejam na de linguagem ou de instrumentos? Leontiev (1978, p. 173, grifo do autor) revela que, ao conviver com outras pessoas e entrar em relação com a cultura, cada indivíduo vai se apropriando, sempre de forma ativa, das objetivações, dos “[...] meios, aptidões e saber-fazer necessários para realizar a actividade que mediatiza a sua ligação com a natureza”, tornando, assim, “[...] os seus meios, as suas aptidões, o seu saber-fazer [...]”.

Vejamos, a seguir, de forma mais detalhada, a respeito desse processo de apropriação das objetivações que, conforme observamos, realiza-se por meio da educação.

2.1.3 A propósito do processo de educação

Como se realiza o processo de produção, ou melhor, de formação do homem? Podemos dizer, em síntese, que o processo de constituição do homem realiza-se sob a relação dialética entre objetivação e apropriação. Mas como entendê-la?

Do modo como temos destacado até agora, cada indivíduo adquire, forma-se “[...] apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história” (DUARTE, 1993, p. 47). Cada ser humano, na realidade, “[...] desenvolve suas faculdades especificamente humanas através do processo de objetivação que, para realizar-se, necessita que cada indivíduo se aproprie daquilo que foi objetivado pelas gerações que lhe antecederam” (DUARTE, 1993, p. 50).

Mas de que modo cada indivíduo se apropria das elaborações humanas cristalizadas no mundo circundante e, assim, objetiva-se? Veremos, no decorrer desta discussão, que cada indivíduo se apropria das elaborações humanas – inclusive das noções e idéias preconceituosas – e se objetiva a partir daquilo que circula no contexto em que vive e que é internalizado.

Como já enfatizamos no subitem anterior (2.1.2), as características do gênero humano não se acumulam no organismo do ser humano e nem são transmitidas de pais para filho. Embora cada indivíduo possua um arcabouço biológico próprio da espécie humana, “o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso

adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 267). De modo semelhante, Duarte (1993, p. 18) destaca que “[...] o mecanismo biológico da hereditariedade não transmite aos indivíduos as características que permitirão considerá-lo efetivamente um ser humano”.

Se os animais herdam geneticamente as características fundamentais da sua espécie – fato que lhes determina biologicamente os limites do seu desenvolvimento –, porque já nascem dotados de um conjunto de capacidades segundo a espécie à qual pertencem, adaptando-as às condições ambientais que encontram, as características do gênero humano, as habilidades genuinamente humanas não são transmitidas, por sua vez, por herança genética aos indivíduos. E por que não? Porque essas características e habilidades encontram-se cristalizadas nas objetivações, isto é, nos bens materiais (objetos), na linguagem, nas relações sociais – preconceituosas ou não –, nas diversas formas de conhecimento, enfim, na cultura.

Em outras palavras, essas características e habilidades humanas são, inicialmente, externas ao indivíduo. Por serem externas a ele, não estão dentro dele. Se não estão dentro dele, isto é, em seus genes, cada novo indivíduo precisa se apropriar das criações e do desenvolvimento da humanidade – que encerram, cristalizam as aptidões, as capacidades especificamente humanas – para poder galgar o seu próprio desenvolvimento.

Em virtude de não contar com aptidões e habilidades dadas biologicamente como os outros animais, de não herdar, por via genética, o desenvolvimento intelectual (psíquico) produzido pelas gerações passadas e acumulado no decurso da história, todos os membros da espécie *Homo Sapiens*, sem exceção, precisam aprender, por um processo de educação, as características e aptidões especificamente humanas para poder se objetivar.

É por meio do processo de educação que cada indivíduo vai se objetivando à medida que vai se apropriando de características especificamente humanas fixadas e acumuladas nas objetivações. Estas vão sendo aprendidas com a geração que o indivíduo convive e no mundo em que vive.

A tarefa da educação é precisamente possibilitar a criação de aptidões humanas que estão postas nas objetivações.

Leontiev (1978, p. 272, grifo do autor), em um de seus estudos, explicita-nos que

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenómenos objectivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, <<os órgãos da sua individualidade>>, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com

os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles.

Importante marcar que as aptidões e habilidades humanas, que cada um aprenderá ao longo da vida – até mesmo o preconceito –, não estão definidas antecipadamente. De modo algum estão definidas para o indivíduo, *a priori*, as aptidões que serão mais ou serão menos desenvolvidas na sua vida adulta. Estas se desenvolverão conforme se efetue

O processo de apropriação [...] no decurso do desenvolvimento de relações reais do sujeito com o mundo. Relações que não dependem nem do sujeito nem da sua consciência, mas são determinadas pelas condições históricas concretas, sociais, nas quais ele vive, e pela maneira como a sua vida se forma nestas condições (LEONTIEV, 1978, p. 257, grifo do autor).

O autor em questão assinala que cada indivíduo traz, ao nascer, uma única aptidão, que é a aptidão para formar aptidões, a aptidão para aprender capacidades, para aprender habilidades, enfim, para aprender a ser humano, constituindo a sua condição humana, em um processo sem fim e durante toda a sua existência. Estamos, então, a insinuar que o ser humano nasce com aptidão para aprender o preconceito? Não exatamente. O que ocorre, conforme veremos na próxima seção, é que, sob determinadas relações sociais de produção, plantadas sobre o terreno da desigualdade de classes, o indivíduo, ao nascer, herda das gerações humanas contemporâneas e passadas circunstâncias que o fazem preconceituoso, assim como ele mesmo, no decurso da vida, faz preconceituosas as circunstâncias.

Em relação à condição humana, cada indivíduo vai aprendendo à medida que se apropria das objetivações existentes, encarnadas na cultura e, nesse movimento, vai subjetivando-as – passa a fazer parte das suas características pessoais – e objetivando-se.

Ninguém nasce, portanto, dotado da condição humana, uma vez que esta condição está posta para todos somente como possibilidade. Nesse sentido, “podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem” (LEONTIEV, 1978, p. 267, grifo do autor), não passando, no momento de seu nascimento, de um candidato à humanidade.

Se a condição humana não é inerente ao indivíduo quando nasce, assim como não o é o preconceito, tal condição precisa ser constituída e isso se realiza por um processo de educação, processo responsável pela formação de cada indivíduo, pela produção do homem.

Aquilo que cada indivíduo se torna, a condição humana que consegue alcançar, aquilo que conhece e utiliza da cultura acumulada, conforme o acesso que a ela tem e segundo o

grupo social ao qual pertence, diz respeito àquilo que aprende, ou melhor, apropria-se no longo e nunca acabado processo de educação. E como o mesmo se realiza?

Esse processo realiza-se na convivência com as gerações mais velhas, pelas suas transmissões e no contato mediado com as objetivações que cristalizam as aptidões e capacidades especificamente humanas à luz do momento histórico em que vive o indivíduo. O início desse processo, frisamos, dá-se sempre na relação com as gerações mais experientes, as quais têm um papel imprescindível.

Leontiev (1978) exemplifica que, se a terra sofresse uma catástrofe e todos os adultos e crianças mais velhas fossem eliminadas, restando apenas crianças muito novas, estas não teriam como se apropriar da cultura, das produções humanas. E por que não? Por falta de ter alguém mais experiente, pertencente às gerações mais velhas para lhes transmitir, em um processo de educação, as riquezas encerradas nos objetos da cultura; porque sozinhas não teriam condições de decifrar as riquezas acumuladas.

Destacamos, com base nesse entendimento, que “o movimento da história só é [...] possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação” (LEONTIEV, 1978, p. 273). Portanto, a transmissão de geração em geração dos resultados do desenvolvimento sócio-histórico, do desenvolvimento psíquico acumulado nos produtos da atividade humana – mesmo a transmissão do preconceito – deve sempre ocorrer. Sem isso, torna-se impossível a continuidade do progresso histórico, já que nenhum novo indivíduo, isolado, tem condições de se apropriar das objetivações humanas.

Na realidade, a apropriação de toda e qualquer objetivação realiza-se sempre de forma mediatizada, isto é, pelas relações, sob condições concretas, com outros homens (considerados mediadores entre cada indivíduo que nasce e o mundo da atividade humana objetivada). A apropriação, nessa perspectiva, não pode ser concebida como uma relação fechada entre indivíduo e objeto. É por essa razão que Leontiev (1978, p. 238) assinala que “o indivíduo, a criança, não é puramente e simplesmente lançada no mundo dos homens, é aí introduzida pelos homens que a rodeiam e a guiam neste mundo”.

Se, por um lado, a transmissão, a comunicação, a mediação das gerações mais experientes são imprescindíveis, por outro lado, é preciso a participação ativa do indivíduo para que possa se apropriar dos produtos da cultura a que tem acesso e, desse modo, se objetivar.

Em sua participação na vida cotidiana, no trabalho e nas diversas formas de atividade social, o indivíduo deve aprender, segundo Leontiev (1978, p. 238), a agir ativa e

adequadamente em relação “[...] aos fenómenos objectivos ideais criados pelo homem – à língua, aos conceitos e às idéias, às criações da música e das artes plásticas”, aos preconceitos.

Deve, ainda, reproduzir a atividade adequada para a qual o objeto a que tem acesso foi criado. A atividade a ser reproduzida, conforme Duarte (1993), não é necessariamente a de produção do objeto, podendo tratar-se de uma atividade de utilização. Se assim for, o indivíduo deve aprender a utilizar o objeto e a reproduzir para si as aptidões nele cristalizadas.

Ilustremos o que isso quer dizer. Um lápis, por exemplo, que é um objeto da cultura, uma objetivação sob a forma de instrumento, cada novo indivíduo só se apropria do mesmo quando aprende a utilizá-lo em conformidade com o uso social para o qual foi inventado, isto é, auxiliar no registro da escrita, do desenho. Isso significa que cada novo indivíduo deve aprender a segurá-lo adequadamente, a colocá-lo na posição correta, a pressionar, de forma eficaz, a sua ponta contra o papel, fazendo-o deslizar para, desse modo, escrever ou desenhar.

Um exercício de reflexão sobre o preconceito também é possível, aqui, tomando essa questão da reprodução da atividade adequada. Vejamos.

Do mesmo modo que os indivíduos têm que aprender o uso social da objetivação lápis, reproduzindo para si as aptidões nele cristalizadas, é provável que cada pessoa, para se apropriar do preconceito, tenha que desenvolver uma atividade que reproduza os traços essenciais da atividade humana nele acumulada e encarnada.

Questionamos, todavia: Quais seriam esses traços essenciais encarnados na relação preconceituosa? Ou melhor: Quais seriam as características “clássicas” dessa relação para que seja assim considerada?

É possível supor que um de seus traços constituinte esteja no ato de discriminar e julgar os seres humanos, previamente, pelas suas características mais evidentes, quer de modo favorável ou desfavorável. Um outro traço provável pode estar na valorização de algumas características humanas – consideradas como superiores – e desvalorização de outras – consideradas como inferiores.

É válido atentar, aqui, para uma questão importante, já que expressa a realidade dos homens, mas que geralmente passa despercebida. Trata-se da idéia usual de que o preconceito é somente, e inexoravelmente, maligno. Entendemos que os indivíduos não podem dispensar, para se moverem no mundo, de uma escala de valores, a qual é sempre graduada por valores mais, ou menos, positivos, mais, ou menos, negativos.

É possível presumir que, a depender da circunstância, o preconceito pode constituir-se em uma espécie de defesa, em um meio ou mesmo um recurso de sobrevivência dos indivíduos, dos povos. Exemplos disso seriam os surrados avisos ou conselhos dados em

particular às crianças e que servem de orientação à conduta, expressos em frases como: nunca aceite doce de estranho; não converse com estranhos; jamais abra a porta quando estiver sozinho(a) em casa; cuidado com o homem do saco; entre tantos outros. Se perscrutado com base em uma concepção dialética – que compreende a realidade, em sua totalidade, como expressão do movimento tese, antítese, síntese –, precisamos considerar que o preconceito, assim como as demais objetivações, comporta dimensões distintas e antagônicas – ele é ruim e não ruim, bem como pode ser outra coisa para além do movimento pendular entre esses dois pólos, que seria a síntese. Logo, não pode ser um fenômeno unilateral, como ordinariamente pensamos.

A hierarquização dos indivíduos, tomando por base suas características físicas e psíquicas e seu valor nessa constituição hierárquica – no topo da hierarquia estaria o que é de valor, desejável, seguido pelo que é de valor menor, mas ainda aceitável, e na base estaria o que não tem valor algum, por isso indesejável, marginalizado, excluído e até mesmo eliminado – pode ser, também, por suposto, um outro traço constituinte da atitude de preconceito.

Convém destacar que, para o indivíduo reproduzir para si as aptidões [motoras] cristalizadas na objetivação lápis, ou então reproduzir os traços essenciais da objetivação preconceito, faz-se necessária uma transmissão, ou mediação, de alguém mais experiente, alguém que possa instruí-lo acerca do uso social (no caso da objetivação lápis) e da atividade adequada para a qual a objetivação foi criada.

O processo de transmissão do uso de um lápis ou do preconceito, como de qualquer outro produto da cultura, tanto pode ser intencional como pode ser espontâneo. Intencional se aquele que ensina tem a intenção explícita de ensinar; e espontâneo quando não há essa intenção explícita, ou melhor, “[...] quando não há uma relação consciente (tanto de parte de quem se educa, quanto de parte de quem age como mediador) com o processo educativo que está se efetivando [...]” (DUARTE, 1993, p. 47-48).

Seja de forma intencional ou espontânea, o processo de transmissão, pela sua função – que é possibilitar a apropriação pelo outro de uma objetivação humana –, é sempre um processo de educação.

Um exemplo da espontaneidade de que pode se revestir o processo de educação, e que vale aqui registrar, é aquilo que as pessoas aprendem por imitação na vida cotidiana, isto é, “[...] formas de comportamento, de pensamento e de conhecimento já prontas, vendo outras fazerem, sem que isso traga nenhum problema no que se refere às finalidades daquela aprendizagem” (DUARTE, 1993, p. 49).

A afirmação do autor de que, na vida cotidiana, os indivíduos imitam formas de comportamento, de pensamento e de conhecimento prontas, assimilando-as, nos incita ao seguinte questionamento: Os indivíduos aprendem o preconceito imitando as outras pessoas? Seria a imitação o ponto de partida do processo de apropriação do preconceito?

Barroco (2007), ao tratar do desenvolvimento do homem cultural sob a perspectiva vigotskiana como parte de seu vasto e esmerado estudo acerca da Educação Especial, explica que a imitação torna-se possível ao indivíduo por meio do convívio com as outras pessoas, tratando-se de uma etapa inicial do processo de aprendizagem. Sob um dado modelo apresentado, a criança imita algo e, em decorrência dessa imitação, abre-se a ela a possibilidade de aprendizagem de novas ações.

Não podemos olvidar, no entanto, conforme alerta a autora (2007, p. 251), que “a imitação não é uma mera formação de hábitos, mas se mostra como um complexo processo de desenvolvimento, uma das vias fundamentais do desenvolvimento cultural [...]”. Na realidade, a imitação “[...] permite que as objetivações que estão no plano exterior, social, sejam apropriadas, internalizadas”, tanto as objetivações sob a forma de instrumentos, de linguagem, quanto aquelas sob a forma de relações sociais, relações estas que podem estar ou não revestidas de preconceito.

Se, por um lado, a imitação é imprescindível ao desenvolvimento do indivíduo, já que, para se alcançar a forma humana, é preciso “[...] sair cada vez mais da esfera das funções naturais e ampliar o espectro cultural em sua vida”, necessitando, desse modo, “[...] fazer uma transposição de um plano a outro, ou seja, do social para o pessoal” (BARROCO, 2007, p. 251), a fim de que o indivíduo se aproprie, internalize conceitos, valores, preconceitos presentes no plano social; por outro lado, reconhecemos que ela não exige incorporação com consciência do que está posto, sistematizado, com vistas à sua superação, nem mesmo reflexão e análise aprofundada daquilo que se está internalizando, bastando, ao menos inicialmente, repetir ações, pensamentos, comportamentos, atitudes, preconceituosas ou não.

Podemos inferir, em uma tentativa de resposta à questão levantada, que o preconceito é, sim, aprendido por imitação, ao menos inicialmente. Colocamos tal ressalva porque entendemos que se, em um primeiro momento, ele é aprendido via imitação daquilo que está posto no âmbito público, no decurso da vida ele pode adquirir uma outra dimensão, ultrapassando a imitação espontânea. Entendemos, com isto, que o preconceito pode ser aprimorado e difundido intencionalmente por um determinado grupo, ou por determinados indivíduos, os quais, conhecendo uma dada situação e tendo interesse particular nela, manipulam o processo de assimilação do preconceito.

Um outro aspecto importante, que vale marcar, é que o processo de educação, de acordo com Leontiev (1978, p. 272, grifo do autor), “[...] pode ter e tem efectivamente formas muito diversas”, conforme as diferentes épocas, os diferentes locais e povos. Segundo o autor, “na origem, nas primeiras etapas do desenvolvimento da sociedade humana, como nas crianças mais pequenas, [o processo de educação] é uma simples imitação dos actos do meio [...]”. Entretanto, depois, à medida que aumenta o desenvolvimento da sociedade, esse processo “[...] complica-se e especializa-se, tomando formas tais como o ensino e a educação escolares, diferentes formas de formação superior e até a formação autodidacta”.

Isso ocorre, ainda de acordo com Leontiev (1978, p. 273), porque “quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática socio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa”. Em outros termos, quanto mais os processos de intervenção humana sobre a natureza são desenvolvidos e, concomitantemente, novos processos de relações entre os homens são travados, mais rica torna-se a prática sócio-histórica produzida pela humanidade.

Com o enriquecimento da prática sócio-histórica, instala-se, por sua vez, uma demanda real para que a educação também progrida, já que a sua tarefa vai se tornando mais e mais complexa. Essa é, de acordo com Leontiev (1978, p. 273), a “razão por que toda a etapa nova no desenvolvimento da humanidade, bem como no dos diferentes povos, apela forçosamente para uma nova etapa no desenvolvimento da educação [...]”. E de que modo essa nova etapa no desenvolvimento da educação se apresenta?

Ela se traduz, por exemplo, no aumento do tempo que a sociedade passa a dedicar à educação das gerações mais novas, na criação de estabelecimentos de ensino, na especialização das formas de instrução, na diferenciação do trabalho do educador e do professor. E, ainda, no enriquecimento dos programas de estudo, no aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos, no desenvolvimento da ciência pedagógica (LEONTIEV, 1978).

Dessa relação estreita entre progresso histórico e progresso do processo de educação, conforme explica Leontiev (1978, p. 273), “[...] se pode sem risco de errar julgar o nível geral do desenvolvimento histórico da sociedade pelo nível do desenvolvimento do seu sistema educativo e inversamente”.

Sob o duplo processo de apropriação das características humanas objetivadas e de objetivação singular, segundo o que foi apropriado, é que se realiza a produção do homem, isto é, a formação de cada indivíduo em diferentes épocas e locais, formação esta que “[...] é, em essência, um processo educativo, no sentido lato do termo” (DUARTE, 1993, p. 47).

Nessa perspectiva, os indivíduos apropriam-se das objetivações, inclusive do preconceito, subjetivando-as, por meio de um processo de educação.

Apresentada a concepção de homem que orienta a nossa investigação, isto é, o homem como ser histórico, centramo-nos, doravante, em uma das objetivações humanas, o preconceito.

2.1.4 Da produção do preconceito: aspectos preliminares

Conforme vimos discutindo até aqui, as objetivações resultam do universo de produtos processados historicamente pela atividade vital humana, sejam os produtos na forma de objetos em sentido *stricto*, seja na forma de linguagem, de relações sociais ou, ainda, sob formas mais elaboradas, como as objetivações genéricas (filosofia, ciência, arte, política, etc.).

Dentre as várias formas de objetivações, interessa-nos, para efeito de nossa investigação, a objetivação sob a forma de relações sociais, porque, consoante à explicação anteriormente já citada, de Duarte (1993, p. 38, grifo nosso), “[...] também as relações entre os seres humanos são objetivações da atividade humana” e, nesse caso, “[...] tratam-se de determinados tipos de atitudes entre os homens que vão se fixando, se objetivando, e sendo apropriadas por cada pessoa durante sua vida”⁶.

Para nós, este é um aspecto particularmente importante, por situarmos a objetivação preconceito no quadro das relações entre as pessoas.

Ao tomá-lo como uma objetivação humana que figura no quadro das relações sociais, estamos afirmando, ao mesmo tempo, que o preconceito não é um fenômeno da natureza e que afeta os membros da espécie humana; que ele não é uma força superior invisível que paira sobre a sociedade e nem é uma característica genética humana, a qual cedo ou tarde se manifestará, conforme o contato com o ambiente em que se vive.

Estamos afirmando, ainda, que ele não é uma característica que se acumula no organismo humano e é transmitida biologicamente de pais para filhos; que ele não é um tipo de fenômeno que existe em si e explica-se por si mesmo e nem se resume a uma idéia incorreta, como habitualmente se aceita, que as pessoas têm e que, se tiver consciência e força de vontade, poderá aboli-la, abolindo-o, vivendo, desse modo, isento do preconceito.

A propósito, seria possível vivermos inteiramente isentos de qualquer preconceito? Ao ser produzido ao longo da existência dos homens e fazer parte de um arcabouço de valores e

⁶ Esclarecemos ao leitor que repetimos a citação de Duarte, de forma intencional, frente à importância do que queremos discutir neste momento da dissertação.

representações, ele pode, de fato, ser extinto? Podemos, dentro das condições reais de vida, educar e sermos educados sem preconceito algum? Estas são questões que precisamos refletir se queremos pavimentar um caminho, como bem exprime Bifon (2008), que nos conduza ao entendimento do preconceito como objetivação humana e multideterminada, tal qual toda e qualquer objetivação.

Retomaremos estas questões na última seção desta dissertação.

Na realidade, a objetivação preconceito, assim como as objetivações genéricas e aquelas sob a forma de instrumentos e de linguagem, sintetiza a atividade de uma infinidade de seres humanos, de diferentes locais e épocas. Segundo Duarte (1993, p. 43), “[...] no significado de uma objetivação está acumulada experiência histórica de muitas gerações”, seja ela uma atitude de preconceito ou não.

Uma atitude preconceituosa, portanto, é, de um lado, resultado da história de várias gerações de atitudes preconceituosas do mesmo tipo, produzidas em outros momentos, sob circunstâncias outras e, por outro lado, resultado imediato da atividade de quem a produziu no presente. Podemos ilustrar tal afirmação tomando como exemplo o preconceito contra os indivíduos com algum tipo de deficiência. Esse tipo de preconceito faz parte da história dos homens desde épocas remotas. Existiu, ou melhor, foi produzido, como veremos na próxima seção, em sociedades primitivas, em sociedades da Antigüidade, durante o período chamado Idade Média, no processo de nascimento e consolidação da sociedade capitalista, bem como continua a existir, em continuidade-ruptura, atualmente. A objetivação preconceito é, nesse sentido, não só uma produção do indivíduo que a expressa no momento imediato, como se trata, também, de um produto da atividade de muitos outros indivíduos, de muitas outras gerações.

Se uma objetivação, seja de qual tipo que for, mas pensemos precisamente na objetivação preconceito, é sempre uma síntese da atividade humana, tanto da atividade passada quanto da imediata, como explicar, então, uma objetivação por ela mesma, apartada do processo de objetivação-apropriação? Explicá-la como algo que paira sobre os homens? Explicá-la como uma característica, ou aptidão, inerente ao indivíduo ou transmitida biologicamente? Explicá-la como uma mera idéia distorcida das pessoas, individualmente?

Sob a perspectiva sócio-histórica aqui adotada, tais explicações não são possíveis sem que se caia na armadilha da anistoricidade. Na tentativa de evitar tal armadilha, consideramos necessário enfatizar pressupostos que norteiam a nossa ação investigativa e de reflexão, bem como reconhecer, de antemão, que abordar o preconceito como objetivação humana

pressupõe entendê-lo como uma produção dos seres humanos, produção histórica, condicionada, datada e situada, como toda objetivação.

No que respeita aos pressupostos, vale registrar que buscamos nos acercar das objetivações humanas, sobretudo da objetivação que se manifesta sob a forma de preconceito, considerando-as como uma produção de indivíduos reais, as quais resultam da ação desses indivíduos reais e das condições materiais de vida encontradas e produzidas por esses mesmos indivíduos reais (MARX; ENGELS, 1986).

Ante o exposto, é possível supormos que, tal qual as outras objetivações humanas, o preconceito está vinculado à produção social da vida. Ensinam-nos Marx e Engels (1986) que a produção da vida, posta em movimento pelo trabalho, realiza-se sempre sob condições determinadas, sendo resultante de ações determinadas, de relações determinadas, cujos produtores são indivíduos igualmente determinados.

Com base nas afirmações apresentadas, fatos e feitos humanos, inclua-se aí o preconceito, precisam ser compreendidos em correspondência com as condições reais de existência dos homens, não se tratando da ação de qualquer força externa misteriosa ou obra de indivíduos isolados, que, dependendo do estado de suas consciências, vontade ou índole, revelam-se maus ou bons, produzindo os mais diversos tipos de preconceito ou, então, combatendo-os. Não se trata disso e sim da intervenção, no processo histórico real, de uma multiplicidade de seres humanos reais.

Em retrospecto ao exposto, destacamos que as objetivações, sejam elas sob a forma de objetivações genéricas, sob a forma de instrumentos, de linguagem, de relações sociais, estão intrinsecamente ligadas à forma como os seres humanos produzem sua existência e a produzem segundo leis sócio-históricas derivadas de suas ações reais.

Para nós, fica evidenciado, ante a exposição realizada, que, no processo de produção da vida, podemos encontrar os elementos necessários para compreender as produções humanas, dentre elas a objetivação preconceito.

Apresentado este quadro, no qual buscamos fundamentar a existência do preconceito como produção humana, produção que é fruto da relação entre objetivação e apropriação, posta em movimento pela atividade vital humana sob determinadas condições de existência, passemos à próxima seção, na qual tratamos, fundamentalmente, da produção do preconceito no bojo do processo de produção da vida dos homens.

3 PRODUÇÃO DO PRECONCEITO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

Nesta seção, empenhamo-nos em explicitar a produção do preconceito, entendido como objetivação humana sob a forma de relações sociais, enraizada no processo de produção da vida, processo este que abarca, fundamentalmente, a forma organizativa do trabalho e as relações sociais de produção.

Para uma abordagem a esse respeito, tomamos e delimitamos aspectos retrospectivos da história humana, em um exercício de investigação e reflexão. Buscamos, com isso, captar elementos que contribuam para um entendimento acerca da configuração histórica do preconceito, bem como para uma explicação à questão problematizadora desta investigação, qual seja, o preconceito encontra-se, atualmente, reconfigurado?

Nossa hipótese é que o preconceito se conforma de acordo com a materialidade da própria vida em processo.

3.1 PRODUÇÃO DA VIDA E CONFIGURAÇÃO DO PRECONCEITO

O que há de peculiar no modo como os homens produzem sua existência neste início do século XXI em relação ao início da Revolução Industrial, ao início da Manufatura, ao início do Feudalismo, ao início da Antigüidade Clássica ou, ainda, em relação às sociedades primitivas?

Sob a ótica materialista histórica, a peculiaridade, a qual vai definir o caráter próprio de cada época, assenta-se nas formas organizativas do trabalho, chão do qual emergem as relações sociais de produção e suas ramificações.

Insuprimível das relações dos homens com a natureza e com os outros homens, o trabalho é, em essência, como já vimos, a atividade vital pela qual os indivíduos garantem a sua sobrevivência e por meio da qual a humanidade produz sua existência humana.

Ele é a base a partir da qual se erige a totalidade do edifício social, bem como a categoria central para análise da materialidade histórica. Nesta materialidade está, por suposto, enraizado e se configura o preconceito, assim como todas as demais objetivações humanas.

Das diferentes formas organizativas do trabalho para produção dos meios de vida, formas que se realizam sob os efeitos das condições materiais de cada época – daí serem uma nas sociedades primitivas, outra nas sociedades antigas, outra nas sociedades feudais, outra

nas sociedades capitalistas –, derivam-se determinadas relações sociais de produção, as quais orientam, por suposto, o conteúdo das relações entre os indivíduos, incluindo-se as relações/attitudes de preconceito.

Se, de fato, as formas organizativas do trabalho para produção da vida contêm as relações de produção e estas orientam as relações sociais mais amplas, temos uma referência importante para pensar a configuração do preconceito. Façamos, então, mediante essas suposições, um exercício retrospectivo e reflexivo acerca das formas organizativas do trabalho para produção da vida e, por conseguinte, das relações que os homens estabelecem entre si, em busca de elementos reveladores da configuração histórica do preconceito.

3.1.1 Em sociedades primitivas

De antemão, anunciamos que não é nossa intenção esboçar uma cronologia das diferentes épocas, nem mesmo nos deter sobre feitos ou fatos comumente apontados como os de maior importância em um dado contexto histórico.

Para fins de nosso exercício investigativo, tomamos apenas aspectos gerais relacionados à forma organizativa do trabalho que consideramos representativos do *modus vivendi* dos seres humanos, em um dado espaço e tempo. Não estamos negando, com isso, a existência de variações em relação ao modo de produção da vida por parte dos diferentes povos, nos diferentes locais e épocas, mas sinalizando o caminho escolhido para pensarmos a produção do preconceito enraizado no processo histórico-social real.

Iniciamos a primeira abordagem do nosso primeiro exercício investigativo reportando-nos à aurora da sociedade humana, ou, então, a grupos humanos que vivem, ainda em nossos dias, de maneira primitiva.

Como se organizaria, em tais sociedades, o trabalho e as relações sociais?

Ao tratar do desenvolvimento histórico da consciência, precisamente ao referir-se à consciência primitiva, Leontiev (1978, p. 100), fundamentado nas teorizações de Marx e Engels, expõe que, nas primeiras etapas do desenvolvimento da sociedade, o trabalho era efetuado “[...] em comum e a propriedade dos meios da produção e dos seus frutos era comum [...]”, inexistindo a “[...] divisão social do trabalho, as relações de propriedade privada e a exploração do homem pelo homem [...]”.

Entendemos, ante tais assertivas, os seres humanos vivendo, trabalhando e consumindo coletivamente. Imaginemo-los, na luta diária e desesperada pela vida, produzindo suas vidas dentro das condições reais daquele momento – caça, pesca e coleta de vegetais.

Diante das condições materiais reais encontradas e produzidas por eles, condições que se caracterizam pela carência, pela limitação dos meios de vida e, sobretudo, pelo pouco domínio da natureza, certamente, esses indivíduos produzem a vida pelo enfrentamento de animais, em busca de caça; pelo enfrentamento de águas perigosas, em busca de peixes; caminhando longas distâncias, trepando em árvores, cavando a terra, em busca de frutos, de raízes.

Para produzirem suas vidas sob essas circunstâncias reais, esses indivíduos necessitam, por suposto, de um corpo forte.

Bianchetti (1998, p. 28) contribui para a elucidação dessa idéia quando trata de aspectos históricos da educação das pessoas com deficiência e faz referência aos primórdios da civilização. O autor destaca que um corpo forte é fundamental à sobrevivência dos indivíduos, já que “[...] em virtude da característica cíclica da natureza, totalmente fora do controle dos homens, os deslocamentos eram constantes, razão pela qual é indispensável que cada um se baste por si e ainda colabore com o grupo”.

Entendemos que, para a caçada, por exemplo, uma das possíveis atividades essenciais para a produção coletiva da vida desses indivíduos, aqueles com constituição física mais forte desempenhem um papel fundamental. Eles tornam-se, por essa condição, imprescindíveis para tal atividade. As atitudes do grupo em relação a esses caçadores passam a ser, diante das circunstâncias materiais objetivas, de valorização. De outro modo, os indivíduos de constituição mais débeis, doentes, com algum tipo de deficiência ou impedimento, passam, em face da imprescindibilidade dos mais fortes e saudáveis, a ficar em segundo plano, ao menos para essa atividade vital.

É possível supor que, na atividade coletiva para a produção da vida, na luta pela sobrevivência, determinados tipos de atitudes, tais como atitudes de coragem, de cuidado, de respeito, de abandono, de exclusão daqueles mais fracos, de promoção de outros considerados mais fortes, vão se fixando, objetivando-se e sendo apropriadas, conforme já referido por Duarte (1993).

Ao incorporarem essas atitudes, os indivíduos passam a reproduzir outras atitudes do mesmo tipo, porém não iguais. De forma semelhante, podemos pensar a atitude preconceituosa, a qual, de algum modo, também vai se fixando, sendo acumulada e transmitida às novas gerações de indivíduos.

Por suposto, o preconceito vai se constituindo uma objetivação sob a forma de relações entre os seres humanos, à medida que passa a fixar e a acumular atividade humana, à medida que passa a ter uma função social, possivelmente de estabilização ou de manutenção,

de uma dada ordem, ao invés de mudança, no seio das relações hegemônicas e antagônicas estabelecidas pelos seres humanos.

Podemos imaginar que, diante das necessidades, inclusive de sobrevivência, e não por escolha ou preferência de mulheres e homens, não se poderia prescindir, para a produção social da vida, de alguns indivíduos, ao passo que outros seriam, por certo, prescindíveis para determinada atividade vital. Entendemos que aqueles prescindidos passem, talvez, com o tempo, a ser tratados de modo preconceituoso, como se tivessem menor valor, fixando uma atitude de preconceito. É possível que seja mais difícil poupar de atitudes preconceituosas o indivíduo que não basta por si em um agrupamento humano marcado pela carência, já que sua dependência poderia pôr em risco a sobrevivência de todo o grupo.

Ao tecer um panorama histórico acerca do tratamento dispensado aos indivíduos com necessidades especiais, Barroco (2007) alarga-nos o horizonte para pensarmos o preconceito nessas condições materiais de existência. Embasada em investigações realizadas e relatadas por estudiosos junto a comunidades e povos mais recentes, cujo grau de desenvolvimento guarda semelhança àquele alcançado pelos homens de épocas remotas, a autora supõe dois tipos básicos de tratamento dado às pessoas com deficiência, doentes ou idosas. Um deles seria marcado pela negação, menosprezo e eliminação das pessoas que apresentassem alguma incapacidade, fosse ela decorrente de alguma deficiência, doença ou idade. Já um outro tipo de tratamento se assentaria na aceitação e tolerância.

Como estamos considerando que as relações sociais de produção são derivadas das formas organizativas do trabalho, imaginemos que as relações entre esses indivíduos, inclusive as atitudes de preconceito que vigora, ou não, entre eles, estão em correspondência com o modo como produzem a vida. Nesse sentido, é possível supor que, tanto para um tipo de tratamento como para o outro, preconceitos favoráveis e desfavoráveis foram produzidos, configurando-se de acordo com o modo pelo qual se garante a vida.

Vale, aqui, reafirmar o preceito marxiano de que a produção da existência depende, conforme Marx e Engels (1986, p. 27, grifo do autor), “[...] da natureza dos meios de vida já encontrados e que [os indivíduos] têm que reproduzir”, sendo que, ao partir dessas condições, erige-se, pela ação humana, “[...] determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos”. A um determinado modo de vida, entrelaçam-se, por conseguinte, dadas relações entre os indivíduos e, destas, emergem determinados tipos de atitude, incluindo-se aí a atitude preconceituosa.

Isto posto, voltemo-nos ao segundo tipo de tratamento dispensado a alguns homens, o de aceitação e tolerância. Engels (1997) contribui para pensarmos a esse respeito ao tratar da

produção da vida no seio das gens, forma de organização primitiva anterior à criação do Estado, precisamente da gens iroquesa, constituição gentílica que existiu em terras americanas.

Com base em investigações legadas por Lewis H. Morgan (1818-1881), Engels (1997) explica que a organização social em tempos primitivos, denominada gens ou, ainda, frátria ou tribo, caracterizava-se pela propriedade em comum, pela ajuda e proteção mútua. A gens era a unidade social e sua constituição apresentava-se de forma simples, isto é, “sem soldados, policiais, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juízes, sem cárceres ou processos, todos os conflitos são dirimidos pela coletividade a que concernem [...]” (ENGELS, 1997, p. 106).

A vida, explicita Engels (1997, p. 107), era produzida com base em uma economia doméstica “[...] feita em comum por uma série de famílias e de modo comunista [...]”. No interior da gens não havia, segundo o autor, lugar para produção de pessoas pobres ou necessitadas. E por que não? Porque “[...] a família comunista e a gens têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres”.

Pelo fato de todos serem iguais, um tratamento de negação e menosprezo contra as pessoas com alguma incapacidade não tem lugar naquela forma de produção da vida, assim como não há “[...] lugar para escravos e, como regra geral, não se subjugam tribos estrangeiras” (ENGELS, 1997, p. 107). Mesmo assim, supomos nós, o preconceito não deixava de ser produzido, configurando-se de modo condizente àquela forma de produzir a existência. Presumimos que, se a marca distintiva daquela organização social para produção da vida era a igualdade entre os indivíduos, o preconceito somente poderia ser erigido face às diferenças, mas não ainda em razão da desigualdade.

É preciso reconhecer, desde já, que o preconceito produzido posteriormente sob relações classistas, plantado no solo da desigualdade, embora esteja em continuidade com a geração de preconceitos criados no seio das relações gentílicas, diferencia-se consideravelmente, configurando-se em um outro patamar. Lembremos que a desigualdade passa a ser um componente ímpar nas relações humanas, a qual, até então, inexistia.

No que tange a esse aspecto – inexistência de desigualdade entre os indivíduos –, cumpre-nos marcar a importância disso para o nosso exercício investigativo. Supomos que a desigualdade de condições materiais, de acesso, de apropriação, de objetivação, posta entre os indivíduos, grupos, povos/nações, é a pedra angular do edifício do preconceito, e não exatamente as diferenças físicas, psíquicas, de costumes, de comportamentos, como vem se naturalizando na prática social.

No interior da constituição gentílica iroquesa, o modo de produzir a existência não engendrava, de acordo Engels (1997), antagonismos entre ricos e pobres, exploradores e explorados. O preconceito que porventura produziam trazia a marca dessa inexistência de antagonismos, tratando-se de preconceitos de outro tipo.

Já na gens grega, em razão de determinadas condições materiais de existência, o modo de proporcionar os meios de subsistência contou com o rompimento dos laços gentílicos, isto é, com a cisão das gens e das tribos em classes socialmente antagônicas.

Se era próprio das constituições gentílicas, em sua origem, a inexistência de dominação, de servidão, de escravidão, da divisão dos indivíduos em classes sociais, já com a primeira grande divisão do trabalho, conforme nos esclarece Engels (1997), abriu-se passagem para a produção das desigualdades, traduzidas em dominação, servidão, escravidão, exploração e divisão classista.

Essa divisão do trabalho significou, de um lado, produzir mais, ter excedente, poder trocar, estabelecer intercâmbio. Por outro lado, significou produzir a necessidade de maior número de trabalhadores, de mais força de trabalho, para além daqueles que pertenciam à gens, o que foi conseguido por meio da escravização de homens e mulheres. A esse respeito, Engels (1997, p. 181) realiza a seguinte explicação:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada.

E qual foi o desdobramento disso?

Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão (ENGELS, 1997, p. 181).

Do processo de esfacelamento da organização gentílica grega, no seio da qual vai sendo engendrada a escravidão, “da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (ENGELS, 1997, p. 181). Tal relação classista passaria a nortear, desde então, a história dos homens, engendrando, por suposto, uma configuração condizente do preconceito para com as transformações em curso.

Para melhor entendermos esse momento, tomamos novamente a explicitação de Engels (1997, p. 119, grifo nosso), o qual orienta-nos que

[...] na constituição grega da época heróica [refere-se ao período denominado de Homérico] vemos, ainda cheia de vigor, a antiga organização gentílica, mas já observamos igualmente o começo da sua decadência: [...] a diferenciação de riquezas, repercutindo sobre a constituição social pela formação dos primeiros rudimentos de uma nobreza hereditária e de uma monarquia; a escravidão, a princípio restrita aos prisioneiros de guerra, desenvolvendo-se depois no sentido da escravização de membros da própria tribo e até da própria gens; a degeneração da velha guerra entre as tribos na busca sistemática, por terra e por mar, de gado, escravos e bens que podiam ser capturados, captura que chegou a ser uma fonte regular de enriquecimento.

Nessa passagem, entendemos que a riqueza é produzida pelo trabalho humano e observamos uma referência à acumulação de riquezas por meio da apropriação do trabalho humano alheio. A nova forma repercutirá sobre a constituição social e podemos afirmar que aquele que trabalha e produz a riqueza, a qual é, por sua vez, apropriada e acumulada por outrem (indivíduos da nobreza e da monarquia), vai aprendendo, no cotidiano, os preconceitos necessários que contribuem para o assentamento de tais relações de produção; aprende, por suposto, preconceitos em relação a si, à sua condição de sujeito na organização social para produção da vida, ao seu menor valor em relação ao nobre, ao monarca, à sua pertença a uma camada inferior da sociedade.

Ao perverter as antigas instituições da gens, buscando justificar a apropriação e acumulação de riquezas pelo roubo e pela violência, num quadro já de valorização da riqueza, foi sendo preparado o terreno para a criação de “[...] uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (ENGELS, 1997, p. 120, grifo nosso), isto é, o Estado.

Tais mudanças nos provocam a pensar que assim como se erigiu o Estado sob as condições apresentadas, erigiu também uma nova configuração do preconceito, o qual imprimiria, tal qual deveria o Estado fazer, o selo de reconhecimento, por parte da sociedade, às diferenças naturais entre os homens. Entendamos aí desigualdades, especialmente entre aqueles da classe exploradora e os da classe não-possuidora.

No que tange à questão das diferenças entre os homens, convém ressaltarmos que, de acordo com o que vimos, com a divisão do trabalho, com a escravização do homem pelo

homem, com a valorização da riqueza como bem supremo, instala-se a desigualdade entre os seres humanos, desigualdade que não podemos confundir com diferença.

Em nosso entendimento, cada indivíduo é, de fato, diferente, tratando-se de uma singularidade em relação a qualquer outro ser humano, tal qual o adulto é diferente da criança, a mulher é diferente do homem, o indivíduo magro é diferente do indivíduo gordo, o indivíduo de etnia negra é diferente do indivíduo de outras etnias, etc. Todavia, para além das diferenças, os homens sob relações classistas não são somente diferentes, são, sobretudo, seres desiguais e, em muitos casos, parecem pertencentes a espécies distintas, tamanha a desigualdade de condições, de desenvolvimento, de riquezas objetivadas e apropriadas.

Entendemos, tal como teoriza Leontiev (1978, p. 274, grifo nosso), que “a unidade da espécie humana parece ser praticamente inexistente não em virtude das diferenças de cor da pele, da forma dos olhos ou de quaisquer outros traços exteriores, mas sim das enormes diferenças nas condições e modo de vida [...]”. A esse respeito o autor realiza a seguinte suposição em suas reflexões:

Se um ser inteligente vindo de outro planeta visitasse a Terra e descrevesse as aptidões físicas, mentais e estéticas, as qualidades morais e os traços do comportamento de homens pertencentes às classes e camadas sociais diferentes ou habitando regiões e países diferentes, dificilmente admitiria tratar-se de representantes de uma mesma espécie (LEONTIEV, 1978, p. 274).

E por que não? Em virtude da desigualdade estabelecida entre os seres humanos, a qual

[...] não provém das suas diferenças biológicas naturais. Ela é produto da desigualdade económica, da desigualdade de classes e da diversidade consecutiva das suas relações com as aquisições que encarnam todas as aptidões e faculdades da natureza humana, formadas no decurso de um processo sócio-histórico (LEONTIEV, 1978, p. 274, grifo nosso).

Para dar continuidade à nossa investigação, façamos, a seguir, um outro exercício de reflexão, pautando-nos pela forma de organização do trabalho sob relações classistas.

3.1.2 Em sociedades classistas

Imaginemos que, no processo de transição das relações gentílicas de produção da vida para uma outra forma de produção, na qual o trabalho deixa de ser efetuado coletivamente, bem como a propriedade dos meios de produção e a propriedade dos seus frutos deixam de ser

um bem comum – referimo-nos à produção da vida baseada no trabalho escravo e na propriedade privada –, indivíduos se apropriem do excedente da produção social e, com isso, vão assumindo uma posição de comando, de autoridade, de poder sobre os outros homens.

É possível supor que, no longo processo de transição do modo de produção da vida, assentado na transição do trabalho coletivo para o trabalho escravo, tenha provocado uma reconfiguração da objetivação preconceito. E, ainda, é possível supor que o preconceito engendrado nas sociedades organizadas em classes sociais apresenta-se de forma peculiar em relação àqueles produzidos no contexto das sociedades primitivas. Não podemos esquecer, no entanto, que ele, assim como qualquer outra objetivação, está sempre em continuidade e ruptura com as produções precedentes e presentes.

Imaginemos que, para alguns indivíduos submeterem outros ao seu mando, seja preciso criar uma estrutura de relações hierárquicas, a qual deve estar, evidentemente, em correspondência com a forma de organização do trabalho para a produção da vida. Tal estrutura deve sustentar alguns em uma posição de mando e outros em uma condição de sujeitado. Essas relações passam a ser reproduzidas e, com o tempo, vão se consolidando, fixando, sendo transmitidas, herdadas.

Tomemos a civilização grega, a título de exemplo, para pensar o preconceito. Desde o período denominado homérico (século XII ao século VIII a. C. aproximadamente), tal civilização já pautava a produção social da vida sujeitando uma parcela de seres humanos à condição de escravos, utilizados para os mais diversos trabalhos.

Possivelmente para se erigir uma estrutura social hierárquica e nela incluir cada qual em seu lugar “natural”, preconceitos coincidentes com essa forma de organização e produção da vida precisam ser criados e disseminados. Para que os indivíduos produzam suas vidas dessa forma e não de outra, é preciso que todos se apropriem de idéias, ideais, atitudes, modos de pensar, sentir, agir, enfim, de objetivações condizentes com a forma de atividade vital predominante com esse determinado modo de vida, inclusive que se apropriem da objetivação preconceito.

No processo de subjetivação daquilo que é objetivação humana, empregam-se, entre outras coisas, a força, a violência, explicações míticas, preconceitos de vários tipos, para assim explicar e legitimar tal forma de divisão entre os homens, de hierarquização deles, já que esta define o valor de alguns e o desvalor de outros.

A exemplo desse (des)valor naturalmente atribuído a cada indivíduo, recorremos a Aristóteles (385-322 a.C.), em especial à sua obra **A Política** (1997), na qual refere-se à Grécia e assinala que o escravo é, simplesmente, um instrumento que fala, instrumento vivo

que pertence ao seu dono, assim como os instrumentos inanimados, como, por exemplo, uma enxada, um arco, um tear, um torno. Encontramos expressa essa compreensão nos seguintes termos: “existem dois tipos de instrumentos: uns inanimados, outros animados. [...] o trabalhador é uma espécie de instrumento”. No caso do escravo, completa o filósofo, trata-se de “[...] uma propriedade instrumental animada [...]” (ARISTÓTELES, 1997, p. 10).

Aristóteles (1997, p. 12) faz, ainda nessa mesma obra, menção à servidão natural, afirmando que “não é apenas necessário, mas também vantajoso que haja mando por um lado e obediência por outro; e todos os seres, desde o nascimento, são, por assim dizer, marcados pela natureza, uns para comandar, outros para obedecer”. Ainda tratando da servidão natural, o filósofo grego afirma que “[...] o uso dos escravos e dos animais é mais ou menos o mesmo e tiram-se deles os mesmos serviços para as necessidades da vida” e completa: “[...] pelas leis da natureza, há homens feitos para a liberdade e outros para a escravidão [...]” (ARISTÓTELES, 1997, p. 14).

É possível supor que o indivíduo considerado instrumento tem um valor menor do que os outros homens; isso, certamente, abre passagem ao preconceito e nos permite imaginar a sua configuração naquele momento. Para justificar e legitimar a condição humana e subhumana dos homens e impor uma determinada forma de relações sociais de produção, muito provavelmente, produziu-se uma série de preconceitos condizentes com a organização social da época.

Não só a condição de escravo nos provoca a pensar o preconceito enraizado no processo de produção da vida. Na sociedade espartana, por exemplo, conforme discutido por Bianchetti (1998), uma das formas principais de produção da vida era pela guerra. Essa forma de produzir norteava, certamente, as relações sociais da época, assim como definia o tipo de homem necessário àquela sociedade.

Aos indivíduos que se dedicariam à guerra, era requisitado um corpo forte e belo. Esse valor implicava a eliminação daqueles que apresentassem características contrárias àquele padrão. O autor afirma que “se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada” (BIANCHETTI, 1998, p. 29).

Podemos pensar que o tratamento dado à pessoa com deficiência estava em consonância com o modo de sobrevivência daquela sociedade, ou melhor, o preconceito estava enraizado no processo de produção social da vida. Isso pode ser explicitado da seguinte forma: a pessoa com deficiência não servia para a guerra, seria não só de menor valor em relação aos outros homens, mas seria destituída de valor, daí ser eliminada.

Ao seguir esse fio condutor, podemos considerar que, em acordo com as demandas próprias da vida em cada época ou em uma mesma época e em diferentes locais, está o preconceito.

Em relação a uma outra forma de produção da vida, também orientada por relações classistas, mas baseada na propriedade denominada feudal ou estamental, a qual, segundo Marx e Engels (1986, p. 34), era sustentada pelo trabalho dos “[...] pequenos camponeses servos da gleba, que constituem a classe diretamente produtora” e cuja “[...] estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada a ela conectada dava à nobreza o poder sobre os servos”, podemos pensar, em mais um exercício de investigação, que também foram produzidos diversos tipos de preconceito contra muitos dos indivíduos da época.

Em relação, por exemplo, ao homem que ocupava o lugar de servo nas relações sociais, possivelmente, havia vários tipos de preconceito que justificavam a sua condição, o seu menor valor na hierarquia constituída. Por suposto, havia a produção de preconceito contra pessoas com idéias divergentes àquelas cristalizadas como verdadeiras no período, pessoas que se apresentavam ou eram percebidas como potência hostil à ordem social da época. Por suposto, a lente do preconceito foi muito utilizada sobre os indivíduos com deficiência, sobre os considerados hereges, magos, ciganos e tantos outros.

No que toca ao tratamento dispensado, naquele período, ao indivíduo com deficiência, condição que nos oferece elementos para pensar a configuração do preconceito, Barroco (2007, p. 129) expressa que “durante a Idade Média, época em que compreende uma vasta extensão temporal, tomada aqui entre os séculos IV a XV, a deficiência, de modo geral, tinha uma conotação muito negativa”. Acrescenta que

Na Europa, quando pairava sobre o mundo a idéia de um Deus inquisidor, a ambivalência culpa-castigo era a marca atitudinal. A deficiência, em especial a mental, se levasse o indivíduo a comportamentos hereges, era concebida como fruto de possessões demoníacas, de bruxarias, enfim, como sendo de origem maligna – como em épocas anteriores, mas com roupagens diferentes. Entendia-se que a pessoa, mesmo tida como filha de Deus, poderia estar presa a entidades malignas, devendo ser perseguida para receber, por caridade, ‘tratamento’ pertinente para salvação da alma, como: morte por apedrejamento ou por queimação em fogueira, castração, etc. [...] (BARROCO, 2007, p. 129).

A configuração do preconceito, muito provavelmente, apresentava-se em consonância à prática aceita socialmente de morte por apedrejamento, por queimação, mutilações como a castração, entre tantas outras. É possível imaginar que os indivíduos da época lançaram mão de uma série de preconceitos cuja configuração era condizente às idéias de mal, maldição,

pecado, possessão demoníaca, castigo divino, etc. E por quê? Porque, tal como os homens produzem suas vidas, configura-se o preconceito.

Assim como em épocas precedentes, durante o longo processo de transição para o modo de produção regido pelas relações capitalistas, o preconceito manteve-se em consonância com a forma de produção da vida. Pensemos a respeito dele, a título de exercício, na fase manufatureira.

Segundo Marx e Engels (1986, p. 87), “o começo das manufaturas trouxe consigo, simultaneamente, um período de vagabundagem [...]” e isso foi “[...] causado pelo desaparecimento da vassalagem feudal, pela dispensa dos exércitos que havia sido reunido e servido aos reis contra os vassalos, pela melhoria da agricultura e pela transformação em pastagens de vastas zonas de cultivo”. Destacam os autores que a “[...] vagabundagem está estreitamente ligada à decomposição do feudalismo” e que ela “[...] só se estabelece de maneira permanente e generalizada em fins do século XV e começos do século XVI”.

Marx (2001b, p. 848), em uma outra obra maior, traz com mais detalhes essa situação. Explica que os camponeses expulsos “[...] de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis”.

Mulheres e homens, de todas as idades, “bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação”. E o que ocorreu? Marx (2001b, p. 848) menciona que “muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas, na maioria dos casos, por força das circunstâncias”.

Em resposta a essa situação produzida, portanto, não natural, foi criada “[...] em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem”. Tal legislação autorizava, de acordo com Marx (2001b, p. 848), a punição daqueles expropriados “[...] por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta”. Na realidade, “a legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam”.

Iniciada na Inglaterra, a referida legislação disciplinava, entre outros pontos, conforme lei de 1530 assinada no reinado de Henrique VIII, que:

– Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar à sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, ‘para que possam trabalhar’ (MARX, 2001b, p. 848).

“Que ironia cruel!”, exclama Marx (2001b, p. 848), uma vez que as transformações em curso, às quais os indivíduos estavam sendo enquadrados, eram a eles impostas de modo opressivo e não resultado de uma escolha consciente.

Marx e Engels (1986, p. 87) explicitam que os denominados vagabundos eram encontrados em tão grande número que “[...] o rei Henrique VIII da Inglaterra, entre outros, mandou enforcar cerca de 72 mil [...]” e os que não foram submetidos à força “[...] foram obrigados a trabalhar com as maiores dificuldades, em meio à mais extrema miséria e somente após longas resistências”.

Uma outra lei, citada por Marx (2001b, p. 848, grifo nosso), datada de 1547 e que foi prescrita no reinado de Eduardo VI, estabelecia que, “[...] se alguém se recusar a trabalhar, será condenado como escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio”. Essa pessoa, o denunciador, tornar-se-ia seu dono, tendo “[...] o direito de forçá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, flagelando-o e pondo-o a ferros”. Além disso, poderia o dono “[...] vendê-lo, legá-lo, alugá-lo, como qualquer bem móvel ou gado” (MARX, 2001b, p. 849, grifo nosso).

Leis semelhantes também existiram na França. Segundo Marx (2001b, p. 850), “ainda no início do reinado de Luís XVI, pela ordenança de 13 de julho de 1777, todo homem válido de 16 a 60 anos, sem meios de existência e sem exercer uma profissão, devia ser mandado para as galés”, isto é, aquele considerado vagabundo.

Podemos pensar que, para se escravizar, flagelar e até eliminar o outro ser humano, denominado de vagabundo, vagabundo por condições históricas que lhes foram impostas e não simplesmente por opção consciente ou por determinação genética ou divina, é preciso considerá-lo não apenas alguém diferente, mas um ser desigual, inferior, de menor valor, ou melhor, destituído de qualquer valor humano. Muito provavelmente, o preconceito é, aí, tomado como a lente principal pela qual se olha o outro, auxiliando na justificação da ação, na tranquilização das consciências, na naturalização de uma dada prática social.

É preciso considerar, ademais, que o desvalor do indivíduo designado vagabundo somente existe em relação ao valor, superioridade e humanidade de outrem. Novamente, o

preconceito se faz presente, sendo utilizado em favor daqueles que ocupam uma posição de comando e mando na hierarquia das relações sociais.

Podemos pensar que a configuração da objetivação preconceito nesse momento apresentava-se de modo peculiar em relação a outros momentos históricos, embora em continuidade a eles. Queremos marcar, com isso, que a sua forma de expressão está sempre em correspondência com o modo de produção da vida.

Pensemos, como mais um exercício de reflexão, na produção da vida sob os efeitos do processo de industrialização, da intensa divisão do trabalho, da concentração da população nas cidades, da concorrência e comércio mundial. Para isso, tomemos um minucioso estudo realizado por Engels (1985), em meados do século XIX, no país mais avançado em termos de produção e relações capitalistas da época, a Inglaterra.

Ao tratar das condições de existência da classe operária urbana na Inglaterra dos anos de 1840, analisando, para isso, documentos oficiais, relatórios parlamentares ou administrativos e, também, inserindo-se no cotidiano dos operários de diferentes ramos da indústria, o referido autor busca ir além daquilo que está posto no plano imediato.

Engels (1985, p. 312) tem claro que, sob o manto das relações capitalistas, tudo é explicado em razão do lucro, “todas as condições de vida são avaliadas em função do lucro, e tudo aquilo que não dê dinheiro é idiota, irrealizável, utópico”. Nesse sentido, “a relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana, mas sim uma relação exclusivamente econômica”.

Relações monetárias e econômicas, em nosso entendimento, não são relações humanas, não requerem humanidade no trato com o outro. Tal conjuntura propicia, por certo, a produção de preconceito, cuja configuração revela-se condizente ao estado de coisas.

O autor revela que, na era do capitalismo industrial, os meios de vida são subtraídos de milhares de seres humanos, ao mesmo tempo lhes são impostas condições miseráveis de existência. Além de tudo, contam com o forte braço da lei para constrangê-los. Explica que o homem expropriado, embora chamado de homem livre, é obrigado a vender a si próprio, já que é “[...] escravo das necessidades mais elementares e do dinheiro com o qual é necessário satisfazê-las” (ENGELS, 1985, p. 206).

Preocupado em apreender a materialidade na qual se funda a forma de vida de milhares de pessoas que produziam a pujança da Inglaterra industrial e, assim, produziam suas vidas, o autor em pauta parte de uma realidade empírica, sem se deixar por ela convencer.

Isso significa que ele não atribui aos homens e mulheres reais, produzidos e produtores, a autoria exclusiva de seus feitos. Não aborda homens, mulheres, crianças e

idosos, cujas condições de existência são espantosas, com os óculos do preconceito chamando-os de sujos, preguiçosos, delinquentes, promíscuos, desleixados, fracos de vontade, inaptos, feios, negligentes, etc. Não.

Até mesmo os traços físicos, característicos de parcelas dos trabalhadores que investigara, tais como uma constituição fraca, raquítica, magra, não são apontados pelo autor de forma preconceituosa, como determinação genética própria de uma dada “raça”, mas como atributos históricos, decorrentes do estado de abandono a que milhares de indivíduos estavam condenados.

Engels (1985, p. 134) denuncia que “[...] no plano moral, os operários são afastados e desprezados pela classe no poder, tal como o são física e intelectualmente”. Tal afastamento, certamente, conta com o uso de preconceitos diversos.

Perceber e conceber o outro como inferior, dotado de menor humanidade, precisando, portanto, ser afastado, excluído, marginalizado, exige a construção de um muro de preconceitos, o qual impede, até certo ponto, a aproximação, a possibilidade de identificação com o outro, conservando não só as diferenças entre os homens, mas, sobretudo, as desigualdades. O preconceito, provavelmente, tem um papel a cumprir, já que blinda as consciências, cauteriza os sentimentos.

Mesmo em relação aos vícios dos trabalhadores, que tanto escandalizam os indivíduos da outra classe, referimo-nos ao alcoolismo e à vida sexual promíscua, Engels (1985) assevera que as causas desses vícios foram desencadeadas pela própria burguesia, uma vez que os meios de existência indispensáveis são retirados dos trabalhadores e condições de vida com as quais é impossível subsistir são a eles impostas, restando-lhes dois únicos prazeres, e dos mais grosseiros, a bebida e o sexo.

Reconhecemos no autor supracitado a clareza de que tratar aqueles seres humanos pelos seus vícios, atribuindo-lhes toda a responsabilidade por isso, estigmatizando-os, é abordar o fenômeno em si, é abordar questões adjacentes e não a sua causa. É, enfim, explicar o que o homem é pelo viés do preconceito em sua dimensão perversa, que encaminha para a naturalização e biologização das formas de ser, das maneiras de viver e que, desse modo, conduzem à barbárie.

O preconceito, como já assinalamos, deita raiz no processo de produção da vida. Está indissolivelmente ligado ao estado de coisas vigente e constitui-se, se tomado nesse aspecto, ou seja, em sua dimensão perversa, em um instrumento adverso à transformação radical desse estado.

Ante uma situação social aterradora e assustadora, Engels (1985, p. 152, grifo nosso) denuncia que a burguesia “[...] não é capaz de se dar conta dos fatos, quanto mais perceber suas conseqüências” e, acrescenta, admirado, que “só há uma coisa surpreendente: que os preconceitos de classe, as opiniões preconcebidas e repisadas possam causar uma cegueira quase total, eu diria mesmo insensata, a toda uma classe de homens”. Podemos pensar que é pelos óculos do preconceito que enxergam e explicam a realidade que os favorece.

Mas que realidade seria essa? Tal realidade passa, por exemplo, pela invenção e aperfeiçoamento de máquinas – em um primeiro momento máquinas manuais e depois mecânicas – que provocam, de um lado, uma revolução na produção, aumentando-a, ao mesmo tempo diminui o trabalho pesado, lançado à máquina. E, de outro lado, como explicita Engels (1985, p. 160), transforma “[...] o trabalho de adultos em simples vigilância que também pode ser exercida por uma mulher fraca, e mesmo por uma criança, o que eles efetivamente fazem pelo terço ou metade do salário de um operário [...]”. A conseqüência disso é que “[...] os homens adultos são cada vez mais afastados da indústria e nunca mais são reempregados nesta produção crescente”.

Essa situação nos remete a uma anterior a que já aludimos. Trata-se da produção de homens supérfluos, estigmatizados de vagabundos no processo de transição das relações feudais para as relações capitalistas, no momento de criação das manufaturas.

Com a inserção e o progresso da maquinaria, houve, como anteriormente, uma produção de homens supérfluos ao processo produtivo. Decerto, houve, também, uma vez mais, a produção de preconceitos sob medida contra eles e, concomitantemente, favoráveis a outrem – os indivíduos com emprego, os indivíduos bem sucedidos nos negócios, os indivíduos possuidores de riqueza, de status, de influência, etc.

Em decorrência dos progressos em termos de maquinário, houve, segundo Engels (1985), a instituição do trabalho feminino e infantil nas fábricas, uma vez que a produção passou a exigir dedos ágeis ao invés de força física. Empregadas no lugar dos homens, por serem mais ágeis e rentáveis, o trabalho de milhares de mulheres e crianças, muitas destas bastante pequenas, criou uma desorganização e mesmo desagregação na família operária.

Ao se partir desse efeito imediato – desagregação da família – e não de suas causas mediatas, criam-se, por certo, preconceitos condizentes com a situação. Criam-se, por exemplo, preconceitos em relação à mulher e à criança operárias. À criança, cabem preconceitos contra a sua probidade moral, intelectual, física. Já à mulher, desfecham-se preconceitos em relação ao seu comportamento negligente com os filhos, marido e trabalho doméstico, ao seu comportamento libertino, entre tantos outros igualmente perversos.

No que respeita aos jovens e crianças trabalhadoras, filhos do operariado fabril inglês, Engels (1985) denuncia que, primeiro, a burguesia os coloca em péssimas condições de existência e lhes tira os locais de diversão – refere-se ao processo de expropriação das terras –, deixando-lhes ao alcance apenas a taberna e seus vícios; depois, explora essas condições em seu proveito. Como redenção, oferece às crianças e aos jovens a fábrica com suas extenuantes jornadas de trabalho e irrisórios salários e, quando não é mais de seu interesse, ou por desgaste, envelhecimento da “peça” humana, ou por alterações das condições históricas, como ocorre, por exemplo, depois das revoluções proletárias, descarta-os, mas não sem antes marcar a sua condição de supérfluos – sinônimo de inútil por excesso, desnecessário –, criminosos, escória, marginais.

Na realidade, coloca a lente do preconceito e põe-se a explicar a condição, o comportamento desses seres humanos. Vistos através de lentes preconceituosas, crianças e jovens, rebaixados à condição de párias sociais, são facilmente tratados como naturalmente propensos à delinquência, à ignorância, menos capazes, mais preguiçosos, perigosos. A sua existência é marcada por uma variedade de preconceitos perversos, os quais são interiorizados, reproduzidos, acreditados. Acreditados, inclusive, por eles mesmos, que sofrem diretamente essa condição, e pelos que fazem parte de seu círculo de convivência, pelos que estão próximos, pelos que estão na mesma condição de expropriados de humanidade, de riquezas.

Um outro ponto apresentado pelo autor supracitado, que nos provoca a reflexão acerca do enraizamento do preconceito no processo de produção da vida, diz respeito às enfermidades e deficiências físicas provocadas pelo trabalho nas fábricas.

Analisa o autor que, além do trabalho monótono e de longa jornada, cuja “[...] atividade do operário reduz-se a um gesto mesquinho, puramente mecânico, que se repete minuto a minuto, ano após ano, sempre o mesmo” (ENGELS, 1985, p. 139), colhem-se, entre outras conseqüências, as doenças e as mutilações e, certamente, os preconceitos correspondentes, já que decorre do trabalho a estruturação das relações sociais em geral e das relações preconceituosas em particular.

Cabe destacar que, se de uma perspectiva histórico-cultural, o trabalho é atividade vital humana, é aquilo que constitui o movimento fundador da vida humana consciente, aquilo que permite ao homem produzir sua vida e a da sociedade, que permite a produção do universo de objetivações, que permite ao homem alcançar a condição humana, é ele, também, sob determinadas relações – entenda-se relações de exploração – algo insuportável a ele,

desumanizador, provocador de doenças, deformidades, atrofiamento da individualidade humana, tornando o terreno propício ao cultivo do preconceito.

Em sua análise, além do que apresentam os relatórios médicos da época acerca dos atendimentos realizados aos trabalhadores das fábricas inglesas, Engels (1985, p. 187) conta que “em Manchester, podem-se ver, além de muitos aleijados, um grande número de mutilados; um perdeu todo o braço ou o antebraço, outro o pé, ainda outro a metade da perna; é como estar no meio de um exército que volta de uma batalha” – embora sem a honra da luta.

É possível pensar que, se a um indivíduo sem mutilações, já são desfechados vários tipos de preconceitos, àquele com algum tipo de deficiência adquirida, e mesmo congênita, mutilado no trabalho e pelo trabalho e, desse modo, tornado improdutivo ou menos produtivo que antes, mais um tipo de preconceito vem lhe assolar, preconceito cuja configuração condiz com as condições de existência.

Ao denunciar os preconceitos de classe erigidos pela burguesia inglesa, Engels (1985) explicita-nos que o que aqueles homens produziram em termos de preconceito e como produziram foram coincidentes com o que eles eram, ou melhor, foram coincidentes com a produção de suas existências. O que isso significa? Significa que uma classe de indivíduos, a burguesia, com posição de mando e comando sobre outros homens, produziu preconceitos – favoráveis a si e contrários a outrem. Precisamos entender, no contexto social, que esses preconceitos foram necessários à produção material de suas vidas, à manutenção e continuidade de suas existências, existência essa na condição de indivíduos de uma classe que se apropria privadamente da riqueza social produzida.

Não podemos olvidar um só momento que é o preconceito produzido e aprendido nas relações cotidianas, por isso não existe somente por parte de uma classe em direção à outra, mas entre os indivíduos de uma mesma classe. E por que isso?

Primeiro, porque a classe não é uma constituição coesa e harmônica, cujos indivíduos que a compõem pensam, agem e sentem exatamente da mesma forma. A classe constitui-se de um conjunto de singularidades que, dentro de condições reais particulares, contém um *quantum* do geral (LEONTIEV, 1978; BARROCO, 2007), por mais massificada que possa parecer.

Segundo, porque assim como há concorrência entre os capitalistas na luta pelo mercado, há concorrência entre os expropriados na luta pela sobrevivência. Tal fato não pode ser ignorado, já que, sob a égide da concorrência, é preciso se destacar em relação ao outro, afastar o outro, afastar-se do outro e isso também é feito lançando-se mão do preconceito. Para tanto, o outro, o concorrente, é afastado com preconceitos, tais como: (o outro) é feio, é

deficiente, é doente, é preguiçoso, é sujo, é promíscuo, é imoral, é desconfiável; ou (o concorrente) não é como nós, não merece estar entre nós, não merece a nossa consideração, mas a nossa perseguição, o nosso desprezo, a nossa indiferença. Com isso, há uma dispersão, uma desunião, uma não identificação entre os homens, um desconhecimento de objetivos e desejos em comum, de causa comum, enfim, de luta comum. Abre-se, assim, passagem para vicejar os grupos que se constituem segundo algum atributo em comum e se indispõem a outros indivíduos ou grupos que não possuem esse atributo, seja ele aceito ou não socialmente.

Terceiro, porque há, muito provavelmente, a aspiração do outro ou do concorrente de ser como aquele que explora, isto é, ter as mesmas condições confortáveis de vida que ele, explorar outros indivíduos como ele.

Não podemos prescindir, para a compreensão do preconceito, do que dele teoriza Heller (1992), ao analisar que a burguesia é a integração social, ou melhor, a classe que mais produz preconceito e isso em relação a todas as classes dominantes anteriores, uma vez que ela (a burguesia) pode contar com maiores recursos técnicos e com um aparato ideológico hegemônico.

Heller (1992) explica que os sistemas de preconceito são erigidos em virtude da instabilidade das integrações sociais, sendo a classe dominante aquela que produz os preconceitos socialmente influentes e com potencial para se universalizarem. Ao nosso ver, atualmente, a integração social está mais instável que nunca e, por isso, precisa de mais preconceito que nunca. No que toca aos preconceitos produzidos pelos grupos ou comunidades, estes tendem a ser, de acordo com a autora, efêmeros e provincianos, sem maior influência na vida social em geral.

Isso nos possibilita pensar acerca dos preconceitos produzidos pelos trabalhadores de que trata Engels (1985). Para além de simples vítimas de preconceitos classistas, eles também produzem preconceitos condizentes com o seu cotidiano. Ou será que os mesmos repetem, da maneira que lhes são possíveis, os preconceitos socialmente influentes aprendidos, muito provavelmente, por imitação?

É possível supor que o preconceito socialmente influente é produzido de uma classe para a outra, mas é produzido, ou melhor, reproduzido também pelos indivíduos que compõem a classe à qual o preconceito se destina. Ambos os lados, o que desfecha o preconceito e o que é alvo dele, acreditam e asseguram a sua existência. É possível que, ante as circunstâncias reais, o comportamento do indivíduo que sofre o preconceito leva a crer em

sua disposição para aquilo. Todavia não podemos deter a atenção somente no fenômeno em si, mas em suas origens, em suas múltiplas determinações.

Não devemos esquecer que aquilo que cada indivíduo se torna, seja um criminoso, seja um erudito, as aptidões que desenvolve para o crime ou para as ciências não podem ser adequadamente explicadas como aptidão de matriz biológica, como algo natural de seu caráter. Não é por decisão da natureza ou capricho divino que cada indivíduo alcança uma dada condição humana ou desumana.

Como já explicitamos anteriormente, os indivíduos da espécie humana não nascem dotados de muita ou pouca inteligência, plenos ou vazios de aptidões para a arte, para a ciência, para a filosofia. Pelo contrário, tornam-se mais humanos ou embrutecidos devido a suas condições materiais de vida e de educação, as quais são condicionadas pelo lugar que cada indivíduo ocupa nas relações sociais.

Ao referir-se ao *quantum* de cultura, de desenvolvimento, que cabe a cada estrato da população, Leontiev (1978, p. 276) denuncia que os homens “[...] têm de contentar-se com o mínimo de desenvolvimento cultural necessário à produção de riquezas materiais nos limites das funções que lhes são destinadas”.

Podemos pensar, à luz das palavras de Leontiev e com base nos relatos de Engels (1985), que, aos indivíduos trabalhadores das fábricas inglesas e mesmo àqueles expulsos delas, entendamos os supérfluos, eram desfechados preconceitos de vários tipos diante de seus comportamentos grosseiros, diante de sua pouca inventividade. Nas relações de preconceito estabelecidas, nas atitudes objetivadas, não se considerava aqueles homens concretos, homens aos quais cabia a apropriação do mínimo, do mais simplório do desenvolvimento cultural, o (in)suficiente para que cumprissem as funções subalternas, o trabalho mais precário, incumbidos a eles naturalmente, por conta do lugar que ocupavam na hierarquia social.

Mas como os homens admitem ou contentam-se com a apropriação do mínimo, mínimo este que lhes condena a uma posição subalterna na hierarquia social?

Primeiramente, não se trata simplesmente de admitir por livre opção. Leontiev (1978, p. 276) explica que “como a minoria dominante possui não apenas os meios de produção material, mas também a maior parte dos meios de produção e de difusão da cultura intelectual e se esforça por os colocar ao serviço dos seus interesses, produz-se uma estratificação desta mesma cultura”. Nesse sentido, o *quantum* de cultura que cada indivíduo tem condições materiais de se apropriar é limitado, sendo limitado também o desenvolvimento de sua condição humana.

Se, no entanto, pinçamos esse homem, cuja condição humana encontra-se dentro de limites estreitos, do contexto que o condiciona, vemos somente as suas imperfeições, limitações, incapacidades e desumanidade. Contra essas imperfeições, que não são naturais, mas produzidas, desfecham-se diversos tipos de preconceito. O empírico se torna a prova cabal da condição humana inferior ou subumana de certos povos, raças, grupos, sendo esses sempre os mais pobres. Diante das evidências empíricas, criam-se concepções, teorias, leis reacionárias, que atestam tal condição.

Agravada se torna a situação quando nos damos conta de que a desigualdade de condição é produzida em âmbito mundial. A esse respeito Leontiev (1978, p. 276) explicita que “a concentração e a estratificação da cultura não se produzem apenas no interior das nações ou dos países. A desigualdade de desenvolvimento cultural dos homens [da sua condição humana] manifesta-se ainda mais cruamente à escala do mundo, da humanidade inteira”. E sustenta que “é esta desigualdade que serve o mais das vezes para justificar uma distinção entre os representantes das raças <<superiores>> e <<inferiores>>” (LEONTIEV, 1978, p. 276-277), isto é, justificar a hierarquização dos homens e os preconceitos correspondentes.

Não podemos esquecer que essa distinção, ou melhor, diferença entre os homens, que de fato existe, já que cada ser humano é singular, serve para eclipsar a desigualdade, condição produzida historicamente.

A propósito dos esforços para a justificação das desigualdades entre os homens, os quais ganharam força à época da análise e crítica de Engels (1985), Patto (1990), em um estudo diligente acerca das raízes históricas do fracasso escolar sob os efeitos do triunfo de uma classe e sua visão de mundo, assinala que se cavara um abismo entre a alta burguesia e o operariado no século XIX, período em que a sociedade burguesa havia atingido seu apogeu. Na nova estrutura social, a pobreza continuava a dominar a vida da maior parte dos trabalhadores, contrariando a crença de igualdade, sobretudo porque a polarização social se acentuava.

A autora em relevo ainda aponta que, enquanto na prática social os problemas e contradições se acirravam, no âmbito das explicações ideológicas, acreditamos que não escapava desse âmbito o preconceito, elaborava-se a teoria do homem bem-sucedido por mérito pessoal. Concordamos com a autora ao salientar que o mérito é menos uma questão de aptidão que de condições reais. Em nosso entendimento, já está se burilando mais um preconceito, sendo este favorável a alguns e implacável contra outros, os fracassados, os supérfluos.

Assinala a autora, em seu estudo, que, embora a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, documento representativo das exigências burguesas, fosse uma espécie de manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios dos nobres, a existência de distinções sociais já estava nela prevista. Isto porque a igualdade preconizada era somente formal, isto é, frente à Lei. Entendamos um pouco mais essa questão nas explicações de Patto (1990, p. 29, grifo da autora):

A palavra igualdade é a chave na decifração da produção cultural que prepara a revolução francesa e a sucede. Mas é importante ressaltar que no pensamento liberal não se trata de preconizar uma sociedade na qual as desigualdades desaparecerão: trata-se de justificá-la sem colocar em xeque a tese da existência de igualdade de oportunidades na ordem social que vem substituir a sociedade de castas, esta sim, tida como inevitavelmente injusta.

Com base neste destaque, queremos marcar que a bandeira da igualdade içada e desfraldada coexistia e até mesmo buscava escamotear, tal qual ocorre no tempo presente, a desigualdade real que foi e continuou sendo o núcleo duro da nova ordenação social.

Patto (1990, p. 29, grifo da autora) explica, ademais, que, “no nível das idéias, a passagem sem traumas da igualdade formal para a desigualdade social real, inerente ao modo de produção capitalista, dá-se pela tradução das desigualdades sociais em desigualdades raciais, pessoais e culturais”.

Essa tradução materializou-se, segundo a autora, em teorias racistas, ou seja, uma forma de preconceito com verniz científico: “[...] datam desta época as primeiras tentativas de comprovação empírica das teses da inferioridade racial de pobres e não-brancos” (PATTO, 1990, p. 31-32, grifo da autora). E por que isso? Explica a mesma que

No marco das sociedades industriais capitalistas, o racismo [um tipo de preconceito], antes de ser uma ideologia para justificar a conquista de outros povos, foi muitas vezes uma forma de justificar as diferenças entre classes, principalmente nos países em que a linha divisória das classes sociais tende a coincidir com a linha divisória das raças, o que significa afirmar que ele serviu como ‘arma na luta de classes’ (PATTO, 1990, p. 32).

No período de ascensão do capitalismo industrial e do estabelecimento do domínio da burguesia, assim como em épocas e momentos anteriores, o fenômeno preconceito esteve configurado de forma correspondente à visão de mundo dominante, à maneira pela qual a classe dominante concebe a vida social – e o faz lançando mão do preconceito –, legitima a sociedade classista, a desigualdade dela advinda.

A esse respeito, buscamos auxílio em Heller (1992, p. 54, grifo da autora) para explicar alguns aspectos. Afirmar a autora que “a maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera do para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes”. E qual seria o fundamento disso? A própria autora nos responde: “[...] as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas)”. Importante realçar a observação da autora de que a classe burguesa, considerada por ela como a produtora máxima de preconceitos, cria-os “[...] em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje. Isso não é apenas consequência de suas maiores possibilidades técnicas, mas também de seus esforços ideológicos hegemônicos: a classe burguesa aspira a universalizar sua ideologia”.

Na análise de Heller (1992, p. 55), isso se sucederia porque “a coesão da sociedade burguesa foi, desde o primeiro momento, mais instável que as da Antiguidade ou do feudalismo clássico”. Parece-nos que, em um mundo cuja coesão é buscada, entre outros meios, pela noção de igualdade e de liberdade formais, as quais não encontram correspondente em uma realidade visceralmente desigual, a produção potencializada de preconceitos torna-se regra.

Ante estes destaques, é possível inferirmos que, em correspondência com os interesses da classe dominante – nas diferentes épocas históricas e contextos – e para manter a coesão de uma estrutura instável, conforme teoriza Heller (1992), os preconceitos sofrem, de fato, reconfigurações.

Mais uma vez reforçamos que o preconceito enraíza-se e configura-se de acordo com a materialidade das relações de produção. Para isso, consideramos importante retomarmos Marx e Engels (1986, p. 27-28, grifo dos autores), que nos ensinam que “tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem”. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, seja em sociedades/comunidades primitivas, seja em sociedades escravistas, estamentais, enfim, classistas, assim são eles, isto é, assim são os seus preconceitos, seu modo de pensar, agir, sentir, se relacionar, entender a si e ao outro. O que os indivíduos produzem em termos de preconceito e como o fazem coincide com o que são os indivíduos reais, coincide com a produção material de suas existências.

Ainda que seja difícil dimensionar, efetivamente, a infinidade de preconceitos desfechados, atualizados e reconfigurados sob os efeitos da desigualdade e da exploração do homem pelo homem, é preciso marcar que é sobre o solo do real que se enraíza e se conforma o preconceito.

Amparada em Marx e Engels (1986, p. 36), entendemos que, diretamente relacionada à produção material da vida, pelo trabalho, está “a produção de idéias, de representações, da consciência [...]”, preconceituosa ou não. Marcamos, em vista disso, que reais e ativos “os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias [...]”, de seus preconceitos e todas as demais objetivações. Todas as objetivações humanas têm, portanto, por base, as condições reais de existência, tanto as produzidas quanto as herdadas.

Se, à primeira vista, as situações aqui apresentadas podem parecer irrelevantes ao nosso objetivo de pensar e compreender a configuração do preconceito atualmente, neste início de século XXI, já que tratam da vida de parte dos homens de séculos anteriores e de locais longínquos, lembramos que a história da humanidade, de uma perspectiva sócio-histórica, é movimento repleto de contradições, avanços qualitativos e recuos, enfim, regida por um movimento de continuidade-ruptura. Nesse rumo, não podemos esquecer que a atividade presente, inclusive a que se objetiva sob a forma de preconceito, é síntese, é legado, da atividade das gerações passadas. Sob esse prisma, as produções humanas do presente não são auto-explicáveis e nem prescindem do passado, daí nos reportarmos a ele.

Para pensar a objetivação preconceito, seja na atualidade ou em épocas precedentes, não podemos perder de vista um só momento que “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX; ENGELS, 1986, p. 37), inclusive o produto denominado preconceito. Daí ele, o preconceito, sofrer reconfiguração, conforme buscamos apontar, sob os efeitos das determinações sócio-históricas de cada época e se manifestar de forma peculiar nos diferentes locais e contextos.

Pensemos a respeito dessa forma peculiar, a título de exemplo, no preconceito em relação ao indivíduo com deficiência. Com base no que apresentamos no decurso desta seção, esse preconceito, certamente, teve uma dada configuração no seio das sociedades primitivas, em que a sobrevivência do grupo dependia de cada um bastar-se por si e contribuir com os outros; teve outro formato no interior de sociedades classistas escravistas da Antiguidade, como, por exemplo, naquelas dedicadas à guerra, em que se exigia um corpo forte e saudável. Teve, ainda, outra configuração nas sociedades existentes durante o longo período medieval, em que a maneira de viver era organizada segundo normas inquisitoriais; como também teve,

e continua a ter, outra conformação sob a dinâmica capitalista, em que a mercadoria é tornada determinante no processo de produção e funcionamento da vida social e, nesse sentido, a mercadoria humana com defeito, congênito ou adquirido, é tratada com demérito, valorada negativamente.

Mediante os elementos apontados no decurso desta seção, acreditamos ter nos aproximado de uma resposta à nossa questão problematizadora. Nesse sentido, podemos considerar que o preconceito encontra-se, sim, reconfigurado, já que ele se funda no movimento real, contraditório e ininterrupto, dado pelos homens à vida social.

Buscamos mostrar, ademais, que o preconceito é sempre condizente com a materialidade existente, com a atividade material para a produção da vida, com a sobrevivência dos povos. Reafirmamos que as objetivações humanas, incluído aí o preconceito, são sempre determinadas, são e não são a mesma coisa, configurando-se sob os efeitos da época histórica, das demandas, exigências, necessidades e propósitos humanos.

Assim sendo, as objetivações humanas têm um dado conteúdo nos primórdios da civilização, outro na Antigüidade, outro no período de transição para o modo de produção capitalista e, por conseguinte, outro neste início de século XXI. Tal como as demais objetivações, o preconceito também teve uma configuração peculiar nos diferentes momentos da história humana, bem como o tem no presente momento.

Passemos à próxima seção, que trata do estado atual do preconceito.

4 PRODUÇÃO DA VIDA E DO PRECONCEITO SOB O CAPITALISMO HEGEMÔNICO

Buscamos, nesta seção, aproximar-nos da objetivação preconceito no presente, o qual se encontra configurado de acordo com as demandas sócio-históricas atuais e, por conseguinte, reconfigurado em relação às demandas pretéritas. Iteramos, em continuidade ao que vimos expondo, que o preconceito é produzido no processo de elaboração dos meios de vida, daí ser condição *sine qua non* para o nosso exercício investigativo, sobre tal objetivação, observar esse processo.

Ante a multiplicidade de determinações presentes em toda e qualquer produção humana, seja ela concernente ao âmbito da política, da filosofia, das artes, dos costumes, das ciências, etc., elegemos como aspecto norteador de nosso exercício investigativo a conformação da esfera produtiva na contemporaneidade, a fim de localizar, em seu interior, o preconceito. Ainda que possamos partir de quaisquer desses âmbitos (política, ciências, costumes, artes, etc.) constituintes da vida social, os quais são relevantes e estão dados como possibilidade para encaminhamento de análises, fizemos a opção pela esfera produtiva, porque entendemos que aquilo que move tal esfera, para a produção social da existência, é fundamentalmente o trabalho humano, categoria aqui considerada insuprimível ao entendimento do homem e de suas criações.

Entendemos que situar o preconceito no processo de produção da vida em um momento em que esta se encontra orientada, em termos produtivo, por um padrão flexível de acumulação do capital, exige-nos apresentar, ainda que a largos traços, elementos de caracterização desse padrão, a fim de chegarmos próximo do terreno do qual emerge o preconceito. Esboçamos, para tanto, elementos relativos ao estado atual da produção da existência humana no interior de uma prática social capitalista orientada pela acumulação flexível. Apresentamos, ainda, exemplos de evidências da realidade contemporânea que expressam, explícita ou implicitamente, o preconceito.

Recordamos, desde já, que o nosso objetivo não é arrolar um histórico da dinâmica de uma ou outra sociedade ou apresentar uma cronologia de fatos e feitos, mas esboçar um quadro no interior do qual seja possível precisar o enraizamento do preconceito.

4.1 O PRECONCEITO NO BOJO DO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Ao entendermos que o fenômeno preconceito, objetivado e apropriado pelos indivíduos em cada local e época, tem seu conteúdo sempre ligado aos determinantes histórico-sociais em vigência, consideramos imprescindível determo-nos na caracterização da produção da existência na contemporaneidade, para nos aproximarmos da configuração do preconceito no tempo presente. Tratamos, então, a partir de agora, da produção da vida, na atualidade, sob os efeitos da chamada reestruturação capitalista (TUMOLO, 2002), que abarca a emergência e a consolidação de um novo padrão de acumulação de capital e implica transformações no mundo do trabalho, nos domínios da vida social e da política por todo o globo. Antecipamos que não é nossa intenção fazer uma análise desses processos em referência. Na verdade, queremos apresentar elementos que nos permitam sinalizar possíveis repercussões desse padrão flexível na configuração do preconceito, tentando, assim, nos acercar de sua materialidade.

Em continuidade à discussão, desenvolvida na seção anterior, de que relacionada à produção material da existência está a objetivação preconceito, partimos da premissa de que o preconceito configura-se no bojo do processo de produção da vida, marcada atualmente por processos de flexibilização. Daí tomarmos, como norteadora de nossa exposição, a seguinte questão: que implicações podem advir do realinhamento produtivo capitalista ao preconceito? Para encaminhar a discussão, lançamos mão de análises realizadas por autores brasileiros e estrangeiros a propósito desse novo padrão flexível de acumulação e alguns de seus desdobramentos. Vamos ao seu encontro.

A despeito da variedade e divergências de posições frente à temática reestruturação capitalista, é possível assinalar, com base em Tumolo (2002), pelo menos dois pontos de convergência entre os seus estudiosos. O primeiro ponto refere-se à crise de superprodução do capital de 1973, apontada como principal marco das transformações ocorridas; o segundo diz respeito ao questionamento, ou esgotamento, da organização da produção de corte taylorista/fordista e a emergência de novos modelos de organização produtiva, cujo mais conhecido, dentre as diferentes versões, é o toyotismo/ohnismo.

Partimos, para fins de encaminhamento de nossa discussão, do primeiro ponto, a crise de 1973.

Ensina-nos Marx (2001a) que o modo de produção capitalista, no decurso da sua história, produziu sucessivas crises, as quais provocaram alterações em sua forma de organização e de direção da vida social.

Desde as três últimas décadas do século XX, a sociedade capitalista tem passado por mudanças de grande monta, em decorrência de mais uma crise instalada e que atinge, ainda que de modo diferenciado, o conglomerado dos países capitalistas.

Em resposta à crise e com o objetivo de retomar níveis anteriores de acumulação de capital, são postos em movimento ajustes estruturais, entre outros, na esfera da produção, a chamada reestruturação produtiva ou acumulação flexível.

Uma rigorosa análise do novo padrão flexível de acumulação nos é oferecida por Harvey (1992). Ao tratar da emergência desse novo padrão de acumulação no bojo da crise de 1973, a qual envolveu uma recessão profunda e pôs em andamento um conjunto de processos, situa-nos o autor que “[...] as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político [...]” (HARVEY, 1992, p. 140). Explica-nos que:

No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 1992, p. 140, grifo nosso).

O regime, inteiramente novo, é a categoria acumulação flexível, empregada por Harvey (1992), e que foi discutida por vários estudiosos, entre eles, brasileiros como Alves (2000; 2007); Antunes (1995) e Tumolo (2002).

Tal regime de acumulação surge no bojo do modelo fordista e rompe com os limites do mesmo.

Na perspectiva analítica de Tumolo (2002, p. 91), a chamada acumulação flexível representa “[...] principalmente a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação que precede o processo recessivo de 1973”, bem como representa uma tentativa de superação do modelo produtivo e estatal que já apresentava limites, o fordista-keynesiano. A crise de tal modelo (fordista-keynesiano), segundo o autor, não significou, em absoluto, a sua eliminação, embora tenha instalado a necessidade de se construir um padrão produtivo fundamentalmente mais flexível e, em acordo com isso, evidentemente, um padrão mais flexível de regulamentação da vida social e política.

Segundo Harvey (1992), o novo padrão flexível confronta-se de modo direto com a rigidez do fordismo, forma de organização do trabalho vigente a partir das décadas iniciais do século XX.

Na discussão que desenvolve sobre o fordismo, toyotismo e acumulação flexível, Antunes (1995, p. 17, grifo do autor) afirma entender o fordismo

[...] fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [isto é, o XX], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre a elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Para Antunes (1995, p. 17), o fordismo foi, pois, o “[...] processo de trabalho que junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século”, referindo-se ao século XX.

A acumulação flexível, por sua vez, esclarece-nos Harvey (1992, p. 140), “[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, caracterizando-se “[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

Sem eliminar as contradições inerentes a uma forma de organização social classista, o padrão de produção flexível, de acordo com Harvey (1992), põe em andamento um conjunto de processos, como, por exemplo, a exploração de nichos de mercado; a monopolização de diversos setores industriais; a heterogeneização do mercado consumidor; a intensificação do ritmo de inovação dos produtos e do consumo, os quais são cada vez mais fugazes, já que são conduzidos por modas passageiras. E, ainda, põe em curso a desregulamentação dos direitos trabalhistas, além de permitir aos empregadores exercerem pressões e controle muito mais forte sobre a força de trabalho, impondo-lhe regimes e contratos mais flexíveis, o que significa empregar de forma precária uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos.

A processualidade da acumulação flexível oferece, também, segundo Harvey (1992, p. 161, grifo nosso), condições para uma modificação de normas, hábitos, atitudes culturais e políticas; além do que “[...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo”.

As explicitações ora apresentadas, em especial o que aponta, por último, Harvey (1992), provocam em nós os seguintes questionamentos: O preconceito também estaria, atualmente, assumindo uma configuração fugidia, efêmera, fugaz, contingente? Estariam os seus alvos sendo maleabilizados, tal como vivenciamos a flexibilização da organização produtiva, do consumo? Estaríamos combatendo-o de modo mais fléxil, menos rígido, com mais superficialidade e menos radicalidade, apaziguando uma situação aqui, contornando outra situação ali, retratando-nos diante de outra situação acolá, mas sem abordar questões fundamentais, ou melhor, causais do preconceito? Em caso de resposta afirmativa às questões, é possível supor que uma tal configuração do preconceito advém das implicações do padrão flexível de acumulação de capital.

Os questionamentos em tela nos remetem a uma apreensão que fazemos de evidências do real acerca do preconceito atualmente. Trata-se do uso estendido, ou melhor, indiscriminado do termo preconceito. Antes de prosseguirmos, convém mencionar e refletir a respeito dessa apreensão.

É notório como o termo preconceito tem sido empregado nas mais diferentes situações. Percebemos que é classificado como preconceito o fato de não se apreciar um tipo de música, como, por exemplo, o pagode, a sertaneja, a de raízes; um tipo de dança, como, por exemplo, o *funk*; algum tipo de comida ou de bebida, como, por exemplo, a cachaça.

Lança-se mão dele para classificar situações singulares e pontuais, como o preconceito aos cabelos brancos, quando da opção por não deixá-los branquearem naturalmente; o preconceito à mulher bonita, supostamente discriminada em relação às pobres mortais não belas; preconceito ao uso de brinco por homens; preconceito ao fumante; aos que usam óculos de grau; preconceito à tatuagem; aos asilos e asilados; ao uso do ônibus coletivo; preconceito ao teste HIV; ao exame de próstata; à tapioca – veiculado pela mídia (GUERREIRO, 2008) quando da realização da CPI dos Cartões Corporativos, cartões usados por determinados funcionários do governo federal para a compra de alimentos. Sob o título “preconceito à tapioca”, várias notícias relativas à compra de alimentos com os cartões corporativos, inclusive de uma tapioca, em Brasília, circularam pelos noticiários (ANEXO A).

Um exemplo ilustrativo do emprego indiscriminado da palavra preconceito, que vale mencionar, está estampado em uma reportagem a respeito de uma doença chamada fibromialgia, veiculada em 21 de outubro de 2001, no jornal **Folha de S.Paulo** (ANEXO B), assinada por Cláudia Collucci. O termo preconceito aparece solto na frase “Falta de diagnóstico gera preconceito”, que compõe o subtítulo da matéria, sem constar em nenhum

momento sequer a expressão preconceito nos relatos das duas pessoas entrevistadas para a matéria, que sofrem da doença e cujo diagnóstico demorou a ser dado.

Questionamos por efeito destes exemplos: estaria o preconceito sendo dissolvido na superficialidade e particularização sem fim? O emprego versátil do termo preconceito, que ao sabor da mais leve brisa oscila de uma situação a outra, qualificando os mais singulares episódios, seria expressão de seu esvaziamento? Em caso afirmativo, questionamos: seria em função desse esvaziamento o enfraquecimento de análises radicais ao preconceito e à sociedade que o produz? Estaria esse esvaziamento ligado à crença de que a luta para superação de uma sociedade fundada nos antagonismos de classe já “[...] teria sido superada pela preocupação com outras questões ‘mais atuais’ [...]”, como, por exemplo, “[...] a questão da ética na política e na vida cotidiana, pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, pela consciência ecológica, pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza” (DUARTE, 2003, p. 14)?

Parece-nos que há, atualmente, uma adesão espontânea e uma tendência a um extremismo na qualificação das ações humanas como atitudes preconceituosas. Suspeitamos que, sob os efeitos da flexibilização da produção, que parece flexibilizar também o significado das palavras e dos fenômenos, estamos perdendo de vista os limites daquilo que é preconceito, de sua perversidade, complexidade, negatividade, da sua materialidade e entrelaçamento com a produção da vida, enfim, o entendimento necessário.

Para pensarmos esse esgarçamento do significado das palavras e fenômenos, lançamos mão da reflexão realizada por Moraes (2001, p. 14) no que toca à ressignificação de termos e conceitos. Trazemos especificamente a análise da autora em relação a um determinado termo – sociedade civil –, análise que pode nos oferecer elementos para dimensionar o que está em vigor.

O exemplo mais admirável, por suas fortes repercussões, seja talvez a ressignificação sofrida pelo conceito de ‘sociedade civil’ que adquiriu um emblemático sentido positivo nos últimos tempos. As origens do conceito, como se sabe, podem ser encontradas na Ilustração escocesa, quando o termo foi cunhado para designar a chegada da nova economia comercial do século XVIII, ou em Rousseau, que o utiliza para descrever o ‘estado de sociedade’, em contraposição à sociedade natural ou ‘estado de natureza’. Com Hegel, mais tarde, a sociedade civil será pensada como a arena de necessidades particulares, dos interesses egoístas de um mercado capitalista emergente e, portanto, dotada de forte potencial de auto-destruição.

Contrapondo-se a Hegel, Marx afirmará a sociedade civil moderna como a própria sociedade burguesa, dilacerada pelas contradições e conflitos entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela

anarquia, pelo individualismo. Fundada na propriedade privada e regida pelo capital, a sociedade civil é um campo de ‘guerra de uns contra os outros’.

Se este é o significado original do termo sociedade civil, nos últimos tempos, assistimos, conforme assinala a autora, a uma inversão de seu sinal e signo, isto porque,

O que fora um conceito crítico, tornou-se laudatório no vocabulário do liberalismo contemporâneo; o que antes indicava a exploração, interesses materiais concretos, antagônicos e ilusão, torna-se agora um princípio positivo que designa uma suposta esfera de autenticidade e de liberdade, de manifestação e exercício de uma diversidade irreduzível, de diferenças insuperáveis [...]. (MORAES, 2001, p. 15)

Nesse horizonte marcado pelo que a autora designa de recuo da teoria, recuo que se coaduna à idéia de ruptura da chamada racionalidade moderna e iluminista, é inaugurada uma

[...] época cética e pragmática, dos textos e das interpretações que não podem mais expressar ou, até mesmo, se aproximar da realidade, mas se constituem em simples relatos ou narrativas que, presas das injunções de uma cultura, acabam por arrimar-se no contingente e na prática imediata [...] (p. 13).

Em relação ao preconceito, podemos pensar, na trilha do que expõe a autora, que, tal qual as interpretações e os textos não podem mais exprimir a realidade, capitulando-se ao contingente e ao imediato, o preconceito também passa a ser empregado (e talvez aí se situe a chamada ressignificação do termo) pelo seu usuário em acordo com a circunstância, com o episódio, com o interesse pessoal, perdendo, dessa forma, a sua solidez, tornando-se fragmentário, fruto da percepção, da imaginação singular, insubordinável a qualquer conteúdo, significado universal.

Se tantas situações são classificadas como preconceito, é possível que situações realmente preconceituosas sejam ofuscadas e secundarizadas, deixando de ser percebidas como deveriam, já que ficam diluídas em um quadro de imprecisão.

Do uso indiscriminado do termo preconceito, podemos apontar como consequência a sua indefinição. Esta indefinição significa, em nossa interpretação, despojar o preconceito de sua complexidade, reduzindo-o ao simples, ao trivial, ao banal, vulgarizando-o. Consideramos que é devastador esse uso displicente do termo. Solto no terreno movediço da indeterminação, da banalização, da vulgarização, conformamo-nos a um pseudo-combate contra ele, o qual serve na realidade para sua manutenção.

A sua repetição inócua, como se fosse acessório versátil, cabível em diferentes situações, parece-nos revelar um esvaziamento de seu conteúdo danoso, uma contemporização de sua perversidade. A promoção do esvaziamento de seu conteúdo, por sua vez, parece flexibilizar os alvos a que se dirige, bem como conforma o modo politicamente correto de combatê-lo, forjando-lhe, assim, uma outra conformação, em correspondência ao arranjo atual da produção da existência. Entendemos que se torna fundamental à compreensão do preconceito a busca por elementos constituintes da vida dos homens, vida que se processa no interior de uma determinada ordem social e que sofre os efeitos da acumulação flexível.

Após essa referência ao uso estendido do termo preconceito, retomamos a apresentação anterior.

Não obstante as substanciais diferenças do novo padrão flexível de acumulação, este busca, segundo Tumolo (2002, p. 91, grifo do autor), “[...] alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, quais sejam, a superação da crise e a decorrente continuidade da acumulação capitalista, sob um novo patamar, sobretudo através da intensificação da exploração sobre a força de trabalho”. E como se realiza essa intensificação da exploração?

Considerada peça chave no processo de retomada do crescimento e da continuidade da acumulação capitalista, a intensificação da exploração sobre a força de trabalho pode ser assim traduzida: aumento das exigências em termos de habilidades e conhecimentos; crescente insegurança no emprego; rebaixamento de salários; evolução do desemprego a níveis sem precedentes; contratos empregatícios precários, isto é, uso crescente do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (terceirizado, quarteirizado), em prejuízo do emprego regular, o qual sofre redução; uso do trabalho escravo que volta à cena.

A ampliação do ritmo e quantidade de trabalho exigida do empregado por jornada laboral também é expressão da intensificação da exploração da qual fala Tumolo (2002). Tal ampliação tem provocado desfechos trágicos, os quais envolvem desde síndromes, quadros depressivos, doenças relativas ao trabalho, como a LER/DORT (lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomoleculares), até o chamado *karoshi*, termo em japonês que, segundo Ocada (2004), significa morte por overdose de trabalho – exemplos de *karoshi* podem ser constatados junto a trabalhadores que cortam cana-de-açúcar nos canaviais brasileiros.

Parece-nos que, em um contexto de intensificação da exploração do trabalhador, as condições para a produção da existência de milhares de seres humanos são tornadas ainda mais precárias, tornadas mais difíceis, por conseguinte, as relações humanas. Supostamente, da mesma forma que esse processo de intensificação da exploração da força de trabalho, em suas diferentes formas de expressão, contribui para conformar as condições de vida no tempo

presente, ele também concorre para um rearranjo no modo de manifestação do preconceito. Podemos supor que essa precarização provoca uma maior suscetibilidade do indivíduo para a adesão ao preconceito, além de tornar fértil o solo das relações humanas para que ele viceje.

Ao analisar as razões da suscetibilidade dos indivíduos em relação aos discursos sedutores no cenário educacional, Rossler (2003) nos proporciona subsídios para pensarmos a esse respeito. Assinala o autor que

A vida inerente ao sistema social capitalista, centrada sobre a lógica da propriedade privada, do trabalho assalariado, da produção e circulação de mercadorias, do lucro, do acúmulo de capital, e, mais atualmente, da globalização, do mercado virtual financeiro (e suas ilógicas oscilações) e do imperialismo do capital internacional, vem impondo aos indivíduos condições de existência cada vez mais desumanas, cada vez mais alienantes e alienadas (2003, p. 203, grifo nosso).

Na sociedade atual, destaca Rossler (2003, p. 203), a maioria dos homens estão restritos “[...] a uma vida empobrecida, vazia e limitada em vários sentidos. Mas pobre não só em um sentido econômico, material, senão também espiritual, isto é, num sentido cultural, social e psicológico. Pobre num sentido intelectual, afetivo e moral”. Para o autor, a “[...] pobreza material imposta pelo sistema capitalista consiste no problema fundamental de grande parcela de nossa população. Todavia, não é o único”. Com isso, quer dizer que “[...] mesmo nas classes sociais em que há fartura material, não deixa de haver miséria espiritual, isto é, cultural” (ROSSLER, 2003, p. 203-204), não deixa de haver, por certo, preconceito.

Rossler (2003, p. 210, grifo nosso) sustenta que:

Numa sociedade essencialmente marcada pelo esvaziamento material e psíquico dos homens, isto é, pela pobreza material, intelectual e afetiva imposta a suas classes sociais, torna-se fundamentalmente necessária a existência de símbolos, idéias, preconceitos, valores, aspirações e/ou discursos ideológicos que expliquem, justifiquem e reproduzam tais condições [...].

Além dessas objetivações – na forma de preconceito, valores, idéias, discursos ideológicos, etc. – contribuírem para justificar e reproduzir as condições de pobreza e esvaziamento, é preciso “[...] que também sirvam a finalidade de dar um colorido diferente, irreal e ilusório, a esta mesma realidade” (ROSSLER, 2003, p. 210), realidade regida pela lógica da acumulação flexível.

É nesse contexto de intensificação da exploração, de vida empobrecida, vazia e limitada em seus vários sentidos, que situamos a nossa suposição de que os indivíduos,

atualmente, encontram-se mais suscetíveis ao preconceito, sendo esta mais uma das prováveis implicações, em termos de preconceito, advindas de um patamar flexível da produção.

Sob os efeitos da intensificação da exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, da precarização ainda mais brutal das condições para a produção da vida de milhares de seres humanos, e isso em todos os âmbitos – das relações cotidianas às escolares –, dificulta-se a promoção de uma formação mais humana, formação esta que não prescinde de conhecimentos, apreensões e apropriações alicerçadas na materialidade histórica em seu movimento dialético. Acreditamos que uma margem menor para uma formação mais humana contém como dimensão contrária, uma maior margem de suscetibilidade do indivíduo para aderir ao preconceito, propagá-lo e até mesmo manipulá-lo.

Muito provavelmente, diante das dificuldades para apreender o real, o indivíduo ouve, vê, repete, imita, entre outras coisas, o preconceito, isto porque, para responder em tempo real às demandas da vida cotidiana, conforme analisa Heller (1992), o indivíduo precisa dispensar elucubrações, conhecimento aprofundado e duradouro.

Certamente, há uma continuidade, ao invés de ruptura, das condições para adesão ao preconceito, uma tendência em concordar, interessar-se e aderir, imediata e espontaneamente, às idéias preconceituosas ou ao seu combate inócuo.

Um outro processo relacionado à emergência e consolidação da acumulação flexível que nos interessa abordar, haja vista repercutir diretamente nas condições de produção da existência humana, é o desemprego, o qual tem evoluído para níveis sem paralelo.

Reconhecido como uma tendência praticamente insolúvel do sistema capitalista, o crescimento sistemático do desemprego no contexto da acumulação flexível, comumente denominado de desemprego estrutural, nada mais é, conforme assinala Tumolo (2002, p. 91), “[...] do que a expressão, no que diz respeito ao mundo do trabalho, do padrão de produção capitalista que começa a tomar feição por volta do início dos anos 70, a chamada acumulação flexível de capital”.

Alerta-nos o autor, em nota, que, embora o desemprego na atualidade tenha características diferenciadas em relação às situações de períodos anteriores, a definição de desemprego estrutural, amplamente difundida, revela-se problemática,

[...] tendo em vista que o desemprego, numa taxa maior ou menor, conforme a conjuntura e o país, sempre foi um componente estrutural do capitalismo, mesmo durante a era keynesiana, formando o que se convencionou chamar de exército industrial de reserva [...] (TUMOLO, 2002, p. 107, grifo do autor).

O desemprego, como componente estrutural da sociedade capitalista, tem, segundo Tumolo (2002, p. 107), uma função importante, porque serve para “[...] manter o preço da força de trabalho sob constante pressão para baixo, garantindo, assim, níveis razoáveis de acumulação de capital”. Na trilha de Tumolo (2002), podemos pensar, em relação ao nosso objeto, que a objetivação preconceito, resguardada as características diferenciadas e próprias a cada tempo e local, sempre foi um componente ineliminável das sociedades classistas tanto em épocas remotas quanto na atual, tendo servido para manter os indivíduos no lugar que lhe é reservado no interior das relações sociais e, desse modo, ajudado a garantir a produção e reprodução dessas sociedades.

Se, para o capital, o desemprego desempenha função importante, para o trabalho ou, mais precisamente, para aqueles que vivem de seu próprio trabalho, os resultados são funestos, em especial no contexto da acumulação flexível, dado o seu crescimento a patamares inéditos. Eis, nesse ponto, em nossa interpretação, mais um fator de precarização das condições de vida daqueles que vivem de seu próprio trabalho, fator que também concorre para a difusão do preconceito.

Entendemos que um nível mais elevado de desemprego associado à flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo, entre outros efeitos, supostamente, expõe ainda mais os indivíduos às intempéries sociais, tornando-os mais suscetíveis às formas de pensar, agir e sentir preconceituosas. E por quê? Pensemos: Que disponibilidade, disposição, ou melhor, condições objetivas e subjetivas, o trabalhador – seja ele empregado, desempregado, autônomo, supérfluo e mesmo o empregador – tem para conhecer e compreender a realidade; para apreender o significado subjacente dos dados, fatos e fenômenos do real; para se objetivar de modo menos preconceituoso; para ponderar, refletir, sobre a apropriação ou não do preconceito? É possível visualizar, nesse panorama, mais uma implicação, em termos de preconceito, das modificações impulsionadas pela acumulação flexível.

No que tange ao chamado exército industrial de reserva, mencionado por Tumolo (2002), cabe destacar que o trabalhador de reserva que compõe tal exército – entenda-se o desempregado empregável – está à espera para ser empregado em substituição a outro trabalhador, até então colocado. Queremos ressaltar, com essa observação, que sua inserção, ao ocorrer via substituição de outrem, não exige ampliação do número de postos de emprego. Pelo contrário. De acordo com Palangana (1998, p. 121, grifo nosso), referindo-se às conseqüências das novas tecnologias sobre o cenário trabalhista, as quais ajudam a eliminar milhares de postos de emprego, “[...] a necessidade de gente é cada vez menor, a não ser

como consumidores”, tornando-se regra “[...] reduzir ao máximo o número de trabalhadores, entregando-os às variações das necessidades do mercado que regulam o consumo [...]”.

A substituição de trabalhadores na ativa por trabalhadores de reserva endereça-nos a uma outra questão ora vigente, qual seja, as vagas de reserva em concursos públicos. Legalmente instituídas para equacionar uma situação de não acesso ao emprego público por parte de pessoas historicamente excluídas, como, por exemplo, pessoas com deficiência, pessoas negras, as vagas de reserva no emprego público também obedecem à lógica da substituição de um candidato em potencial por outro que, em razão de um dado atributo, como condição física, cor da pele, lhe é reservado vaga, ao invés de se ampliar o número de empregos.

Curiosamente, as vagas de reserva são implantadas em um contexto cujo nível de desemprego é alarmante, assim como o é o processo de precarização da existência de enorme parcela da população, como o é a exacerbação da competição por uma vaga que garanta um salário e, com este, o acesso aos meios de subsistência. Além disso, essas vagas são implantadas com o respaldo de um discurso sedutor de inclusão social, de combate ao preconceito, de reparação a algumas de suas vítimas.

Ao ter que lutar, nesse meio, pela sobrevivência, os aspirantes a empregados, sejam eles cabíveis nas vagas de reserva ou não, tornam-se oponentes ferozes na arena da concorrência por um emprego. Vencer/derrotar um ao outro, vencer a concorrência no mercado para vender-se como mercadoria para comprar outras mercadorias torna-se a lei, cujo cumprimento, na maioria das situações, dispensa regras até então estabelecidas pelos homens como normatizadoras de suas ações. Daí assistirmos, atônitos, diariamente, a situações chocantes em termos de relações humanas no trabalho e fora dele.

Em nosso entendimento, as vagas de reserva constituem-se em atenuante extremamente parcial e paliativo para os problemas e sofrimentos gerados por um determinado modo de produção social da vida, produção esta sob um novo patamar, o da acumulação flexível. Ademais, ao contemplar alguns poucos indivíduos dentre os milhares que engrossam as fileiras do chamado exército de reserva, esse tipo de medida faz intensificar a tensão entre aqueles que pertencem – pela sua condição de não propriedade dos meios de produção – a uma mesma classe, isto é, a dos que possuem somente a capacidade própria de trabalho. Para nós, tal intensificação da tensão e competição entre os trabalhadores mitiga a luta entre as classes antagônicas, uma vez que há um desvio do cerne do conflito.

Um outro aspecto relacionado à questão do concurso público, que vale mencionar, é a notável quantidade de editais que têm sido abertos para oferecer uma ou poucas vagas ou,

mesmo, nenhuma, com a justificativa de formação de cadastro. Com data de validade cada vez menor, em geral de seis meses a dois anos, prorrogável por igual período, as vagas de emprego público têm seduzido um grande exército de pessoas, que, ambicionando por elas, têm dispendido grande parte de suas poupanças ou parte de seu salário mensal. Essa invasão súbita de concursos tem animado o mercado com a venda de inscrições, cursinhos preparatórios, apostilas, material escolar, transporte, alimentação, hospedagem, etc., ao mesmo tempo coloca os candidatos na condição de mercadoria perecível, já que lhes é imputada data de validade. Vencido o prazo do concurso, vence a validade do indivíduo aspirante a servidor público, como se fosse mercadoria imprópria para consumo, ainda que aprovado e, muitas vezes, classificado em primeiras posições.

Tal como as vagas de reserva, é possível que o lançamento seguido de editais de concurso público ajude a contemporizar a dramática situação de busca por emprego em um mundo de desemprego. E, ainda, as vagas com validade efêmera, certamente, estão em consonância com a lógica flexível da mercadoria em tempos de acumulação flexível.

Entendemos que as soluções propostas dentro do padrão societário de exploração do homem pelo homem não podem ser radicais no sentido de ir à raiz do problema. Elas precisam ser, necessariamente, superficiais e paliativas, assim como os seus resultados. Portanto, medidas tomadas em combate ao preconceito são, sobretudo, formais, parciais, superficiais, apoiando-se mais na continuidade do estado de coisas dentro do sistema de convivência social, ao invés de buscar formas efetivas de ruptura.

Ao mesmo tempo em que os homens de nossa época produzem o preconceito, produzem também, como contrapartida ideológica, discursos, documentos, publicidades, documentários e mesmo algumas ações para compensar, de modo parcial e limitado, esse problema. As cotas, por exemplo, são um ilustrativo dessa contrapartida.

A respeito das vagas de reserva nas universidades públicas, apoiamo-nos na análise realizada por Lessa (2007) para melhor entendimento da questão. Ele revela-nos que “as cotas surgem no contexto dos governos Reagan e Thatcher” e que “o desmonte do Estado de Bem-Estar e sua substituição pelo neoliberalismo teve, como uma de suas contrapartidas ideológicas, a política de cotas que ‘compensasse’ as desigualdades” (2007, p. 102). Aplicadas parcialmente e sem nada alterar no que respeita à relação de classes, as cotas, “[...] por uma via perversa, não abolem, – apenas renovam e, assim, reforçam – as várias

modalidades do racismo contemporâneo [...]” (2007, p. 103). Não abolem porque, segundo o autor, trata-se de uma medida de ação afirmativa⁷.

As medidas de ações afirmativas, em consonância com as modificações postas em andamento pelo padrão flexível de acumulação, assentam-se sobre o seguinte postulado: “diferente do passado, hoje a sociedade seria multi-polarizada por determinações de várias ordens que se entrecruzariam em uma processualidade marcada pela fragmentação das causas e seus efeitos, pela inconstância e novidade quase infinitas” (LESSA, 2007, p. 104).

As políticas afirmativas como as cotas, sustenta Lessa (2007, p. 105), que ganham impulsão na moldura da acumulação flexível,

[...] reproduzem e renovam os preconceitos e racismos de todos os tipos ao invés de combatê-los; fortalecem o particularismo e o espírito corporativo, desarmam e enfraquecem a crítica revolucionária da sociedade e, por fim, dividem os trabalhadores entre as diferentes raças dificultando a luta contra o capitalismo.

Além disso, explica-nos o autor, as várias modalidades do preconceito contemporâneo deitam raiz no racismo inerente a uma sociedade de classes e não em virtude das diferenças de cores de pele, forma de bocas, narizes, olhos, cabeças, corpos, etc. de homens negros, brancos, amarelos.

Por efeito do exposto, pensamos que iniciativas como as de vagas de reserva, as quais levam em conta um atributo e eclipsa todas as demais características do indivíduo – em prol da sua cor de pele, do formato do olho/boca/nariz –, tendem a tratar o homem de forma abstrata, isto é, o homem concreto torna-se o negro, a mulher, a criança, o idoso, o índio, o deficiente, sem levar em conta quem é o homem negro ou a mulher que se apresenta, os quais são indivíduos que, entre outros atributos, têm a pele negra, são do sexo feminino, etc. Consideramos que, se centrarmos a atenção naquilo que se constitui a distinção dos seres humanos, teremos um rol infinito de atributos que os peculiarizam, atributos que, dependendo da circunstância, podem ou não ser alvo de preconceito. Conforme vimos mostrando, o preconceito é criação humana que se processa no movimento de produção da vida e sob essa ótica não entendemos que um atributo em si gere o preconceito.

⁷ Um estudo a respeito do que seja ação afirmativa pode ser encontrado em Moehlecke (2002). Para essa autora, a ação afirmativa é uma resposta à discriminação e desigualdade existentes. Também chamada de reserva de vagas, políticas de cotas ou ação compensatória, a ação afirmativa, conforme assinala a autora, visa promover a igualdade de oportunidade àquelas pessoas vitimadas por discriminação, conferindo-lhes preferência no acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho, ao ensino superior.

Ainda que não seja a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do nariz, o peso corporal, a nacionalidade em si, descolados das relações de produção da vida, que geram preconceito, é em torno dessas peculiaridades que se aglutinam grupos, os quais levantam suas bandeiras contra o preconceito e em prol de seus direitos humanos. Direito de negros humanos, indígenas humanos, homossexuais humanos, etc., mas não o direito de todos os seres humanos, sem exceção.

Não podemos negar que as bandeiras levantadas são tentativas legítimas que visam reverter uma situação nefasta; porém, diante das raízes profundas que sustentam o problema, suspeitamos que bandeiras individuais sejam insuficientes. Embora se permita atualmente, que homens e mulheres tragam à luz as mazelas que vivem na forma de preconceito, não há esforços conjuntos e sistemáticos para se trazer à cena as causas dessas mazelas e do preconceito sofrido, bem como a causa de seu não rompimento até hoje. Parece-nos que bandeiras individuais são erguidas, ações pouco comprometedoras para com o *status quo* são alardeadas e adotadas, mantendo-se intactas questões que deveriam consumir nossos esforços.

Trazemos à cena a questão das vagas de reserva, as quais vêm em socorro de alguns poucos indivíduos e grupos, porque consideramos tal questão importante para pensar a configuração do preconceito na atualidade. Não esqueçamos que é no contexto da acumulação flexível que vicejam a organização de grupos, de políticas compensatórias e afirmativas para grupos e se erguem bandeiras particulares contra o preconceito, como se o mesmo pairasse somente em cima do grupo A ou B e não fosse produzido no interior do processo de luta pela vida e exercido também pelos grupos que o sofrem.

Palangana (1998), ao referir-se à readaptação contínua do trabalhador – readaptação que entendemos se impor sob os ditames da produção flexível –, o qual passa a executar múltiplas tarefas, exercer várias funções e, por isso, sente dificuldade em se auto-definir mediante as atividades que executa, ajuda-nos a pensar sobre a formação dos grupos tão em voga, incentivados e até mesmo patrocinados em nossa época.

A autora supõe que a referência constituída no trabalho tem se tornado por demais abstrata, o que explicaria, ao menos “[...] em parte, a busca por parâmetros de identidade fora das relações de trabalho, nas gangues, nos grupos assistencialistas, no partido político, na revitalização religiosa, na pertença a organizações não institucionalizadas, etc.” (PALANGANA, 1998, p. 130). Em razão dessa dificuldade em se auto-definir, tem se estabelecido, conforme Palangana (1998, p. 139, grifo nosso), a junção de muitos indivíduos “[...] em grupos restritos e fechados, desenvolvendo uma espécie de fraternidade que só faz por mascarar a possibilidade real de auto-afirmação da individualidade”. Como consequência

disso, “assiste-se à emergência de imagens coletivas que, baseadas na religiosidade, na etnia, no regionalismo, vulgarizam o sentimento de fraternidade, rejeitando – muitas vezes com violência física e/ou moral – os que não pertencem ao grupo”.

Pautado em um enfoque externo ao materialismo histórico e dialético, Bauman (2001), na obra **Modernidade líquida**, também contribui para pensarmos a respeito dos grupos.

O grupo, na perspectiva apresentada pelo autor, não estaria empenhado em objetivos coletivos, comuns, senão em objetivos singulares, de promoção individual. Sua instituição seria contrária a noção de objetivo comum, anseio comum, interesses comuns, uma vez que agrega um grande número de vontades individuais e heterogêneas.

Ao discutir sobre a individualização no quadro da chamada modernidade líquida – em oposição à modernidade clássica ou pesada, erigida sobre as bases do fordismo-keynesianismo – Bauman (2001, p. 45, grifo do autor) questiona “qual o sentido de ‘interesses comuns’ senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses?”.

No contexto da modernidade líquida, defende Bauman (2001), diferente da modernidade clássica em que os indivíduos se acomodavam em classes, a busca por um lugar que os acomode, a busca por pertença, torna-se constante e ininterrupta, já que atualmente

Não são fornecidos ‘lugares’ para a ‘reacomodação’, e os lugares que podem ser postulados e perseguidos mostram-se frágeis e frequentemente desaparecem antes que o trabalho de ‘reacomodação’ seja completado. O que há são ‘cadeiras musicais’ de vários tamanhos e estilos, assim como em números e posições cambiantes, que fazem com que as pessoas estejam constantemente em movimento, e não prometem nem a ‘realização’, nem o descanso, nem a satisfação de ‘chegar’, de alcançar o destino final (BAUMAN, 2001, p. 42-43).

Questionamos se esses lugares, aos quais se refere o autor, seriam os grupos frequentemente criados, modificados, recriados, reinaugurados, os quais concorrem entre si, são palco de dissidências, que levam, em geral, à criação de novos grupos. Desacomodados das classes, os homens estariam em processo de reacomodação em agrupamentos, daí a organização em grupos para sofrer ou para impor o preconceito? Daí a constituição de grupos para a luta por seus direitos, por suas vagas de reserva?

Alerta-nos Palangana (1998) que um estranhamento profundo está oculto por trás da intimidade superficial, da fraternidade vulgarizada entre os pertencentes de grupos. É possível que conectados ao princípio liberal do individualismo, os indivíduos sintam-se vulneráveis e isolados. Em busca do fortalecimento de si, juntam-se a outros indivíduos, cuja situação é a mesma. Agrupam-se, estabelecem parcerias, lançam mão de um sentimento de pertença, que

pode não passar de mera impressão, já que, objetivamente, a separação, a oposição, o isolamento são mantidos intactos. No grupo, os indivíduos, suas ações, reações, reclamações, reivindicações, são tomadas a granel, não se distinguindo o indivíduo A ou B, mas o grupo. É o grupo que fala, age, reage, ataca, defende, é a sua marca que se sobrepõe. Podemos pensar que os indivíduos unem-se em grupos, segundo um dado padrão, por conta do sofrimento do preconceito, para sofrer o preconceito em companhia, em parceria, mas também para impor o preconceito, em revanche.

Em sua discussão sobre o significado da cultura de grupo, tão comum aos jovens, Snyders (1988, p. 26) expõe que o grupo promove a força do indivíduo, tanto porque este sai do isolamento, como também oculta as suas fraquezas e fragilidades. Afirmo o autor que “o grupo dá segurança, o número dá segurança, dá um sentimento de força comum [...]”, sendo que é “[...] frequentemente o grupo que vai proclamar os direitos da juventude”, assim como os direitos da mulher, do negro, do idoso, do indígena, do analfabeto, etc.

Para nós, há incongruência entre a luta particular de grupos contra o preconceito que os assola e a produção generalizada desse fenômeno pelo e contra o ser humano, portanto, incongruência entre parte e todo. Ao se apartar de interesses coletivos e lutas comuns, é possível que o lema “cada um por si” passe a vigorar de forma ainda mais acentuada e se instale de modo exacerbado o princípio liberal do individualismo.

A respeito do individualismo, Harvey (1992, p. 161, grifo nosso) explica-nos que a processualidade do regime flexível de acumulação oferece condições sociais favoráveis ao seu exacerbamento, traduzido em “[...] um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedimentista que penetrou em muitos aspectos da vida”. O autor reconhece que o individualismo mais exacerbado “[...] se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível”.

Questionamos diante disso: como acreditar na superação do preconceito, no avanço da luta contra ele em uma sociedade na qual o individualismo torna-se condição decisiva para a sua produção? O individualismo exacerbado somado ao imediatismo, ao pragmatismo da vida na atualidade, ao consumismo sem limites, aos modismos, determina, conforme nos lembra Rossler (2003, p. 207), “[...] formas de relacionamento entre os homens, e destes para com o mundo à sua volta, de uma qualidade cada vez mais pobre, ou seja, determinam relações vazias, superficiais, egoístas, efêmeras, descartáveis e banais, que em quase nada os enriquece”.

Certamente que o solo é fértil ao preconceito e, sendo-lhe fértil, é preciso mascarar sua produção vertiginosa. Mas como isso se realiza? Presumimos que se desvia a atenção dos homens em outra direção, para um outro plano – plano do discurso politicamente correto, das campanhas paliativas, por exemplo –, distante daquilo que gera o preconceito. Escolhe-se um ou outro aspecto do preconceito, divulga-se a sua existência e os estragos por ele causados. Cobra-se da população que se conscientize do problema, de seus malefícios e para isso são editadas campanhas. Convoca-se a todos para que troquem uma consciência errada e preconceituosa por outra mais consciente e cidadã.

Trata-se, indubitavelmente, de uma convocação oportuna. No entanto, diante de uma prática social visceralmente excludente e, portanto, fértil à produção de preconceitos de todas as ordens, a convocatória de comportamentos politicamente corretos em combate ao preconceito é algo que merece investigação e reflexão. Para além da adesão espontânea a esses chamados, precisamos tomar a questão com cuidado e tentar avançar, não nos satisfazendo com um tipo de combate ao preconceito que não leva em conta o que o gera, a razão da necessidade de sua produção, como também a quem interessa os efeitos de sua ação.

Em nosso exercício de apreensão da prática social, deparamo-nos com um cartaz ilustrativo desse tipo de combate ao preconceito que vale, aqui, apresentar. Diz respeito a um cartaz oficial (ANEXO C), lançado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa ligada ao Ministério da Saúde (BRASIL, 200-?).

O cartaz traz, em destaque, a frase “Muitas vezes praticamos o racismo e nem percebemos”, escrita em letras garrafais e está sobreposta a uma imagem que, supostamente, é de uma sala de espera de alguma repartição pública de saúde. Há duas pessoas sentadas ao fundo e duas mulheres em pé, mais à frente, uma negra e outra branca. Com menos destaque há uma outra frase, cuja letra é menor e está localizada em um canto do anúncio, a qual diz: “Nós, trabalhadores da saúde, devemos abolir o racismo. O primeiro passo é reconhecer a sua existência. Atenção sem discriminação. O SUS é para todos”. O referido cartaz sugere que o profissional da saúde deve abolir o preconceito que ele, porventura, tenha em relação à cor negra da cútis. Indica-lhe que, para isto, deve reconhecer-se racista e, então, corrigir essa sua consciência a fim de atender a todos sem discriminação.

As duas frases anunciadas no cartaz, em nossa interpretação, dão a entender que o preconceito é uma idéia errada, cujo combate deve se dar por meio da correção dessa idéia, descolada de qualquer materialidade.

Ao anunciar as cinco ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento, referindo-se a um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo, Duarte (2003, p. 15)

auxilia nossa reflexão a respeito da troca da consciência preconceituosa por outra sem preconceito, em especial naquilo que consta como enunciado da quinta ilusão, a saber:

[...] o apelo à consciência dos indivíduos, seja por meio das palavras, seja por meio dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade. Essa ilusão contém uma outra, qual seja, a de que esses grandes problemas existem como consequência de determinadas mentalidades.

Podemos considerar que o cartaz, em referência, cumpre uma função de apelo à consciência dos indivíduos, particularmente aqueles que são da área da saúde, ao divulgar o caminho para a superação do problema do racismo, que é tomado como questão de mentalidade. Apesar de convocações como a apresentada no cartaz serem oportunas e se fazerem legítimas diante do tratamento desumano dado/recebido por milhares de indivíduos e mesmo ao reconhecer que, dependendo da circunstância, esse tratamento desumano realmente se expressa de modo ainda mais intenso se o indivíduo for negro ou miscigenado, entendemos, juntamente com Duarte (2003, p. 16), que é preciso

[...] estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões. Como escreveu Marx: ‘conclamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las a acabarem com as ilusões acerca de uma situação que precisa de ilusões.

É possível pensar, tendo por pressuposto tais colocações, que convocar as pessoas para abolirem uma consciência preconceituosa, seja ela racista ou relacionada a qualquer outro tipo de preconceito, é convocá-las a abolirem uma situação que precisa desse fenômeno.

Ante o exposto, queremos salientar que o preconceito não sai incólume aos processos de flexibilização do trabalho, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo, das inovações organizacionais, à expansão do desemprego e acirramento da competição e do individualismo. Longe disso, ele, possivelmente, configura-se aos estímulos desses processos.

Como bem considera Palangana (1998), apesar das modificações em curso, o sistema capitalista continua a vigorar com base no mesmo princípio de exploração que o funda, qual seja, o princípio de compra e venda da força de trabalho. Um sistema visceralmente gerador de mazelas como o capitalismo não deixa de sê-lo em virtude de suas renovações e inovações em termos científicos, tecnológicos, de costumes, etc., renovações e inovações que atendem, primeiramente, aos apelos e necessidades da acumulação capitalista, ao invés de necessidades

humanas. Certamente que, ao permanecerem as mesmas relações sociais de produção, não é possível ainda rumar para o desvanecimento de problemas humanos como, por exemplo, o preconceito. Na realidade, os problemas humanos em geral e o preconceito em particular configuram-se em consonância aos processos em curso.

Cumpramos registrar, por último, e mais uma vez sustentadas em Palangana (1998), que, sem se alterar radicalmente as relações sociais de produção, não há chance do padrão flexível de acumulação ser o prelúdio de uma história verdadeiramente humana da qual fala Marx, já que há uma continuidade do processo de exploração humana para a produção da existência e não a sua ruptura. Sem isso, continuamos carentes de meios objetivos e subjetivos para um enfrentamento efetivo do preconceito e continuamos a reafirmá-lo, produzi-lo, ainda que sob configuração diferenciada.

Ao avaliar que não podemos prescindir do esforço de aproximação das manifestações atuais do preconceito, trazemos, a seguir, na seção cinco, alguns exemplos de apreensões que fizemos de evidências do real, respeitantes ao preconceito teórico, sobre o trabalhador migrante e a mulher.

5 PRECONCEITO NA ATUALIDADE: EVIDÊNCIAS DO REAL

Ciente da complexidade do fenômeno preconceito concebido como produção humana, histórica, contraditória, situada e multi-determinada, e consciente da impossibilidade de abordarmos com profundidade as suas muitas expressões, buscamos, nesta seção, aproximar-nos de três de suas manifestações. São elas: o preconceito teórico, em geral não explorado, o preconceito ao migrante, geralmente pouco explorado, e o preconceito à mulher, bastante explorado atualmente.

Em um esforço para apreender evidências que expressam as relações humanas preconceituosas contemporâneas relativas às três manifestações em referência, partimos daquilo que está expresso, por escrito, nos meios de comunicação – jornais e revistas impressos e *online*, literatura – e que representam eventos da prática social. Tomamos tanto situações que, via de regra, são apontadas como manifestação do preconceito quanto aquelas que não são percebidas ou classificadas como tal.

Atenta às evidências do real e às explicações correntes acerca do preconceito, que tendem a perpetuar idéias que naturalizam e individualizam aquilo que é histórico e social, nosso esforço intelectual está direcionado para negar a reiteração do instituído, mas do qual buscamos nos aproximar e trazer evidências para reflexão.

Intencionamos, com isso, acercar-nos daquilo que tem educado os indivíduos para o exercício do preconceito e, também, para o seu combate. Buscamos, ademais, posicionar-nos a respeito da educação necessária para abordar o preconceito como uma produção humana, que cabe à instituição escolar proporcionar aos seus alunos.

5.1 APROXIMAÇÃO DE EVIDÊNCIAS DO REAL: PRECONCEITO TEÓRICO, AO MIGRANTE E À MULHER

De antemão, questionamos: Por que trazer evidências do real relativas ao preconceito? Primeiro, porque consideramos que é uma forma de nos aproximarmos de sua configuração. Segundo, porque é um meio de oferecermos subsídios que explicitem eventos permeados pelo preconceito, mas que passam despercebidos, uma vez que naturalizados.

Iniciamos nosso exercício de aproximação do real com a apresentação de um tipo de preconceito comumente aprendido e reproduzido sem maiores reflexões. Trata-se do preconceito teórico.

O que percebemos, mediante evidências do real, em relação ao preconceito teórico? Percebemos, dentre outras coisas, que ele não é discutido com a mesma frequência, intensidade e devoção que outros tipos de expressão do preconceito, tais como o preconceito ao indivíduo negro, indígena, obeso, idoso, etc., bem como o seu exercício parece não ser tão nocivo como estas e outras manifestações preconceituosas.

Não sendo aparentemente relevante ou nocivo, por que trazê-lo então? Por dois motivos: primeiro, porque os eventos da prática social, sejam eles quais forem, oferecem-nos margem para apreensão do real e isso tanto pelo que põem em evidência e dão relevância quanto pelo que silenciam ou subestimam; segundo, porque não podemos permanecer silentes frente a um tipo de preconceito cujo exercício é, tal como outros tipos de preconceito, diário, contundente, ferino, sob pena de também contribuir para a falsa aparência de pouca importância ou nocividade que se pretende instaurar em relação a ele.

O preconceito teórico, o qual é exercido em diferentes espaços, mas em especial na academia, está expresso na forma de desqualificações, calúnias, ostracismo, boicotes, retaliações, desonestidade na divulgação de fatos, falsificação dos próprios fatos, acusações, perseguições, entre tantas outras formas igualmente perversas de manifestação.

Para nos aproximar, por meio de evidências do real, dessas manifestações do preconceito, tomamos exemplos veiculados pela mídia, precisamente notícias e reportagens impressas e *online*.

Evidências de manifestação do preconceito teórico podem ser encontradas, dentre outras opções, em uma revista de circulação nacional e com edição semanal, a **Veja**. Em consulta a tal revista, durante o nosso exercício de apreensão de evidências do real, percebemos que, repetida e insistentemente, a revista fazia menção a um determinado referencial teórico-metodológico de modo negativo, pejorativo e depreciativo, tratando-o de modo preconceituoso e educando muitos de seus leitores nestes moldes. Em virtude dessa investida assídua, optamos por trazê-lo. O referencial teórico, alvo de constantes manifestações de preconceito, é o materialismo histórico e dialético, ou simplesmente marxismo, como prefere a revista. Vejamos alguns exemplos a esse respeito.

Em 28 de março de 2007, por exemplo, a revista apresentou uma matéria (ANEXO D), na qual listou alguns nomes e feitos de europeus, a fim de apontar as contribuições do continente para o mundo. Em um dos quadros apresentados, havia uma foto de Karl Marx (1818-1883) ao lado da frase “Ninguém leu”, seguida dos seguintes termos: “Cheio de furúnculos, poder cerebral e rancor, Marx trouxe a filosofia para a terra. Foi pouco lido, mas revoluções feitas em seu nome envenenaram o século XX” (O CORAÇÃO..., 2007, p. 77).

Em 3 de outubro de 2007, sob o título “Invasão na universidade” (ANEXO E), a revista apresentou uma matéria, assinada por Camila Pereira (2007, p. 72-73), sobre o acesso de estudantes vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à universidade pública. Informou ao leitor, entre outras coisas, que os estudantes do movimento adoram, no sentido de render culto, Karl Marx – rancoroso não lido – e Che Guevara – apresentado na mesma edição como sujo, fedorento, sanguinário e fracassado. Além disso, conforme consta na matéria, tais estudantes possuem uma visão dogmática de mundo, que tem sido reforçada pela catequese marxista recebida nas universidades públicas das quais são alunos.

Antes do próximo exemplo, convém questionar: essas afirmações conduzem a que tipo de pensamento, de sentimento e de ações? Que tipo de informação está sendo oferecida ao leitor, cuja disposição, condições de vida, em geral, nem sempre lhe permitem conhecer as múltiplas determinações concernentes àquilo que lhe é apresentado?

Da edição de 2 de abril de 2008, trazemos um outro exemplo. Azevedo (2008, p. 52), no texto “Que falta faz um Voltaire” (ANEXO F), faz menção, ligeira e sem qualquer fundamentação, às teorizações do marxismo como sendo “bobajada”, termo que sinonimiza grande bobagem ou série de bobagens. Na mesma edição de **Veja**, uma outra matéria também faz menção preconceituosa a esse referencial teórico. Trata-se de um texto (ANEXO G), veiculado na seção cinema, que critica os documentaristas brasileiros, chamados na matéria de “pobrólogos”, já que insistem em representar nas telas do cinema as miseráveis condições de existência de parte considerável da população brasileira. É dito que esses documentaristas “adoram pobreza” e “tratados de pobrologia”, sendo fácil identificar o que há por trás desses filmes, ou seja, “um pobrólogo pensa conforme o marxismo didático, para o qual os pobres são do bem e os ricos são exploradores que fumam charuto” (NARLOCH, 2008, p. 125, grifo nosso).

Na coluna *Dubitandum* de Gustavo Ioschpe, em um texto intitulado “Errar é humanas”, de 30 de junho de 2008, disponível *online* (ANEXO H), temos mais um exemplo do preconceito teórico. Ao referir-se ao retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio, Ioschpe (2008, p. 1, grifo nosso) afirma de modo preconceituoso que, “essas aulas serão apenas uma maneira mais escancarada de se praticar o doutrinação do marxismo rastaquera que impera em nossas escolas”. Acrescenta, ainda, que “[...] ficaria muito contente se os nossos alunos saíssem do ensino médio ignorantes de filosofia e sociologia, mas conseguindo ler um texto e entendendo-o, para que tomassem suas próprias conclusões filosóficas ao lerem seus próprios livros”.

Percebemos que as menções preconceituosas sublinhadas são realizadas de forma rápida, sem discussão *a priori* ou *a posteriori*, superficial, esvaziada, embora não sejam, de modo algum, fortuitas e sem intencionalidade. Sob a luz do preconceito teórico, o marxismo é alçado à condição de farsa, de “bobajeira”, tolice, mentira dogmática e autoritária, absolutamente fora de moda e despropositado, sobretudo em um mundo que se pretende superfluido e relativizado, flexível e fragmentado, ao invés de ser síntese de múltiplas determinações que emergem de uma dada forma, contraditória, de organização social para produção da vida.

Em se tratando de um referencial teórico que explica o modo de existência dos homens como produção humana, produção que se realiza sob a égide de relações de exploração atravessadas pela contradição, é fácil entender esse empenho sistemático em desqualificar, falsificar e semear preconceitos contra o materialismo histórico e dialético.

É preciso reconhecer que o preconceito teórico não é uma via de mão única, ou seja, recai somente contra o materialismo histórico e dialético. Não. O exercício desse preconceito também é realizado por aqueles que tomam premissas marxistas em suas análises, contra aqueles que optam por outros referenciais teóricos.

Ainda que se opte em não adotar o materialismo histórico e dialético como referencial teórico-metodológico, assim como quaisquer outros referenciais, não é honesto tratá-lo de modo depreciativo e falso, manipulando a opinião do outro, via preconceito, para não conhecê-lo, estudá-lo, respeitá-lo, como a qualquer outro referencial. Percebemos que o respeito e a honestidade intelectual ainda são valores a serem generalizados.

Antes de prosseguirmos, destacamos que, ao nutrir-se com informações desse tipo, o leitor certamente está sendo educado (processo) para o exercício do preconceito teórico, mas não somente dele evidentemente.

Embora não tenhamos a intenção de discuti-lo, não podemos deixar de mencionar um outro tipo de preconceito, já que tem se alastrado e causado muito sofrimento aos que dele são alvo, e que, à semelhança do preconceito teórico, não está em evidência no cenário de discussões e campanhas sobre o tema. Trata-se do preconceito religioso, precisamente o que recai sobre os adeptos do islamismo, uma das três grandes religiões monoteístas – vale informar que as outras duas são o cristianismo e o judaísmo. Percebemos que a questão religiosa, à qual esse tipo de preconceito está vinculado, é tomada de forma desenraizada de suas múltiplas determinações, bem como é simplificada e naturalizada sem qualquer acanhamento. Assistimos a uma utilização desordenada de termos, como terrorismo,

fanatismo, fundamentalismo, como se fossem sinônimos de islamismo, o que tem provocado confusões gritantes e respaldado arbitrariedades e manifestações preconceituosas.

A segunda manifestação de preconceito que apreendemos em nosso exercício de investigação, e que em razão de sua pouca exploração trazemos aqui, é o preconceito ao migrante, mais especificamente ao trabalhador migrante em condição subalterna.

O que percebemos a respeito desse preconceito ante as evidências do real? Dentre outras coisas, percebemos que o indivíduo trabalhador migrante é comumente tratado como um estranho, forasteiro, alguém que não é “um dos nossos”, sobretudo pelos seus pares, quer dizer, por outros trabalhadores.

O nome estrangeiro, freqüentemente usado, na atualidade, em substituição ao termo migrante para aquele que está fora de seu país, traduz apropriadamente o que seres humanos dos mais diferentes pontos geográficos do mundo – impulsionados pela necessidade de produção da vida, pessoal e familiar – vivenciam ao buscarem trabalho em lugares distantes de seu local de origem, visando a sobrevivência. Conforme já afirmamos, a produção do preconceito não se dá apartada do processo de produção da vida; ao contrário, ele emerge no bojo desse processo. Desta forma, é no processo de produção da vida que podemos encontrar os nexos do preconceito em geral e desse tipo de preconceito em particular.

Nessa esteira, questionamos: como o trabalhador migrante subalterno, geralmente chamado de desqualificado, seja ele nordestino, nortista, sulista, latino-americano, africano, árabe, europeu do leste, entre outros, produz sua vida? Do mesmo modo como muitos outros trabalhadores, esse trabalhador produz os seus meios de subsistência – não sem antes produzir a riqueza social – na condição de força de trabalho. Trata-se, no entanto, na maioria das vezes, de uma força de trabalho ultra-vulnerável, isto porque pouco ou nada possui além de si mesmo e de sua prole, submetendo-se às funções, tarefas e jornadas ainda mais extenuantes.

Reputamos que tal qual o efeito do desemprego, conforme vimos na seção quatro, os trabalhadores migrantes subjugados (mercadorias de menor valor) também podem ser vistos como um componente que interessa à acumulação do capital, uma vez que serve para pressionar para baixo o “preço” das remunerações. O trabalhador nativo sabe ou suspeita disso, daí, talvez, uma tendência à aversão ao migrante, renomeado, atualmente, no contexto da acumulação flexível, como estrangeiro.

A discussão que Engels (1985) realiza acerca da situação da classe trabalhadora na Inglaterra de meados do século XIX, a qual foi por nós apresentada na seção três desta dissertação, oferece-nos, novamente, subsídios para reflexão. Ao fazer referência ao trabalhador irlandês, que representava à época o mais subalterno entre os proletários da

Inglaterra industrial, o autor expõe que esse migrante era aquele que se submetia às piores tarefas em troca dos piores salários, o que redundava no achatamento dos valores pagos para o conjunto dos trabalhadores. Submetido às piores condições materiais de vida que o seu medíocre salário podia comprar, o irlandês era percebido pelos demais trabalhadores como alguém rude, esfarrapado, talvez até de menor valor que eles. Fica evidenciado, com isso, que o preconceito não é uma mera maldade de um grupo contra outro, de uma classe contra outra, mas se desenvolve entre as pessoas de mesma condição econômica e posição social.

Ora, o migrante que sofre preconceito nada mais é senão uma espécie de trabalhador mais subalterno entre os subalternos, inferiorizado em relação aos outros trabalhadores locais, nativos que, dependendo das circunstâncias, podem contar com uma margem de recursos próprios que lhes permitam mais ou menos escolher as tarefas que executarão, evitando, desse modo, os trabalhos mais pesados, perigosos, sujos e mal pagos. O migrante, ao competir duramente pelo subemprego, conforma-se à condição de subproletário. E como se dá essa conformação?

A condição de trabalhador de menor valor lhe é impingida pelo tratamento inferiorizado que recebe, seja diariamente nas relações cotidianas, seja em termos legais, tratamento que também educa para o exercício e sofrimento do preconceito ou ao seu combate. Das apreensões que fizemos na prática social, trazemos três exemplos que evidenciam esse tratamento ao qual nos referimos.

O primeiro, tomamos de um evento ocorrido em território espanhol. Em 9 de abril de 2008, o jornal espanhol *El País* (ANEXO I) noticiou um protesto de várias organizações não governamentais contra os Centros de Internamento de Estrangeiros (CEI) na Espanha, locais aos quais são reclusos imigrantes sem autorização legal para adentrar e trabalhar no território espanhol e nos quais aguardam o processo de deportação para seus respectivos países de origem. Na ocasião, internos de um centro para estrangeiros, localizado em *Aluche* (ES), rebelaram-se contra maus-tratos e deficiências recebidos no centro por meio de uma greve de fome. As deficiências denunciadas eram de condições de frio, fome, insalubridade, vexações e humilhação da pessoa reclusa, o estrangeiro, e de todos que lhe são afetos (LOS INTERNOS..., 2008).

Já o segundo exemplo de sub-tratamento dado ao migrante é trazido de um outro jornal, este brasileiro, o *JC OnLine* (ANEXO J), o qual noticiou, em 15 de maio de 2008, que a polícia italiana havia prendido 383 pessoas, “[...] das quais 270 imigrantes clandestinos, principalmente da Romênia, Albânia e Norte da África – em uma grande operação contra a criminalidade nas ruas e a imigração clandestina [...]”. Tratou-se, segundo noticiado, de uma

ação orquestrada pelo novo governo do primeiro ministro Silvio Berlusconi, “[...] eleito ao prometer melhorar a segurança nas ruas, em seguida a uma onda de crimes que parte da população atribui aos estrangeiros” (ITÁLIA..., 2008, grifo nosso).

Tratado como criminoso, cujo crime é a busca de trabalho fora de seu país, o (sub)trabalhador migrante também conta, desde julho de 2008, com uma nova lei que padroniza o tratamento a ser-lhe dado com vistas a sua expulsão.

Segundo consta em matéria *online* do jornal ***El País*** (ANEXO K), de 18 de junho de 2008, foi aprovada pelo Parlamento europeu uma diretiva, isto é, normas de procedimento, que prevê que o trabalhador migrante “[...] pode ser detido por uma ordem administrativa – antes tal ordem tinha que vir de um juiz – confirmada judicialmente *a posteriori*. Uma vez detido, o imigrante poderá passar seis meses em um centro de internamento, ampliável para 18 meses [...]” e “uma vez expulso, o imigrante não poderá voltar a pôr os pés na Europa por cinco anos, salvo se for embora voluntariamente” (EL PARLAMENTO..., 2008).

As situações descritas nos exemplos não são exceções à regra em relação ao tratamento dispensado aos migrantes, em especial quando estes são originários de países da periferia do sistema capitalista e migram para países do centro. Tratam-se de indivíduos de ambos os sexos, de diversas idades e etnias, das mais diferentes partes do mundo que são, de certo modo, expulsos de seus países porque não conseguem ser absorvidos ou são absorvidos precariamente pela esfera produtiva – expressão da reestruturação produtiva.

Nessa amarga condição de homem deslocado, os migrantes são impelidos a comprar a esperança de um emprego melhor remunerado fora do território nacional. E por que são impelidos a comprar esperança? Porque, antes de um emprego melhor remunerado, ou ainda, antes de se venderem como mão-de-obra barata e desvalorizada, alhures, esses indivíduos precisam, primeiro, comprar. Comprar passagens aéreas, passaportes, malas, bolsas, roupas e calçados; fazem empréstimos de dinheiro, o que gera dívidas, etc., e isso gira, generosamente, a roda do consumo (etapa final e fundamental para completar o ciclo de existência da mercadoria produzida).

Ainda que úteis aos países de destino, porque fazem girar o consumo e a arrecadação de impostos, ainda que executem as tarefas mais subalternas e indesejadas pelos trabalhadores nativos, os trabalhadores migrantes subordinados convivem diariamente com o preconceito, o qual serve para educá-los no sentido de lhes conformar à condição de estrangeiro. Hostilizados, injuriados, insultados, desprezados, vivem de modo intenso o preconceito na condição de forasteiros, *personas non grata*.

Não só experimentam na carne o preconceito, como o desfecham sobre outros indivíduos que, oriundos de lugares em que a pobreza grassa ainda mais, são vistos como mais subalternos que eles. É preciso lembrar que, em tempos de crescente diminuição de empregos, de individualismo exacerbado, de luta encarniçada pela sobrevivência, a união e a solidariedade não encontram terreno propício entre os trabalhadores, que cada vez menos se percebem como constituintes de uma mesma classe. Como bem afirma Palangana (1998, p. 129), empurrados ao individualismo, “[...] os trabalhadores tendem a nem compor nem se ver como classe, tendem a ser apenas força de trabalho” e, nesta condição, “as contestações organizadas dão espaço à luta de cada um por manter-se no círculo dos incluídos”.

Ao discutir o preconceito contra a origem geográfica e de lugar, Albuquerque Júnior (2007), apresenta-nos uma reflexão acerca dos que migram de uma região para outra dentro do próprio país de origem. Refere-se, precisamente, aos indivíduos que migram da Região Nordeste do Brasil.

O autor aponta que o deslocamento dessas pessoas para outras regiões do Brasil deve-se à busca por trabalho ou, em outros termos, se dá pela necessidade de produção da existência, individual e familiar. A chegada desses trabalhadores, sobretudo em um contexto de diminuição do número de vagas de emprego formal, gera tensão junto às populações locais, que também se encontram na condição de força de trabalho que precisa ser vendida para comprar meios de subsistência. O preconceito ao trabalhador migrante da Região Nordeste, o chamado nordestino, conforme analisado por Albuquerque Júnior (2007, p. 126, grifo nosso) “[...] é uma maneira de desqualificar o oponente, de tentar vencê-lo através do rebaixamento social, da estigmatização”. O autor acrescenta que “todos são pobres, todos ocupam os estratos mais baixos da sociedade, mas o nordestino vai ser estigmatizado lembrando-se de sua condição de flagelado, de retirante, que o faria ocupar uma situação mais subalterna entre os subalternos”.

Esse desvalor, no entanto, não é extensivo a todos os indivíduos oriundos da Região Nordeste. Albuquerque Júnior (2007, p. 127) chama-nos a atenção “[...] para certa invisibilidade que as elites nordestinas desfrutam quando migram ou estão fora de seu espaço. O nordestino de classe média ou rico não sofre o mesmo tipo de preconceito sofrido pelo nordestino pobre [...]”. Nesta observação do autor, fica evidenciado que muitos indivíduos são transformados em estrangeiros dentro do próprio país e tratados como mercadoria barata, de menor valor. O preconceito certamente tem um papel educativo a cumprir, no sentido de ajudar na conformação do arranjo social.

Ao certo, a pouca exploração investigativa e divulgação do preconceito ao migrante contribui para educar os indivíduos para o seu exercício, para o seu sofrimento.

A última expressão do preconceito, delimitada para esta dissertação, sobre a qual fazemos mais um exercício de aproximação e, desta vez, empenhamo-nos em perscrutar seu enraizamento, haja vista sua abrangência e permanência, é o preconceito à mulher, comumente denominado preconceito de gênero pela literatura atual.

O que percebemos, frente a evidências do real, acerca desse tipo de preconceito? Observamos, dentre outras coisas, que, ao contrário do que ocorre com o preconceito teórico e ao migrante, o preconceito à mulher está em evidência, é discutido e divulgado. Percebemos que se trata de uma manifestação preconceituosa, cuja disseminação, no seio das relações humanas, é generalizada, supostamente porque o preconceito à mulher – diferentemente do preconceito teórico, que não é questão para muitas pessoas, assim como não é problema o preconceito ao migrante àqueles que não estão nessa situação – não distingue condição social, opção teórica, ideológica, localização geográfica, nacionalidade, cor de pele, etc. Percebemos, ainda, que o preconceito à mulher amarra-se a uma concepção naturalizada da condição humana, tanto a feminina quanto a masculina, cristalizando modos de pensar, sentir e agir.

Antes de arrolarmos exemplos de nosso exercício de apreensão do real relativo a esse tipo de preconceito, esclarecemos que adotamos, aqui, a expressão preconceito à mulher ao invés da expressão preconceito de gênero, em voga na literatura atualmente. Fazemos tal opção porque relacionamos ao termo gênero a questão do homem como ser genérico (MARX, 1983b; MARKUS, 1974b; DUARTE, 1993), e não como designativo da identidade sexual dos indivíduos.

Importa mencionarmos que o emprego do termo gênero associado ao sexo humano – feminino, masculino – foi encampado, conforme expõe Hobsbawm (1995), por ideólogos dos movimentos reivindicatórios das mulheres que voltaram à cena por volta do terceiro quartel do século XX. Conta-nos o autor que a denominação gênero, que temos notado acompanhar expressões como preconceito de gênero, consciência de gênero, diferenças de gênero, desigualdade de gênero, foi tomada pelo movimento feminista, em seu reflorescimento, a partir dos anos de 1960, o qual teve como pano de fundo a inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho, em especial a mulher casada, e a expansão do acesso feminino à Educação Superior.

O movimento feminista, explica Hobsbawm (1995), teve início nos Estados Unidos e espalhou-se pelos países ricos do Ocidente e entre as mulheres cultas das elites dos países dependentes. Embora pertencente, em sua origem, ao ambiente da classe média educada, “[...]”

é possível que na década de 1970, e sobretudo na de 1980, uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalhasse entre as massas do sexo (que as ideólogas agora insistiam que devia chamar-se ‘gênero’) [...]” (HOBBSAWM, 1995, p. 306, grifo nosso), isto é, consciência de gênero em lugar de consciência feminina. A receptividade do termo, nos dias atuais, sugere-nos que a insistência das ideólogas feministas tenha surtido o efeito desejado. Mencionado isto, vamos aos exemplos de evidências do real referentes à concepção naturalizada da condição humana, concepção que suspeitamos respaldar o preconceito à mulher e para nos educar nesses termos.

A **Revista Veja**, em maio de 2008, em uma edição especial intitulada **Veja Especial Mulher** (ANEXO L), veiculou uma matéria que versa sobre as diferenças – do ponto de vista biológico – que não permitem igualdade entre os sexos. Situada na seção Ciência e com o título “Iguais, jamais”, divulga a matéria que “as meninas levam a melhor sobre os meninos na vida escolar – mas perdem a vez para eles quando começa a vida profissional” (VENTUROLI, 2008, p. 18, grifo nosso), e assinala que tal diferença não é só cultural, mas também genética. Embora afirme que homens e mulheres sejam diferentes, a matéria põe em questão o motivo pelo qual ainda há diferenças na colocação e sucesso de homens e mulheres no mercado de trabalho, o qual beneficia mais os primeiros do que as segundas. Afirma que a evolução de milhões de anos não deu aos homens e às mulheres as mesmas ferramentas para garantir a sobrevivência da espécie, sendo essas ferramentas resultantes da seleção natural, oriundas das pressões do meio ambiente. Segundo consta no artigo, o complicador que existe nessa história é “[...] achar que tais dessemelhanças [naturais] representam superioridade de um sexo sobre o outro” (2008, p. 20). Acrescenta, ainda, que a desigualdade entre homens e mulheres estaria ligada aos papéis desempenhados pelos dois sexos para a sobrevivência da espécie, lapidando, assim, aptidões específicas. É dito que, em razão da seleção natural, os homens foram privilegiados, por exemplo, com uma visão à longa distância e maior habilidade motora-espacial, sendo-lhes estas úteis para a caça; já as mulheres foram favorecidas por um olfato privilegiado, visão periférica e audição mais aguçada, importantes para defender a prole.

Detemo-nos neste primeiro exemplo antes de apresentarmos os próximos. Detemo-nos mormente no que toca à questão das aptidões específicas, para homens e mulheres, esculpidas pela evolução natural.

Se atualizássemos, para os dias atuais, as aptidões naturais que a matéria informa-nos favorecer de forma diferente os sexos, é possível deduzir, ainda que de modo falso e preconceituoso, que é por causa do homem ter sido privilegiado com uma melhor visão para

longa distância e maior habilidade motora-espacial que ele é um motorista imbatível, ao contrário do sexo oposto, constantemente lembrado por uma frase infame de que “mulher no volante é perigo constante”. Dotadas de uma visão periférica, olfato e audição poderosos, é possível inferir, também, e uma vez mais de modo preconceituoso e equivocado, que é dessa herança da evolução que advém a “tendência natural” da mulher para bisbilhotar, ouvir conversa alheia, fofocar.

Da perspectiva histórico-cultural, a noção de aptidões específicas, as quais favorecem de maneira diferente indivíduos do sexo feminino e masculino, como resultantes de seleção natural, mostra-se insuficiente e anistórica. E por quê? Porque toda e qualquer aptidão, capacidade, habilidade humana, seja para caçar, conduzir veículos automotores, seja para cuidar dos filhos, realizar trabalho doméstico, etc., é fruto de uma complexa relação dialética entre o homem e a cultura, relação que rege o desenvolvimento do ser humano e da humanidade, apesar de contar também com o arcabouço biológico, não negamos.

Na discussão que tece a respeito do biológico e do social no desenvolvimento do psiquismo do homem, Leontiev (1978) nos mostra que não é no indivíduo, seja ele do sexo masculino ou feminino, em seu cérebro, que estão inscritos desde sempre as aptidões especificamente humanas. Assevera Leontiev (1978, p. 257, grifo do autor) que “[...] as propriedades biologicamente herdadas do homem não determinam as aptidões psíquicas”, embora constituam-se em uma das condições para a formação delas. Não determinam porque “as faculdades do homem não estão virtualmente contidas no cérebro. O que o cérebro encerra virtualmente não são tais ou tais aptidões especificamente humanas, mas apenas a aptidão para a formação destas aptidões”.

Queremos destacar, disso tudo, que indivíduos de ambos os sexos não trazem, ao nascer, conforme argumenta a matéria tomada como exemplo, aptidões específicas buriladas pela seleção natural. Apresenta, na realidade, uma única aptidão que é a de aprender e desenvolver aptidões, as quais dependerão, fundamentalmente, das mediações culturais nas quais se envolverão homens e mulheres. É na relação dialética estabelecida entre essência biológica e essência cultural, num movimento sem fim, que se realiza o desenvolvimento do homem (BIFON, 2008).

Reafirmamos, portanto, embora as diferenças individuais existam e sejam dadas a cada um como possibilidade inicial de um vir-a-ser em uma ou em muitas outras direções, não são elas que decidem, definitivamente, a direção do desenvolvimento humano de homens e mulheres, presenteando alguns com aptidões específicas para comandar, mandar, dirigir – por exemplo, a família, a casa, o carro, os negócios, as finanças, o Estado, as ciências, etc. – e

dando a outros, aptidões específicas para serem comandados, mandados, dirigidos, ocupando-se de tarefas tidas como secundárias – como cuidar da casa, dos filhos, do marido, da compra na feira, no mercado, etc., ajudar entidades assistenciais, hospitais, igrejas, só para citar algumas situações.

Um outro exemplo que evidencia uma concepção naturalizada da condição humana encontra-se no jornal **Folha de S.Paulo**, veiculado em 6 de agosto de 2007, em matéria assinada por Antônio Góis (ANEXO M). Trata-se, na realidade, de uma entrevista dada pelo psicólogo estadunidense William Pollack, diretor do Centro para Homens e Jovens Homens do Hospital de McLean, vinculado à Faculdade de Medicina de Havard. Na entrevista, o psicólogo declara que, nos esforços despendidos para reduzir a desigualdade de gênero via educação, atenção especial foi dada às meninas e esqueceu-se dos meninos. Constata o psicólogo que os meninos estão cada vez mais atrasados na educação e mais agressivos, em virtude da falta de atenção dada a eles, tanto na escola quanto na família. A esse atraso e agressividade, Pollack dá o nome de crise e atribui parte do problema à diferença biológica entre meninos e meninas, embora admita que o principal fator dessa situação esteja relacionado ao modo como a sociedade interage com o menino. Meninas, segundo o entrevistado, tendem a ser mais quietas e pacientes, relacionando-se melhor com seus professores, são mais abertas para falar de seus sentimentos, bem como preferem se expressar ao invés de brigar. Já os meninos, devido em parte a carga biológica diferenciada, precisam de maior esforço para conectar-se aos adultos, tendem a apresentar um comportamento mais agressivo e não mostrar seus sentimentos mais profundos.

Uma outra evidência da prática social que fizemos apreensão e que vai nesse mesmo sentido, encontramos em um texto adaptado de literatura infantil de autoria de Marcos Ribeiro (1990, grifo nosso), intitulado **Menino brinca de boneca?**, por nós analisado em uma outra ocasião (VIEIRA; MACIEL, 2008a). No texto em referência, junto ao qual buscamos destacar a naturalização daquilo que é histórico e cultural, há a seguinte apresentação do ser menino e ser menina:

Quando se é criança, as pessoas costumam dizer: Menino e menina são diferentes! Menino é mais esperto, mais corajoso, mais inteligente. “Forte como papai!” Menina é mais obediente, mais sensível, mais comportada. “Boazinha como a mamãe!”

E aí, quando o menino é mais obediente, dizem logo que ele é bobão; mais sensível: mulherzinha! mulherzinha!

- Lá vai de novo jogar bola com os meninos!

- Essa garota é estranha...

E a menina: quando é mais valente, “essa menina parece um menino!”, mais desinibida, “que menina saliente!”

Muita gente fala que menino (homem) é superior, melhor que a menina (mulher). Que ele, como já vimos, é mais esperto, corajoso e inteligente. “Homem se vira em qualquer lugar!”

E a menina? “Elas são muito chatas, choram à toa. Parecem manteiga-derretida”.

Não é verdade. O que acontece é que as pessoas são diferentes. Assim como há pessoas altas, magras, baixas ou gordas, há aquelas que são mais espertas, corajosas, ou indefesas.

Essa diferença, preste atenção, a gente vai encontrar de pessoa para pessoa, e não por ser homem ou mulher. Não é por serem meninos, que todos vão ser iguais. Ou por serem meninas, que todas terão o mesmo jeito.

Cada um é diferente do outro. E o que devemos fazer é aceitar as pessoas do jeito que elas são.

Trazidos os exemplos, reafirmamos que os mesmos evidenciam aquilo que é comum se pensar e esperar em relação ao comportamento masculino e feminino, como se fosse algo naturalmente dado. Dos exemplos apresentados, há vários aspectos que podemos tomar para desenvolver uma ou várias discussões. Destacamos, no entanto, nesta oportunidade, conforme já anunciado, a questão da naturalização da condição humana, questão que acreditamos respaldar o preconceito à mulher.

No que toca à mulher, menina, aprendemos, tal qual nos mostram os exemplos, a considerar que algumas características e comportamentos precisam existir, como se fossem naturais, inerentes, pertencentes, exclusivos delas, isto é, a mulher tende ou cabe-lhe ser dócil, atenciosa, quieta, paciente, relacionar-se melhor com os outros (sejam eles professores ou não), ser sensível, obediente, dedicada aos afazeres domésticos, à criação dos filhos, ao marido. Indagamos se estas características e comportamentos são, de fato, naturais aos seres humanos do sexo feminino. E, ainda, se elas simplesmente preexistem desde o nascimento e vão “desabrochando” no decorrer da vida da mulher.

Conforme nos apresenta o texto adaptado **Menino brinca de boneca?**, ao menino é atribuído, por exemplo, o título de mulherzinha caso ele seja mais obediente, sensível, como se a sensibilidade e a obediência fossem contra as leis da natureza para os indivíduos do sexo masculino. Do mesmo modo, é atribuído à menina um modo de ser que “naturalmente” não admite ser saliente, valente, forte, etc.

Se desde o nascimento os seres humanos são classificados como pertencentes ao sexo masculino ou feminino, tratando-se de uma diferença de ordem biológica e estendível a todos os indivíduos da espécie humana, esta diferença tem sido tomada como pivô da contraposição

entre homens e mulheres, contraposição que não é recente. Mas, será que se trata de uma contraposição gerada em virtude das diferenças?

A abordagem Histórico-Cultural subsidia-nos, em conformidade com o que abordamos na segunda seção desta dissertação, que os modos de agir, pensar, sentir, de homens e mulheres são derivados da atividade desenvolvida no seio das relações sócio-históricas, relações que contam com a desigualdade de acesso às mediações significativas.

Com base em Leontiev (1978), sublinhamos que é da atividade humana que se cria aquilo que é convencionado socialmente como comportamento esperado da menina e do menino. Logo, este não brota dos umbigos infantis. Significa que meninos e meninas não nascem dotados, de antemão, dos elementos da cultura, portanto, não nascem com pré-determinações genéticas para brincar de boneca ou de bola ou, então, para ser mais esperto, mais corajoso, mais inteligente e “forte como o papai!”, ou mais obediente, mais sensível, mais comportada e “boazinha como a mamãe!”. Não herdam os genes da valentia, da coragem, da sensibilidade, da bondade, seja ele do sexo masculino ou feminino, porque eles não existem simplesmente, não estão impressos no DNA de qualquer ser humano. Pelo contrário, a sua herança encontra-se, na realidade, consubstanciada nos bens materiais (objetos/instrumentos), na linguagem, nos costumes, nos valores internalizados enfim, na cultura.

Anteriormente, vimos, fundamentadas em Leontiev (1978, p. 282), que as aquisições das gerações precedentes incorporam-se não no homem, não em suas “[...] disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana”, não sendo oferecidas de modo imediato ao indivíduo. Na realidade, a formação de características humanas em cada indivíduo para que se torne homem, ou seja, indivíduo humano, inclusive aquelas características que nos textos são atribuídas ao sexo feminino e ao masculino, desenvolvem-se de acordo com o que é transmitido culturalmente pelas gerações mais velhas e apropriado pelos indivíduos.

Como bem assevera Markus (1974b, p. 27, grifo do autor, tradução nossa), em sua explanação a propósito do homem como ser natural, social e consciente,

[...] o indivíduo não é indivíduo humano mais que na medida em que se apropria das capacidades, das formas de conduta, das idéias, etc. originadas e produzidas pelos indivíduos que o precederam ou que coexistem com ele, e as assimila (mais ou menos universalmente) a sua vida e à sua atividade. Assim, pois, o indivíduo humano concreto como tal é um produto em si mesmo histórico-cultural.

Sob esse prisma, é imprescindível que todo e qualquer indivíduo, independente do sexo, aproprie-se, no decorrer de sua vida, da atividade humana fixada nos objetos e fenômenos sociais, ou melhor, fixada na cultura humana, mesmo aqueles comportamentos que aparentam ser naturais ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Para isso, é necessário que o ser humano empreenda um processo de apropriação ativo e mediatizado das objetivações, dentre elas as características que cada época produz como próprias aos seus homens e mulheres. E, nesse sentido, também ao preconceito, que se deve fazer presente quando as tais características fizerem-se ausentes ou quando se intencionar colocar o outro no seu “devido lugar”, lugar inferior, evidentemente.

Não estamos negando com isso, de modo algum, o arcabouço biológico que todo ser humano herda pela genética. Admitimos que o ser humano não está subtraído do campo das leis biológicas, embora reconheçamos que não são essas leis que traçam o desenvolvimento sócio-histórico do indivíduo humano e da humanidade. Estamos, sim, tentando marcar que as características que nos alçam à condição humana fixam-se nas objetivações e precisam ser apropriadas, subjetivadas. Ainda que órgãos e glândulas, femininas e masculinas, sejam importantes, não são elas que decidem o que meninas e meninos são ou serão.

Asseveramos, a exemplo de Bifon (2008, p. 8), em sua discussão acerca da superdotação como uma condição especial do desenvolvimento, que todos os indivíduos, logo de ambos os sexos,

[...] são concretos e datados, fruto das condições objetivas – das relações dinâmicas com os micro e macrogrupos em que vive, do atual nível de desenvolvimento tecnológico, das relações sociais próprias desse tempo –, as quais carregam em suas entranhas, por superação, todos os modos anteriores nos quais os homens se organizaram para produzir a vida.

Os comportamentos desses indivíduos – femininos ou masculinos – também são concretos e datados, assim como podem carregar os modos de ser anteriores.

Por certo precisamos desmistificar a naturalização de atributos que caracterizam homens e mulheres, explicitando-os como produção histórica e cultural, tratando-os como condição que, em determinado momento social, deve ou precisa ser alcançada e não simplesmente herdada pela via biológica. Ser dócil, ser “mais aberta para falar de seus sentimentos”, “levar a melhor na vida escolar”, ser sensível, maternal, não é uma determinação genética, mas uma determinação social, cultural. Exige apropriação e objetivação.

Os comportamentos femininos e masculinos compreendidos como próprios, naturais a meninas ou meninos, são datados, circunstanciados, apropriados, objetivados. Se permanências existem desses comportamentos, é porque há uma questão fundamental precedente, a qual tem feito parte da história humana, das relações interpessoais entre homens e mulheres há milênios. Referimo-nos ao desnível entre os sexos estabelecido e sustentado por relações antagônicas, isto é, o progresso de um sexo, o masculino, – em termos material, econômico, de produções artísticas, científicas, filosóficas, etc. – tem se realizado pelo retrocesso relativo do outro sexo, o feminino.

Como bem nos mostra Engels (1997), o desnível entre os sexos foi estabelecido com a divisão do trabalho no seio das relações primitivas, antes mesmo da escravização do homem pelo homem, lá na origem da propriedade privada. Explica-nos que, antes da primeira grande divisão social do trabalho, processada em virtude da domesticação e criação de animais em cativeiro por determinadas tribos – que fizeram disso sua ocupação principal, destacando-se do restante dos bárbaros –, a única divisão espontânea do trabalho que vigorava era a divisão entre os dois sexos, consubstanciada da seguinte forma: ao homem cabia caçar, pescar, procurar matérias-primas para a alimentação, ir à guerra, produzir os alimentos necessários à sobrevivência, enquanto à mulher cabia-lhe cuidar da casa, da prole, da comida e preparar as roupas.

Engels (1997, p. 57) esclarece que “[...] a domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas”. E “a quem [...] pertenceria essa riqueza nova?”. Responde o autor que “não há dúvida de que, na sua origem, pertenceu à gens. Mas bem cedo deve ter-se desenvolvido a propriedade privada dos rebanhos”.

O rápido aumento da riqueza, agora convertida em propriedade privada das famílias, desfechou um duro golpe na gens, forma de organização social para produção da vida, que se alicerçava no matriarcado. Conta-nos o autor que

De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos. Assim, segundo os costumes daquela sociedade, o homem era igualmente proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo. Mas, consoante o uso daquela mesma sociedade, seus filhos não podiam herdar dele, pois, quanto a este ponto, as coisas se passavam da maneira a seguir.

Com base no direito materno, isto é, enquanto a descendência só se contava por linha feminina, e segundo a primitiva lei de herança imperante na gens, os membros dessa mesma gens herdavam, no princípio, do seu parente gentílico falecido. Seus bens deveriam ficar, pois, dentro da gens (ENGELS, 1997, p. 58-59).

Isso significava que os filhos do proprietário dos rebanhos viam-se deserdados com a sua morte.

Engels (1997, p. 59) revela-nos que, conforme se aumentavam as riquezas, estas “[...] davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a idéia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida”. Havia, porém, um empecilho, “[...] isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi”. Como isso ocorreu?

Segundo Engels (1997, p. 60), foi decidido que, no futuro, “[...] os descendentes de um membro masculino permaneceriam na gens, mas os descendentes de um membro feminino saíam dela, passando à gens de seu pai”. Desse modo, “[...] foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno”. A reversão do direito materno, ressalta o autor, foi “[...] a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo (ENGELS, 1997, p. 61, grifo do autor).

Constitui-se em derrota porque “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (ENGELS, 1997, p. 61, grifo nosso). Essa condição inferiorizada da mulher, continua Engels (1997, p. 61), “[...] tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida”.

Em continuidade a essa discussão, mas versando sobre a origem da família monogâmica, que é a constituição familiar padrão ainda em nossos dias, Engels (1997, p. 70, grifo nosso) afirma que a monogamia não se constitui, desde a sua fundação, em uma reconciliação entre o homem e a mulher, “pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história”, porém ainda permanece vigente. Acrescenta que “[...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1997, p. 70-71, grifo nosso). E o que é entendido por antagonismo? O próprio Engels (1997, p. 71) nos responde: “[...] cada

progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros”.

Marx (1983b, p. 166) já afirmava em seus primeiros escritos, conhecidos por manuscritos econômico-filosóficos, de 1844, que é na relação do homem com a mulher, a mais natural relação do ser humano com o ser humano, que se expressa, de maneira inequívoca, “[...] a degradação infinita em que o ser humano existe para si mesmo [...]”.

Explica Marx (1983b, p. 167-168, grifos do autor) que:

A relação imediata, natural, necessária //notwendige// do ser humano com o ser humano é a relação do homem com a mulher. [...] Nesta relação aparece portanto sensorialmente, reduzida um fato intuitivo, até que ponto ao ser humano a essência humana se tornou natureza ou a natureza //se tornou// a essência humana do ser humano. A partir desta relação se pode portanto julgar o nível inteiro de cultura //die ganze Bildungsstufe// do ser humano. A partir do caráter desta relação se segue até que ponto o ser humano se veio a ser e se apreendeu como ser genérico, como ser humano; [...] Nela se mostra portanto até [que] ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano ou até que ponto a essência humana se lhe tornou essência natural, até que ponto a sua natureza humana se lhe tornou natureza. Nesta relação também se mostra até [que] ponto a necessidade //Bedürfnis// do ser humano se lhe tornou necessidade humana, portanto até que ponto o outro ser humano como ser humano se lhe tornou uma necessidade, até que ponto ele em sua existência mais individual é ao mesmo tempo ser comunitário.

No que toca à conversão da mulher em mero instrumento de reprodução, Lewontin, Rose e Kamin (1984) nos auxilia na discussão ao fazer referência à questão no nascedouro da sociedade burguesa.

Lewontin, Rose e Kamin (1984, p. 57) expõem que, na sociedade nascente da produção industrial em grande escala, baseada no trabalho assalariado, “[...] os trabalhadores precisam de ser donos da sua própria força de trabalho; têm de possuir-se a si próprios e não estar na posse de outrem” a fim de que o sistema funcione. Observam que, diante da predominância de trabalhadores assalariados do sexo masculino, “para trabalhar com eficiência sob as novas condições, as velhas divisões de trabalho entre homens e mulheres precisavam de ser reforçadas”.

E que divisões eram essas? “Os homens trabalhavam fora de casa como trabalhadores produtivos, as mulheres dentro de portas como trabalhadoras reprodutivas” (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 1984, p. 57-58, grifo nosso).

Na realidade, a função da mulher “dentro de portas” seria a de

[...] proporcionar constantemente ao trabalhador macho a renovação, a recriação que as suas condições de trabalho exigiam, assim como criar a geração seguinte de jovens trabalhadores. Só poucas vezes podiam as mulheres funcionar directamente como trabalhadoras assalariadas produtivas para além do seu trabalho de reprodução (LEWONTIN, ROSE, KAMIN, 1984, p. 57).

Essa divisão do trabalho, isto é, homens na condição de trabalhadores produtivos e mulheres na de trabalhadoras reprodutivas, não recuou à medida que avançava o século XIX, pelo contrário, foi sendo cada vez mais intensificada. Assinalam os autores que, “por contraste com a sociedade feudal, os homens já não eram propriedade de outrem; contudo, mesmo que não possuíssem mais nada, possuíam as suas mulheres” (LEWONTIN; ROSE; KAMIN, 1984, p. 57).

Em discussão sobre a divisão sexual do trabalho e dela realçando o trabalho duplicado, isto é, o trabalho assalariado e o doméstico, executado ainda em nossos dias pelas mulheres, Nogueira (2006, p. 26) observa que, “[...] mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher [...]”, mantendo-se a lógica patriarcal da família. Apesar da desigualdade criada entre homens e mulheres ser de longa data, Nogueira (2006, p. 26) ressalta que “as relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada ‘natural’ à mulher, dada pela subordinação”.

Não obstante o avanço da produtividade realizado no decurso da história humana, sobretudo na contemporaneidade, e sem desconsiderar a articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos, Mészáros (2002) assinala que o patamar de desenvolvimento do relacionamento interpessoal socialmente instituído entre homens e mulheres não é, atualmente, mais alto do que foi há milhares de anos atrás.

Para além das diferenças existentes no plano biológico entre homens e mulheres, a desigual condição delas em relação a eles emerge, conforme analisamos, de uma estrutura histórico-social para a produção da vida pautada no desnível entre os sexos, estrutura ainda mantida na sociedade capitalista, embora com contornos particulares.

Pelo exposto, consideramos ser possível encontrar as raízes históricas do preconceito à mulher no antagonismo estabelecido entre os sexos, em lugar de encontrá-las nas diferenças ligadas ao gênero sexual, como é de praxe se pensar. Por antagonismo, estamos entendendo, segundo o que nos ensina Engels (1997), o progresso material e de poder do homem – cuja

riqueza lhe pertence, assim como o crédito pelas obras da cultura – e o retrocesso relativo da mulher, historicamente sua dependente ou escrava.

Feita a exposição dos três tipos de manifestação preconceituosa, e mostrado o que tem informado e muito provavelmente educado os indivíduos em termos de preconceito, pensemos a respeito da educação necessária para tratá-lo como produção humana.

5.2 PRECONCEITO COMO PRODUÇÃO HUMANA: DA EDUCAÇÃO NECESSÁRIA PARA ABORDÁ-LO

Abordar o preconceito em suas diferentes manifestações e como produção humana exige, necessariamente, um esforço no sentido de revelar os vínculos existentes entre fenômenos sociais, as suas contradições, as lutas e antagonismos que os movem. É no âmbito da educação escolar que consideramos ser possível desenvolver a educação necessária para abordar o preconceito para além de concepções naturalizadas que o sustentam.

E por que no âmbito da educação escolar? Por conta de sua especificidade. Compreendemos, juntamente com Rossler (2003, p. 263), que “[...] a educação escolar é uma forma qualitativamente superior de realizar os processos de transmissão de cultura”. E tal como já vimos em Leontiev (1978), o autor nos lembra que “a origem e o desenvolvimento da dimensão escolar da educação, dos processos socializadores e de transmissão cultural superiores, quer dizer, mais complexos e conscientemente sistematizados, só se efetivou paralelamente à complexificação da sociedade [...]”. Se consideramos que a sociedade, em seu movimento dialético, não deixou de mover-se para patamares cada vez mais complexos, a forma mais elaborada de transmissão cultural, qual seja, a educação escolar, é imprescindivelmente necessária no tempo presente. Necessária tanto para ensinar os conteúdos escolares, em sentido estrito, quanto para abordar outras criações humanas, como o preconceito.

Isso se põe como tarefa premente ao professor. Acreditamos que a educação necessária para abordar o preconceito como produção humana é a educação escolar, visto que, da perspectiva teórica por nós adotada, a educação escolar deve ser o reduto do saber sistematizado, da mediação intencional, com objetivos e finalidades previamente estabelecidos, do processo mais elaborado de apropriação. Põe-se como questão fundamental ao professor se apropriar de metodologias adequadas, dos conteúdos de sua especialidade, dos princípios e fins da educação escolar, dos fundamentos filosóficos que sustentam a educação a que se propõe. É nesse conjunto que podemos entreluzir a possibilidade de uma educação

escolar com potencial para tomar o preconceito como produção humana e, assim, fazer as intervenções a fim de compreendê-lo e, quiçá, travar enfrentamentos.

Desse modo, alinhamo-nos à luta em prol de uma educação que promova – mesmo no interior de relações sociais de dominação, exploração, alienação, nas brechas que lhe é possível – nos indivíduos singulares o desenvolvimento da individualidade para-si. E o que isso significa? Duarte (1993, p. 19) nos responde: “A categoria de indivíduo para-si sintetiza em minha reflexão, as possibilidades máximas de desenvolvimento livre e universal da individualidade, que são geradas pelas condições objetivas da sociedade atual [...]”, embora advirta o autor “[...] que as relações sociais de dominação tornam essas condições geradoras também das possibilidades de muitas e profundas formas de alienação”.

Explica-nos Duarte (1993, 184) que “o indivíduo para-si é o ser humano cuja individualidade está em permanente busca de se relacionar conscientemente com sua própria vida, com sua individualidade, mediado também pela constante busca de relação consciente com o gênero humano”. Explica-nos, ainda, que “o processo de formação do indivíduo para-si envolve um conjunto complexo de fatores, não sendo possível dizer que este ou aquele seja o mais importante. Mas é possível afirmar-se que determinados fatores são indispensáveis a esse processo”. Um desses fatores é “a relação consciente com as objetivações genéricas para-si [...]” (DUARTE, 1993, p. 185, grifo nosso).

A educação escolar tem nesse processo um papel importante a cumprir. Duarte (2001a) defende que esse papel é o de mediador entre a esfera cotidiana, na qual as apropriações ocorrem, por excelência, de modo espontâneo, e as esferas não-cotidianas, cuja relação objetivação-apropriação torna-se uma relação consciente com as objetivações genéricas para-si.

Estamos considerando, amparadas em Duarte (2001a), que, embora o processo de apropriação, que é um processo educativo sempre mediatizado pelas relações entre os seres humanos, ocorra de forma ampla [os outros indivíduos atuam como mediadores entre o indivíduo e o mundo humano], a apropriação que tem lugar no âmbito da “[...] educação escolar deve desempenhar um papel decisivo na formação do indivíduo. O caráter mediatizado do processo de apropriação da cultura assume características específicas na educação escolar [...]” (DUARTE, 2003, p. 33, grifo nosso).

Concordamos com esse papel importante da escola e entendemos que, sem a mediação escolar, sem um ensino que tenha como resultado a produção da aprendizagem, o aluno não terá condição e disposição de compreender espontaneamente o preconceito para além da sua forma atual anistórica, naturalizada.

Visto dessa perspectiva, o professor precisa produzir a apropriação pelos indivíduos das forças essenciais humanas objetivadas historicamente. O professor precisa, via ensino, descobrir formas mais adequadas de atingir o objetivo de produção do humano no indivíduo. É o professor que precisa produzir a compreensão, a apropriação pelo aluno do preconceito como objetivação humana, já que, tomá-lo sob tal perspectiva, significa reconhecer que o aluno por si só não terá condições de fazê-lo. Para tanto, precisa conhecer e muito. Conhecer o conteúdo – o que ensinar –, os métodos e técnicas – como ensinar –, os objetivos e finalidades – para que ensinar –, os alunos como indivíduos situados – para quem ensinar.

Ao abordar a educação escolar naquilo que entende ser “[...] as possibilidades mais humanizadoras que existem no interior das contraditórias forças que têm atuado sobre a realidade escolar” (DUARTE, 2001a, p. 4), em tempo algum Duarte (2001a, p. 4-5) desconsidera “[...] as forças que impulsionam a realidade escolar na direção contrária à humanização dos indivíduos, isto é, na direção da reprodução das relações sociais de dominação, das relações sociais alienadas e alienantes”.

Reconhecemos que a instituição escolar – pública, ou não pública, localizada no centro ou na periferia –, como instituição engendrada na prática social e uma das instituições sociais responsáveis por parte da formação humana, expressa, mas nunca de modo mecânico e passivo, o esvaziamento, a fragmentação, as relações humanas desumanizadas, todavia, mesmo assim, ela não deve ser concebida da mesma forma que outros espaços educativos. A educação que em seu interior tem lugar não deve ser qualquer educação. Assim como outros espaços, é um lugar de contradição, de luta, de afirmação e negação do instituído, tal qual a contradição que movimenta as relações de produção. Se bem que saibamos que os processos de alienação, de esvaziamento, de barbárie façam parte, e de forma hegemônica, da materialidade atual, da prática social atual, que nos circunstancia e por nós é produzida, esses processos não são cabais, porque o homem assim não o é. Fissuras existem e espaços devem ser abertos, conquistados e ocupados. Se não o fizermos, reiteramos o instituído, o naturalizado, o preconceito tal qual nos apropriamos mudamente (HELLER, 1992).

Sem desconsiderar um só instante os processos de alienação que pululam em todos os âmbitos da vida humana, defendemos um ensino que promova a consciência social por meio de atividades educativas humanizadoras, que revelem o histórico em lugar do natural, o conhecimento esmerado ao invés do trivial, o complexo em lugar do simplificado, o inusitado em vez do habitual, o avesso da ordem ao invés da ordem oficial, o contraditório em lugar da pseudo-harmonia. É preciso tirar da penumbra as lutas, os conflitos, os antagonismos, as contradições. Isso somente é possível se houver mediação a favor do conhecimento histórico

– em um movimento dialético e com base material – e o professor precisa fazê-la, porque essa compreensão não ocorrerá de forma espontânea, assistemática, sem esforço.

Nesse sentido, abordar o preconceito como produção humana requer, necessária e fundamentalmente, conhecimento elaborado, ao invés de informações fragmentadas, superficiais, esvaziadas de humanidade. Requer comprometimento daquele que ensina com sua formação, no sentido de buscar, ininterruptamente, a apropriação de objetivações genéricas para ter condições de se objetivar de forma mais rica, para ter condições e disposição para mobilizar e produzir o mesmo processo no aluno por meio de um processo mediatizado, na escola.

Por efeito de tudo o que apresentamos, defendemos que o preconceito como produção humana é uma discussão necessária na instituição escolar, em todos os níveis e modalidades. Não como uma disciplina a mais a ser oferecida, mas como uma discussão presente quando do ensino dos conteúdos escolares. Uma discussão que rompa com a naturalização, com a pseudo-harmonia daquilo que é contraditório, histórico, antagônico, conflituoso, não simplifique o que é complexo, não se cale diante do que se mostra como trivial.

6 PONTO DE CHEGADA COMO NOVO PONTO DE PARTIDA

Nesta seção, cujo título patenteia o nosso movimento de formação, já que evidencia um ponto de chegada (um estado de compreensão) ao mesmo tempo em que indica um ponto de partida para outras investigações, fazemos algumas notas reiterativas a fim de pôr termo ao nosso estudo.

O trabalho que ora encerramos teve como objetivo principal compreender o preconceito como uma construção intrínseca à produção da vida material, guardando íntima correspondência com suas demandas, propósitos e leis. Consideramos que tomá-lo dessa perspectiva, contribui para um outro entendimento do que seja o preconceito, entendimento que não se pauta na sua naturalização ou atemporalidade.

Mobilizada à sua investigação, em continuidade a estudos anteriores, embora buscando ultrapassá-los, e tomando-o como um aspecto da existência humana, buscamos nos aproximar, por meio de abstrações que pudessem nos conduzir para o âmbito do concreto pensado, conforme nos ensina Marx (1983a), da materialidade histórica em seu movimento dialético, na qual se enraíza o preconceito, a fim de compreendê-lo em um outro patamar, precisamente como uma objetivação sob a forma de relações sociais.

Para atender ao propósito de investigar o preconceito como uma produção humana, aprendido no seio das relações sociais e manifesto em consonância com elas, apresentamos aspectos relativos ao processo de constituição do homem, que se encaminha na relação apropriação-objetivação. Isto se fez necessário porque se tornou patente para nós que investigar qualquer produção humana não dispensa, de antemão, conhecer o criador dessas produções, quer dizer, o homem. Daí tomá-lo como ponto de partida e de chegada para entendimento do preconceito, uma de suas criações.

Ao ter por modelo tal concepção, empenhamo-nos na apropriação de teorizações que nos subsidiassem na busca de respostas a questões que têm nos desafiado desde algum tempo, como, por exemplo, o que é o preconceito? por que ele se faz presente nas relações entre os homens? qual seria sua origem?.

No curso desta investigação, foi possível redimensionar o nosso entendimento acerca do preconceito e compreendê-lo como uma objetivação humana. Compreendemos que, justamente por ser uma objetivação, o mesmo se faz presente nas relações humanas e somente nelas. A sua origem e razão de ser é, pois, o homem, mas o homem real, ativo, situado, datado, circunstanciado.

No tocante à questão problematizadora eleita para esta investigação – o preconceito encontra-se, atualmente, reconfigurado? –, tentamos mostrar que, ao fundar-se no movimento real, contraditório e ininterrupto dado pelos homens à vida social, o preconceito encontra-se, nas sociedades hodiernas, configurado de acordo com as demandas sócio-históricas vigentes e reconfigurado em relação às demandas pretéritas.

É importante destacar que a busca de resposta a esse problema exigiu-nos a tomada de consciência de algumas categorias de análise, as quais foram fundamentais ao encaminhamento da investigação. Dentre elas, destacamos a categoria trabalho, produção, objetivação, apropriação, gênero humano.

Essas categorias, tomadas como instrumentos teórico-metodológicos, permitiram-nos melhor compreender a condição humana, a qual precisa ser aprendida na relação entre apropriação e objetivação. Uma vez alcançado esse entendimento, tornou-se evidente para nós que o preconceito, do mesmo modo que as outras objetivações, também precisa ser subjetivado pelos indivíduos, concorrendo para sua formação.

Entendemos que é no interior da atividade prática que o homem constitui-se humano, ou seja, galga a condição humana. Tal condição não está dada, simplesmente, ao homem quando este nasce, mas está objetivada no mundo material (instrumentos, linguagem, relações sociais, por exemplo). O indivíduo, portanto, não nasce humano. Torna-se humano. Do mesmo modo, o homem não nasce preconceituoso. Torna-se preconceituoso, aprendendo antigos preconceitos e produzindo novos.

Nesse particular, consideramos que a aprendizagem do preconceito ocorre por imitação desde tenra idade e, uma vez internalizada, pode continuar pela vida afora, caso não se reflita a respeito de seu significado. Em nossa interpretação, carecemos, nesse sentido, da apropriação de seu significado, de uma profunda reflexão a seu respeito, de compreendê-lo como uma objetivação.

Não podemos nos esquivar, neste momento de encerramento, à retomada daquelas questões lançadas na seção dois desta dissertação, quais sejam: Seria possível vivermos inteiramente isentos de qualquer preconceito? Ao ser produzido ao longo da existência dos homens e fazer parte de um arcabouço de valores e representações, ele pode, de fato, ser extinto? Podemos, dentro das condições reais de vida, educar e sermos educados sem preconceito algum? Se a educação é um processo sócio-histórico de formação do homem à luz do seu tempo e sociedade, se retirar todo e qualquer preconceito, forma-se esse homem?

Primeiramente, consideramos que o preconceito não é unidirecional, isto é, somente ruim. Dentro do conjunto de valores e representações que geram preconceito, há, sim, aqueles

que são profundamente nocivos e como tal devem ser tratados. Referimo-nos àqueles preconceitos que conduzem à naturalização daquilo que é histórico, aos que não se justificam mais científica e eticamente, aos que contribuem para a produção da alienação, aos que encaminham à barbárie.

No entanto, se dissermos que todos os preconceitos encontram-se em um mesmo nível de perversidade, estaremos simplificando e ultrageneralizando este fenômeno complexo e histórico. Conforme destacamos, a idéia usual de que o preconceito é tão só e inexoravelmente maligno revela-se simplificadora da realidade, já que os indivíduos não podem prescindir completamente, para se moverem no mundo, de um arcabouço de valores e representações que suscitam o preconceito.

Foi possível perceber, por meio das reflexões realizadas no curso deste estudo, que, a depender da circunstância, o preconceito funciona como um resguardo, um recurso de precaução para a sobrevivência da pessoa ou mesmo de um povo, mediante ao que é, de fato, a luta para a produção da vida. Não é sem razão que os adultos, em geral, avisam às suas crianças – de modo preventivo e lançando mão de uma opinião antecipada, ou seja, de um preconceito –, que é perigoso dar confiança a estranhos, tratar com familiaridade alguém não conhecido ou consentir em ser assim tratado.

Com base no estudo apresentado, parece-nos que pensar a existência dos homens sem qualquer preconceito é algo anistórico, já que a sua produção está arraigada no modo como os homens têm produzido a vida até hoje. Não podemos minimizar, no entanto, o seu acirramento e emprego nefasto na sociedade de classes desde a sua fundação até os nossos dias.

Iteramos que tratar o preconceito como uma produção humana (que, em algumas situações, assume formas nocivas e em outras funciona como prevenção) exige mediação direta, intencionalmente dirigida, conforme anunciamos na seção cinco. Consideramos que o preconceito precisa ser abordado no interior da instituição escolar, instituição que, de uma perspectiva sócio-histórica, pode contribuir para uma formação não espontânea do homem; deixando, portanto, de contribuir para a habilitação tácita ou explícita do preconceito como um fenômeno social naturalmente presente nas relações humanas ou, então, como inerente ao homem.

Reafirmamos o nosso posicionamento de que é preciso ensinar pensando no vir-a-ser do homem, educar, sobretudo na instituição escolar, de modo menos servido de preconceito, ensinar o complexo, o não cotidiano, o não consensual, o não natural, isto é, o histórico, o

contraditório, o humano; a despeito das condições adversas, das contradições, da encarniçada luta pela vida que adquire, a cada dia, contornos ainda mais dramáticos.

A instituição escolar tem para nós um papel a cumprir no difícil processo de tomada de consciência do que seja o preconceito para além da forma espontânea e natural com que ele é tratado. Sem isso, o preconceito continuará ajudando a justificar o lugar que cada um ocupa no interior das relações sociais, como ajuda a evitar conflitos diante das desigualdades produzidas ao longo da história humana.

Defendemos que a educação escolar não deve silenciar ou reforçar as motivações particulares alienadas, tampouco o preconceito. Cabe-lhe, sim, mediar os processos de ruptura, por meio do ensino sistematizado, intencional, fundamentado e refletido da cultura universal humana, ou melhor, das objetivações humanas materiais e simbólicas.

Por fim, destacamos que este estudo foi ideado e concretizado dentro de um dado tempo, cronológico e histórico. Em vista disso, não está isento de limites, dentre os quais reconhecemos as nossas próprias limitações de compreensão e de acesso às produções humanas. Seu resultado nos serve de base para uma próxima investigação, que intencionamos desenvolver no doutorado, em continuidade e ruptura ao que pudemos, aqui, alcançar. Registramos, em última análise, que, ao compreendermos as produções humanas em geral e a produção teórica em particular como um processo inconcluso e, por isso, passível de superação por incorporação, rumo a novas apropriações e objetivações, não nos esquivamos ao debate para, quiçá, valermos-nos das colaborações dele advindas para o aprimoramento de nossas próprias posições.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007. (Preconceitos; v. 3).

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

ARISTÓTELES. *A política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

AZEVEDO, Reinaldo. Que falta faz um Voltaire. *Veja*. São Paulo, ano 41, n. 13, p. 52-53, 02 abr. 2008.

BARROCO, Sonia Mari Shima. *A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais*. 2007. 414 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: _____. FREIRE, Ida Mara (Org.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 21-51.

BIFON, Meire da Fonseca. *Contribuição da teoria histórico-cultural para o entendimento da gênese da superdotação*. Texto digitado, Maringá: UEM, 2008.

_____. *Superdotação numa perspectiva histórico-cultural: em busca de uma proposta humanizadora*. 2007. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Trabalho e Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Muitas vezes praticamos o racismo e nem percebemos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [200-?]. 1 cartaz.

COLLUCCI, Cláudia. Mulher é a principal vítima da fibromialgia. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, editorial cotidiano, C5, 21 out. 2001.

DUARTE, Newton. *A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

_____. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. 3. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001a.

_____. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na Psicologia de A. N. Leontiev. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr. 2004.

_____. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001b.

EL PARLAMENTO europeo aprueba sin enmiendas la directiva de retorno de ‘sin papeles’. *El País*. Agências de Madrid/Estrasburgo, 18 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.elpais.com/articulo/internacional/Parlamento/Europeo/aprueba/enmiendas/...>> Acesso em: 18 jun. 2008.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GÓIS, Antônio. Entrevista Willian Pollack: Educação de meninos está em crise no primeiro mundo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, A14, 6 ago. 2007.

GUERREIRO, Gabriela. Bernardo diz que não tem preconceito com tapioca e que compra seria normal em SP. *FolhaOnLine*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u383797.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2008.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOSCHPE, Gustavo. Errar é humanas. *Veja online*. São Paulo, 30 jun. 2008. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/gustavo_ioschpe/notas_300608.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2008.

ITÁLIA prende 383 em operação para reduzir criminalidade. *JC OnLine*. Agência do Estado, 15 maio 2008. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/2008/05/15/not_168879.php>. Acesso em: 15 maio 2008.

LEONTIEV, Aléxis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. Cotas e o renascimento do racismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 24, p. 102-105, 2007.

LEWONTIN, R. C.; ROSE, Steve; KAMIN, Leon J. *Genética e política*. Portugal: Europa-América, 1984.

LOS INTERNOS de un centro de extranjeros se rebelan por maltrato. *El País*. Madrid, 9 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.elpais.com/articulo/madrid/internos/centro/extranjeros/...>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. *Temas em Ciências Humanas*, São Paulo, v. 4, p. 1-18, 1978.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1983a.

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983b. p. 146-181. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. v. 1, t.1.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. 1 I, v. 1.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. 1. I, v. 2.

_____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARKUS, Gyorgy. *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974a.

_____. *Marxismo y antropologia*. Barcelona: Grijalbo, 1974b.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, ano/v. 14, n. 1, p.7-25, 2001.

NARLOCH, Leandro. Tratados de “pobrologia”. *Veja*. São Paulo, ano 41, n. 13, p. 124-125, 02 abr. 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OCADA, Fabio Kazuo. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 153-206.

O CORAÇÃO, a alma e a mente. Karl Marx. *Veja*. São Paulo, ano 40, n. 12, p. 76-77, 28 mar. 2007.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PEREIRA, Camila. Invasão na universidade. *Veja*. São Paulo, ano 40, n. 39, p. 72-73, 03 out. 2007.

RIBEIRO, Marcos. *Menino brinca de boneca?* Rio de Janeiro: Salamandra, 1990.

ROSSLER, João Henrique. *Sedução e modismo na educação: processos de alienação na difusão do ideário construtivista*. 2003. 292 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2003.

SNYDERS, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.

_____. *Para onde vão as pedagogias não-diretivas?* São Paulo: Centauro, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TULESKI, Silvana Calvo. *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem, 2002.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva capitalista*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2002.

VENTUROLI, Thereza. Iguais Jamais. *Veja Especial Mulher*. São Paulo, ano 41, p. 18-26, maio 2008.

VIEIRA, Renata de Almeida. *Investigações sobre o preconceito constante no banco de teses CAPES: presença da abordagem histórico-cultural nos resumos em educação?* 2007. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teoria Histórico-Cultural) — Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2007.

_____; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Menino brinca de boneca? contribuição da teoria histórico-cultural para se pensar o preconceito em sala de aula. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, - ENDIPE, 14., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ENDIPE/PUCRS, UNISINOS, 2008a.

_____; _____. Preconceito e teoria histórico-cultural: presença ou ausência em pesquisas educacionais? In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, ANPEDSUL, 7., 2008, Itajaí. *Anais...* Itajaí, SC: ANPEDSUL/UNIVALI, 2008b.

_____; _____. O preconceito que margeia os alunos do “fundão”: uma questão na formação de professores? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, - CEPFE, 9., 2007, Águas de Lindóia. *Anais...* Águas de Lindóia, SP: CEPFE/UNESP, 2007a.

_____; _____. Psicologia histórico-cultural e preconceito: uma análise de resumos de pesquisas constantes no banco de teses CAPES. In: CONGRESSO INTERNACIONAL E SEMANA DE PSICOLOGIA, CIPSI, 3., 2007, Maringá. *Anais...* Maringá, PR: CIPSI/UEM, 2007b.

VIGOTSKI, Liev Semiónovitch. *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: M. Fontes, 1996.

_____. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: M. Fontes, 2000.

